

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

# Seção II

ANO XXXV - Nº 151

SÁBADO, 22 DE NOVEMBRO DE 1980

BRASíLIA - DF

# SENADO FEDERAL

# SUMÁRIO

1 — ATA DA 1894 SESSÃO, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1980

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

#### 1.2.1 — Oficio do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Lei da Câmara nº 84/80 (nº 4.023/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crêdito especial até o limite de Cr\$ 664.000.000,00, para o fim que especifica.

#### 1.2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

- Projeto de Lei do Senado nº 211/80-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1981". (Redação final.)
- Projeto de Lei do Senado nº 170/80, que "dá nova redação a dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos".
- Projeto de Resolução nº 138/80, que autoriza a Prefeitura de Pirassununga—SP, a elevar, em Cr\$ 15.537.829,42, o montante de sua divida consolidada interna. (Redação final.)
- Projeto de Lei da Câmara nº 74/80 (nº 3.945-B, de 1980, na Casa de origem), que "autoriza o Poder Executivo a alterar efetivos de postos, fixados em decreto, na forma do art. 2º da Lei nº 6.144, de 19 de novembro de 1974, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz, e dá outras providências".
- Projeto de Lei da Câmara nº 73/80 (nº 3.598-B, na origem), que "cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
- Projeto de Lei da Câmara nº 27/80 (nº 2.568-B, de 1970, na origem), que "autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, a doar o imóvel que menciona".
- Projeto de Lei da Câmara nº 30/80 (PLC nº 2.037-B, de 1979, na Casa de origem), que "autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, a doar os imóveis que menciona".
- Projeto de Lei da Câmara nº 69/80 (nº 3.160-B, de 1980, na Casa de origem), que "concede pensão especial a Pedro Paulo Kossobusky, e dá outras providências".
- Projeto de Lei da Câmara nº 65/80 (nº 3.543-A, de 1980), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Centro de Formação do Servidor Público FUNCEP, e dá outras providências".
- Projeto de Decreto Legislativo nº 8/80 (nº 43-B, de 1980, na Câmara dos Deputados), que "aprova os textos do Convênio Ibero-Americano de Seguridade Social e do Convênio Ibero-Americano de Cooperação em

Seguridade Social, concluídos em Quito, Equador, a 26 de janeiro de 1978".

- Projeto de Resolução nº 57/80, que "transforma função prevista na lotação do Gabinete do Presidente do Senado Federal".
- Projeto de Lei da Câmara nº 68/80 (nº 2.973-B/80, na Câmara dos Deputados), que "institui, na Fundação Projeto Rondon, a concessão de Bolsas Especiais a estudantes, nas condições que especifica, e dá outras providências".
- Ofício nº S-36/80, do Sr. Governador do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 47,000,000.00, destinado ao Programa de Investimentos do Estado.
- Oficio nº S-37/80 (nº 1.635/80, na origem), do Sr. Governador do Estado do Maranhão, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00, destinado a financiar os Programas Integrados de Produção Agropecuária.
- Projeto de Decreto Legislativo nº 19/80 (nº 54-B, de 1980, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 7 de novembro de 1979.

## 1.2.3 — Comunicações da Presidência

- Prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1980, lido no Expediente.
- Recebimento do Oficio nº S-40/80 (nº 153/80, na origem), do Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contratar operação de empréstimo externo no valor que menciona, para os fins que especifica.

#### 1.2.4 — Comunicações

— Dos Srs. Senadores Saldanha Derzi e José Fragelli, referentes a filiação partidária.

#### 1.2.5 — Requerimentos

- Nº 539/80, de autoria do Sr. Senador José Richa, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 248/79, que regulamenta o exercício da profissão de "maitre" e garçon, e dá outras providências.
- Nº 540/80, de autoria do Sr. Senador José Richa, solicitando urgência para a Indicação nº 2/75, que sugere a Comissão Diretora no sentido de se instituir, no Senado Federal, estágios para universitários, nos moldes existentes na Câmara dos Deputados.
- Nº 541/80, de autoria do Sr. Senador José Richa, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 145/79, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear, e dá outras providências.

#### 1.2.6 - Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDINO VIANA — Denúncias recebidas sobre irregularidades que estariam ocorrendo nas operações de crédito por partes das instituições do País.

SENADOR PASSOS PÓRTO — Visita do Senhor Presidente da República ao Estado de Sergipe.

SENADOR GILVAN ROCHA — Situação da população nordestina, a propósito da visita do Senhor Presidente da República ao Estado de Sergipe.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Inauguração de obras de melhoramento no Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN.

SENADOR MAURÍCIO LEITE — Convênio a ser assinado entre o Governo do Distrito Federal e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a execução de serviços de implantação de um sistema de acompanhamento físico-financeiro de projetos e atividades a serem realizadas pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do Governo gaúcho para o Governo do Distrito Federal.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Reivindicações em favor dos inativos do Governo do Distrito Federal.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

- Requerimento nº 537/80, de autoria dos Srs. Senadores Gilvan Rocha, Roberto Saturnino e Jarbas Passarinho, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 43/78, que altera a composição de classes da categoria funcional de Assistente Legislativo do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo de que trata a Resolução nº 18/73, e dá outras providências. Retirado pelos autores.
- Projeto de Lei da Câmara nº 67/80 (nº 3.669/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, dispensando a apresentação dos documentos que especifica, e dá outras providências. Aprovado. À sanção.
- Requerimento nº 396/80, de autoria do Sr. Senador Luiz Fernando Freire, solicitando, nos termos do artigo 245 do Regimento Interno, um voto de congratulações ao Brigadeiro Eduardo Gomes, pela passagem de seu aniversário no dia 20 de setembro de 1980. Aprovado.
- Requerimento nº 516/80, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 224/79 e 218/80, do Senador Mauro Benevides, alterando a redação do artigo 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Aprovado.
- Requerimento nº 517/80, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 269/80, do Senador Agenor Maria, 270/80, do Senador Dirceu Cardoso, e 271/80, do Senador Nelson Carneiro, que dispõem sobre o racionamento de combustíveis e o tráfego de veículos motorizados em todo o território nacional. Aprovado.
- Requerimento nº 518/80, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 252/80, do Senador Jorge Kalume, que autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica, e 253/80, do Senador Lázaro Barboza, acrescentando parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, que restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o artigo 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. Aprovado.
- Requerimento nº 532/80, de autoria dos Srs. Senadores Gilvan Rocha, Humberto Lucena e Moacyr Dalla, solicitando, nos termos do artigo 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 65/80 (nº 3.543/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Centro de Formação do Serviço Público FUNCEP, e dá outras providências. Retirado pelos autores.
- Requerimento nº 536/80, de autoria do Sr. José Richa, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1979, do Senador Franco Montoro, que atribui à Federal de Seguros S.A., integrante do sistema financeiro da Previdência Social, a realização, com exclusividade, do seguro obrigatório

de danos pessoais causados por veículos automotores. Rejeitado, após usar da palavra o Sr. Dirceu Cardoso.

- Projeto de Lei do Senado nº 266/80, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal. Aprovado, em primeiro turno, após usar da palavra o Sr. Itamar Franco.
- Projeto de Lei do Senado nº 188/78, de autoria do Sr. Senador Orestes Quércia, que acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. (Tranitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 319/79.) (Apreciação preliminar da juridicidade.) Rejeitado. Ao Arquivo.
- Projeto de Lei do Senado nº 319/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quércia, que permite ao empregado utilizar a conta vinculada ao nascimento de filho, acrescentando dispositivo ao art. 8º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço Lei nº 5.107/66. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 319/79.) (Apreciação preliminar da juridicidade.) Declarado prejudicado, face à rejeição do item anterior com o qual tramita em conjunto. Ao Arquivo.
- Projeto de Lei do Senado nº 303/79-DF, que institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal, e dá outras providências. Discussão adiada para a sessão do dia 18 de março de 1981, nos termos do Requerimento nº 538/80, tendo usado da palavra o Sr. Dirceu Cardoso.
- Projeto de Lei do Senado nº 364/79, de autoria do Sr. Senador Lomanto Júnior, que institui o "Dia Nacional do Psicólogo". Discussão adiada para a sessão do dia 4 de março de 1981, nos termos do Requerimento nº 534/80.
- Projeto de Resolução nº 140/80, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar, em Cr\$ 6.479.140.100,00 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, cento e quarenta mil e cem cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de quorum, após usarem da palavra os Srs. Dirceu Cardoso e Jutahy Magalhães.
- Projeto de Resolução nº 141/80, que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a investimentos prioritários naquele Estado. Votação adiada por falta de quorum.
- Projeto de Resolução nº 142/80, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, em Cr\$ 663.074.320,00 (seiscentos e sessenta e três milhões, setenta e quatro mil, trezentos e vinte cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de quorum.
- Projeto de Resolução nº 143/80, que autoriza a Prefeitura de Mauá—SP, a elevar, em Cr\$ 45.961.491,20 (quarenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de quorum.
- Projeto de Resolução nº 144/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, a elevar, em Cr\$ 122.090.354,00 (cento e vinte e dois milhões, noventa mil, trezentos e cinquenta e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de quorum.
- 1.4 DISCURSOS PRONUNCIADOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Reivindicações dos cacauicultores do País.

SENADOR JOSÉ RICHA — Reunião mantida por parlamentares dos Estados do Sul do País com o Sr. Ministro da Agricultura, visando o atendimento das reivindicações dos suinocultores daquela região.

- 1.5 DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SES-SÃO. ENCERRAMENTO
  - 2 DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES:
  - Do Sr. Franco Montoro, pronunciado na sessão de 6-11-80.
- Do Sr. José Lins, pronunciado na sessão de 20-11-80.
  - 3 GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
  - Edital de convocação da Comissão Deliberativa do Grupo.
  - 4 MESA DIRETORA
- 5 LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES
  - 6 COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

# ATA DA 189<sup>a</sup> SESSÃO, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1980 2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 46<sup>a</sup> Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SRS. ALEXANDRE COSTA, GASTÃO MÜLLER E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Dirceu Cardoso — Itamar Franco — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Leite Chaves — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### **EXPEDIENTE**

#### **OFÍCIO**

Do Sr. 19-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 1980 (N.º 4.023/80, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial até o limite de Cr\$ 664.000.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

- O Congresso Nacional decreta:
- Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial até o limite de Cr\$ 664.010.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), destinado ao Programa Sistemático de Aquisição e Construção de Imóveis no Exterior.
- Art. 2.º Os recursos necessários à execução desta lei serão os previstos no inciso IV do § 1.º do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.
  - Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
  - Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

# MENSAGEM N.º 485, DE 1980

# Excelentissimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o anexo projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial até o limite de Cr\$ 664.000.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), para o fim que especifica."

Brasília, 12 de novembro de 1980. — João Figueiredo.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 437/80, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1980, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SE-CRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA RE-PÚBLICA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

- O Ministério das Relações Exteriores, dentro das prioridades para a execução da Política Externa, tem criado novas repartições consulares e missões diplomáticas em Países cuja aproximação é de alto interesse econômico e político para o Brasil.
- 2. Em virtude da indisponibilidade de imóveis em diversas capitais e cidades como é o caso de Bagdá, Riade, Bissau, Lagos, Luanda, Praia e Argel, o Itamaraty submeteu à apreciação desta Secretaria de Planejamento o Programa Sistemático de Construção e Aquisição de Imóveis no Exterior, no valor de US\$ 60,0 milhões, a ser executado no periodo 1980/1982.

- 3. Como forma prática e flexível de atendimento de recursos para aquele Programa, optou-se por uma linha de crédito junto ao Banco do Brasil S. A., no exterior, já aprovada.
- 4. Entretanto, para que haja cobertura orçamentária da despesa, o Itamaraty solicita o encaminhamento ao Congresso Nacional de anteprojeto de lei autorizando a abertura de crédito especial no valor correspondente a US\$ 40,0 milhões, necessários ao Programa no período de 1980/1981.
- 5. Após examinar o assunto, os órgãos Técnicos desta Secretaria manifestaram-se favoravelmente à concessão parcial do crédito, no valor de Cr\$ 664.000.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), devendo o restante da solicitação ser redimensionada no próximo exercício, de acordo com as necessidades de desembolso que aquele Programa vier a exigir.
- 6. Cumpre acentuar que as despesas resultantes serão atendidas sob a forma de compensação, conforme prevê o artigo 43, § 1.º, item IV, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas, assim, as prescrições do art. 61, § 1.º, letra c, da Constituição.
- 7. Em face do exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência os anexos projetos de Lei e de Mensagem.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Antonio Delfim Netto, Ministro.

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, na forma do Parágrafo 3.º do art. 70 da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

- "Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
- § 1.º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
- I o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
  - II os provenientes de excesso de arrecadação;
- III os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
- § 2.º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos creditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- § 3.º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
- § 4.º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício."

### **PARECERES**

# (\*) PARECER Nº 1.090, DE 1980

Da Comissão do Distrito Federal, Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 1980-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1981".

#### Relator: Senador Adalberto Sena

A Comissão do Distrito Federal apresenta, em anexo, a Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 1980-DF, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1981", esclare-

<sup>(\*)</sup> Será publicado em Suplemento "A" e "B" à presente edição.

cendo que nela introduziu correções ortográficas e de redação, sem repercussões na classificação funcional-programática, na Natureza da Despesa, e sem alterar os dispêndios previstos na matéria aprovada pelo Plenário, além das Emendas aprovadas.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 1980. — Passos Pôrto, Presidente eventual — Adalberto Sena, Relator — Henrique Santillo — Tarso Dutra — Saldanha Derzi — José Caixeta.

#### PARECER Nº 1.091, DE 1980

Da Comissão de Constituição e Justiça. Sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 170, de 1980, que "dá mova redação a dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos".

#### Relator: Senador Murilo Badaró

O projeto em exame, de iniciativa do Senador Orestes Quércia propõe algumas alterações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971, alterada pela Lei n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979), no sentido de torná-la mais ajustada à dinâmica do momento e, para tanto, reduz prazos e torna mais atuante e direta a participação do eleitor nas deliberações das convenções partidárias.

A primeira modificação proposta sugere a criação de comissões para as unidades administrativas nas Capitais, no intuito de possibilitar melhores condições de funcionamento dos diretórios partidários, dado que os problemas dessas unidades interessam mais de perto aos eleitores ali inscritos.

Em seguida, propõe a redução, para 10 (dez) dias, dos prazos consignados nos §§ 1.º, 5.º e 6.º do art. 13.

Trata, ainda, das alterações estatutárias ou programáticas dos partidos e estabelece que tais medidas serão submetidas à votação 30 (trinta) dias após a publicação no Diário Oficial da União das modificações que se pretende fazer. Na forma da legislação atual, esse prazo é de 6 (seis) meses; 180 (cento e oitenta) dias portanto.

A última modificação sugerida diz respeito ao número de eleitores filiados que podem requerer registro de chapa de candidatos ao diretório.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, não há qualquer impedimento à tramitação do projeto, mas se encararmos a matéria em debate quanto à sua conveniência e oportunidade, forçoso é admitir que, salvo a modificação do art. 6.º, todas as demais alterações podem resultar em desnecessária aceleração de um processo que não pode e não deve admitir açodamento nem precipitações, cujas conseqüências mínimas seriam desvirtuá-lo nos objetivos e comprometê-lo nos resultados.

Somos, assim pela aprovação do projeto, na forma da seguinte

# EMENDA N.º 1-CCJ (Substitutivo)

Altera a redação do art. 6.º da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos — alterada pela Lei n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 6.º da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 — 1 ei Orgânica dos Partidos Políticos — alterada pela Lei n.º 6.767, e 20 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redacião:

"Art. 6.º A Comissão Diretora Nacional Provisória designará, em ata, para os Estados, Comissões com igual número de membros que, autorizados por aquela, nomearão, na respectiva área territorial, Comissões para os munleípios e para as zonas eleitorais ou unidades administrativas existentes nas suas Capitais."

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Murilo Badaró, Relator — Raimundo Parente — Almir Pinto — Moacyr Dalla — Franco Montoro — Leite Chaves.

## PARECER Nº 1.092, DE 1980 Da Comissão de Redação

# Redação Final do Projeto de Resolução n.º 138, de 1980. Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 138, de 1980, que autoriza a Prefeitura de Pirassununga (SP) a elevar em Cr\$ 15.537.829,42 (quinze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e nove cruzeiros e quarenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 1980. — Dirceu Cardoso, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Mendes Canale.

ANEXO AO PARECER N.º 1.092, DE 1980 Redação Final do Projeto de Resolução n.º 138, de 1980.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO N.º , DE 1980

Autoriza a Prefeitura Municipal de Pirassununga, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 15.537.829,42 (quinze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e nove cruzeiros e quarenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.

#### O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Pirassununga, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em .... Cr\$ 15.537.829,42 (quinze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e nove cruzeiros e quarenta e dois centavos) o montante de sua divida convolidada, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado ao financiamento das obras de infra-estrutura geral e serviços industriais de utilidade pública no Conjunto Habitacional da CECAP, naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### PARECERES Nºs 1.093 É 1.094, DE 1980

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 74, de 1980 (n.º 3.945-B, de 1980, na Casa de origem) que "autoriza o Poder Executivo a alterar efetivos de postos, fixados em decreto, na forma do art. 2.º da Lei n.º 6.144, de 19 de novembro de 1974, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz, e dá outras providências."

#### PARECER N.º 1.093 de 1980

# Da Comissão de Segurança Nacional

### Relator: Senador Jorge Kalume

Com exceção dos postos de Oficiais Generais e quando necessário à manutenção do fluxo regular e equilibrado de carreira, o Poder Executivo, ao fixar os efetivos na forma do art. 2.º, da Lei n.º 6.144, de 29 de novembro de 1974, poder alterar os limites dos postos em até 10% (dez por cento), desde que não ultrapasse o efetivo global de oficiais estabelecido pelo art. 1.º da citada Lei n.º 6.144, de 29 de novembro de 1974, alterado pela Lei n.º 6.594, de 21 de novembro de 1978.

Essa, a integra do caput do art. 1.º, do projeto de lei que vem ao exame desta Comissão, oriundo do Poder Executivo e aprovado pelos órgãos Técnicos e pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

- A mensagem presidencial que encaminhou a proposição ao Congresso Nacional é acompanhada de exposição de motivos, na qual o Ministro do Exército assinala os seguintes pontos:
- Tem sido constante preocupações da Alta Administração do Exército o fluxo regular da carreira de Oficial.
- O Poder Executivo necessita, ainda, de certa flexibilidade, destinada a ultrapassar obstáculos conjunturais decorrentes de situações passadas.
- Na Lei de Efetivos do Exército em Tempo de Paz há estruturas de serviços que divergem, em alguns postos, daquelas consideradas como mais adequadas a um fluxo de acesso equilibrado e harmônico.
- Para corrigir tais divergências, notadamente excesso de vagas em um posto e deficiência em outros, e sem que haja prejuízo para os que já estão na carreira, convém dispor o Executivo de faculdade de alterar, dentro de estreitos limites, o número de vagas em determinados postos fixado na Lei de Efetivos.
- A providência permitirá enfrentar, de forma gradual e sem prejuízo para o Exército ou para os Oficiais, problemas de efetivos variados, sem modificações fundamentais na referida Lei de Frativos

O projeto em estudo estabelece que (art. 1.º, § 1.º) a ocorência de excesso temporário de oficiais em determinado posto, em Quadro, Arma ou Serviço, determinará que o efetivo total do posto será considerado provisório, até que se ajuste ao novo efetivo fixado.

Pelo art. 2.º, em nenhum caso, poderá haver aumento de efetivo global de oficiais previsto na Lei n.º 6.144/74. Ora, compete à União organizar as Forças Armadas e ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sob a fixação dos efetivos, em tempo de paz. Tais disposições se encontram na Constituição (arts. 8.º, IV e 43, III).

Ninguém desconhece o papel que as Forças Armadas desempenham na manutenção da ordem, no estabelecimento de segurança interna e externa, na estabilidade do regime democrático e na própria expansão econômica do País. Em todos setores de atividades, a presença e a participação dos militares é reconhecida e profunda.

Por isso mesmo, a manutenção de um estado que permita tranquilidade à Administração do Exército, na condução dos efetivos de cada posto, deve ser objeto de atenção.

A exposição de motivos do Ministro do Exército dispensa dúvidas sobre a necessidade da adoção de providências capazes de corrigir distorções nascidas no passado.

Somos, portanto, pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1980. — **Orestes Quércia**; Presidente, eventual — **Jorge Kalume**, Relator — **Cunha Lima** — **Marilo Badaró** — **Raimundo Parente**.

# PARECER N.º 1.094, de 1980

#### Da Comissão de Finanças

#### Relator: Senador Jorge Kalume

De iniciativa do Senhor Presidente da República, vem a exame da Comissão de Finanças projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a alterar efetivos de postos fixados em decreto, na forma do art. 2.º da Lei n.º 6.144, de 29 de novembro de 1974, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz, o outrs providências.

A proposição é submetida à apreciação do Congresso Nacional, com base no art. 51 da Constituição, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Exército, que afirma:

"A Carreira dos militares tem sido uma constante preocupação da Alta Administração do Exército, plenamente apoiada por Vossa Excelência que, recentemente, sancionou, nesse sentido, a Lei n.º 6.814, de 5 de agosto de 1980. O elenco de instrumentos legais para assegurar um fluxo regular da carreira dos oficiais necessita, ainda, de um pequeno ajustamento para permitir ao Poder Executivo uma certa flexibilidade, destinada a ultrapassar obstáculos conjunturais decorrentes de situações passadas.

Englobadas nos limites da Lei n.º 6.144, de 27 de novembro de 1974 — Lei de Efetivos do Exército em Tempo de Paz — há estruturas de efetivos dos Quadros do Exército, particularmente dos Serviços, que divergem, em alguns postos, daquelas consideradas como mais adequadas a um fluxo de acesso equilibrado e harmônico. Para a correção de tais divergências — principalmente excesso de vagas em um posto e deficiência em outros, dentro de um mesmo Quadro — sem prejuízos para aqueles que já estão na carreira, é conveniente ter o Poder Executivo a faculdade de alterar, dentro de estreitos limites, o número de vagas em determinados postos fixados na Lei de Efetivos, uma vez que seria obtida compensação em vagas de outros postos.

Isto também permitirá enfrentar, de forma gradual e sem prejuízos para o Exército ou para seus oficiais, problemas devidos à formação, no passado, de turmas de oficiais com efetivos muito variados; sem necessidade de modificar-se a Lei de Efetivos do Exército em Tempo de Paz, conforme já foi feito pela Lei n.º 6.594, de 21 de novembro de 1978.

O uso da flexibilidade sugerida poderá acarretar, nos casos da redução do efetivo de um determinado posto, a ocorrência, por curto período de tempo, de um excesso de oficiais em relação ao novo efetivo fixado, excesso este que será compensado pelos claros, também temporários, no posto em que se verifique o correspondente acréscimo. É necessário, portanto, admitir-se, temporariamente, um efetivo provisório, até que pelas evasões e promoções ao posto superior, ser assimilado aquele excesso. O efetivo provisório assim admitido não será tomado como referência para fins de promoção, e sim o novo efetivo fixado.

Finalmente, cabe ressaltar que o anteprojeto de lei apresentado veda qualquer aumento do efetivo global fixado em lei, bem como da despesa a ele correspondente."

Na Câmara dos Deputados, após tramitar pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças, o projeto obteve aprovação em Plenário, na Sessão de 13 de novembro.

Objetiva a proposição possibilitar a movimentação dos efetivos, sem elevar os números existentes, nem a despesa correspondente.

É autorizado o Poder Executivo a alterar, dentro de pequenos limites, o número de vagas em certos postos, mediante compensação em vgas de outros postos da carreira.

Sob o aspecto financeiro, vale ressaltar a inexistência de aumento de despesa, conforme estabelece o art. 3.º do projeto.

Ante as razões apresentadas, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 74, de 1980.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Jorge Kalume, Relator — Vicente Vuolo — Amaral Peixoto — Alberto Silva — Raimundo Parente — José Richa — Jutahy Magalhães — Affonso Camargo — Saldanha Derzi.

#### PARECERES Nºs 1.095 E 1.096, DE 1980

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1980 (n.º 3.598-B, na origem), que "cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Gresso do Sul, e dá outras providências".

#### PARECER N.º 1.095, DE 1980

#### Da Comissão de Serviço Público Civil

#### Relator: Senador Raimundo Parente

Vem a exame desta Casa projeto de lei, já examinado e aprovado na Câmara dos Deputados, que "cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Eleitoral do Estado de Mato Grosso do sul, e dá outras providências".

A matéria, de iniciativa do Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nos termos dos artigos 56 e 115, II da Constituição, justifica-se, vez que, instalado no ano de 1979, não conta o Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado com Quadro de Pessoal próprio.

A proposição, declinada em sete (7) artigos, cria os cargos constantes do anexo ao projeto, e obedece ao previsto nas Leis n.os 5.645, de 1970 — que estabeleceu diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais — e 6.081 e 6.082, de 1974 — que se referem aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Ao Grupo-Direção e Assessoramento Superiores a que se refere o art. 2.º do projeto, é aplicada a preceituação dos arts. 5.º, 6.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 6.081, de 1974, que fixou os valores dos níveis de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores dos Quadros Permanentes das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais. Os artigos enumerados regulamentam o exercicio dos cargos em comissão, vedando a contratação de cerviços, a qualquer título e sob qualquer forma, com pessoas físicas ou juridicas, inclusive a utilização de colaboradores eventuais, retribuídos mediante recibos, para o desempenho de atividades increntes aos cargos do mencionado Grupo.

Outrossim, os arts. 3.º e 7.º da Lei n.º 6.082, de 1974, que fixa os valores de vencimentos dos cargos dos Grupos-Atividade de Apolo Judiciário, Serviços Auxiliares, Serviços de Transporte Oficial e Portaria, Artesanato, Outras Atividades de Nível Superior, Outras Atividades de Nível Médio, dos Quadros Permanentes das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências, se aplicam aos Grupos de cargos efetivos do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Estes artigos determinam que a gratificação adicional, por tempo de serviço, dos servidores dos Quadros Permanentes das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais. será calculada de acordo com o art. 10 da Lei n.º 4.345, de 1964, e estabelecem as condições do exercício das Chefias das Zonas Eleitorais das Capitais dos Estados e do Distrito Federal e o seu preenchimento privativo por ocupantes das funções de Direção e Assistência Intermediária.

A proposição destaca que as despesas decorrentes correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul.

O projeto, contudo — se bem que estruturado em perfeita técnica jurídico-administrativa — apresenta uma pequena lacuna, que cumpre ser sanada. É que não se cogita da situação do pessoal requisitado, o qual se encontra à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, prestando serviços de vária natureza. Ora, à semelhança de situações análogas, atendidas em jurisdições de outros Tribunais, parece-nos que seria recomendável prever-se autorização para que a administração possa, se assim julgar conveniente, promover a absorção desse pessoal requisitado do Quadro Permanente do Tribunal. Por ser uma medida autorizativa, que não ensejará qualquer aumento compulsório de des-

pesa, nem modificação obrigatória no procedimento administrativo de estruturação do referido Quadro, entendemos que deva constar do elenco de providências que o projeto consubstancia.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do projeto sob exame, com a seguinte

#### EMENDA N.º 1-CSPC .

Ao art. 1.º, acrescente-se o seguinte:

"Paragrafo único. Foderão ser absorvidos no Quadro Permanente a que se refere este artigo os servidores públicos que, a qualquer título, se encontrem à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul."

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1980. — Humberto Lucena, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Raimundo Parente, Relator — Lázaro Barboza — Aderbal Jurema — Affonso Camargo — Bernardino Viana.

#### PARECER N.º 1.096, DE 1980

#### Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Vicente Vuolo

Na forma regimental, vem a exame da Comissão de Financas projeto de lei da Câmara que cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

A proposição é de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, com fundamento nos artigos 56 e 115, item II, da Constituição Federal, estando acompanhada desta justificativa:

"Instalado no ano de 1979, não conta o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul com Quadro de Pessoal próprio, tornando-se necessária, portanto, a criação deste por via legislativa.

Os Grupos de Categorias Funcionais que se pretende criar, conforme demonstrados no Anexo ao anteprojeto, já se encontram previstos na Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que "estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais" e nas Leis n.º 6.081 e 6.082, ambas de 10 de julho de 1974, que se referem aos Tribunais Regionais Eleitorais.

No que concerne ao Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, a Resolução n.º 9.648, de 3 de setembro de 1974, haixada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em obediência ao art. 11 da Lei n.º 6.081/74, distribuiu os Tribunais Regionais Eleitorais em quatro grupos, tendo em vista as características de cada órgão. Por esse motivo, foram incluídos no Grupo III os Estados de Goiás, Paraíba, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso.

Examinando o organograma apresentado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, verifica-se que ele corresponde aos elaborados pelos Tribunais Regionais Eleitorais dos oito Estados citados, razão pela qual foi também incluído no Grupo III.

É importante, ainda, restaltar que a Lei n.º 6.730, de 3 de dezembro de 1979 (Orgamento para o ano de 1980), já previu recursos destinados ao preenchimento dos cargos, cuja criação ora está sendo solicitada."

Na Câmara dos Deputados, a matéria colheu pareceres favoráveis das Comissões Técnicas daquela Casa do Congresso Nacional, sendo aprovada em Plenário, na sessão de 6 de novembro.

Demonstrada a necessidade de criação do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, passamos a analisar o aspecto financeiro-competência regimental da Comissão de Finanças.

No tocante as funções, foram adotados os princípios de classificação e níveis de valores em vigor para o Poder Executivo e dentro dos limites das dotações orçamentárias.

Prevê o art. 6.º do projeto que as despesas decorrentes de lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal e de outras a esse fim alocadas.

Vale ressaltar, finalmente, que a Lei n.º 6.730, de 1979 — Orcamento da União para o exercício financeiro de 1980 — já possui recursos destinados aos cargos cuja criação o projeto objetiva.

A Comissão de Serviço Público Civil desta Casa, ao aprovar o presente projeto, sugeriu-lhe uma emenda, que visa a suprir lacuna observada em seu texto.

A vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1980, com a Emenda n.º 1-CSPC.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Vicente Vuolo, Relator — Saldanha Derzi — Alberto Silva — Amaral Peixoto — Raimundo Parente — José Richa — Jutahy Magalhães — Jorge Kalume.

#### PARECERES Nºs 1.097 E 1.098, DE 1980

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1980 (nº 2.568-B, de 1980, na origem) que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.

#### PARECER Nº 1097, DE 1980 Da Comissão de Agricultura

Relator: Senador Leite Chaves

O Projeto de Lei que vem ao exame deste Órgão Técnico objetiva permitir que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA faça doação, ao Estado de Sergipe, de imóvel de sua propriedade.

A área a ser doada mede três mil e duzentos metros quadrados; está situada no Município de Propriá e se encontra averbada no Cartório do 1º Officio de Justiça da Comarca de Propriá, à margem da transcrição nº 8.635, fls. 165, livro 3-Q, sob o número de ordem 13.646.

O Governo do Estado de Sergipe utilizará a área na ampliação da Escola de 1º Grau João Fernandes de Brito.

A matéria foi submetida ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, nos termos do art. 51 da Constituição, e está instruída com Exposição de Motivos em que o Ministro da Agricultura focaliza os seguintes pontos:

- O Governador de Sergipe solicitou ao INCRA que fizesse doação ao Estado de uma área de terreno urbano, sem benfeitorias, para a ampliação da Escola de 1º Grau João Fernandes de Brito.
- O INCRA possui imóvel, em tais condições, vizinho aquele estabelecimento de ensino.
- O terreno de que trata o presente Projeto de Lei mede 3.200m², devendo a doação realizar-se após autorização legislativa.

Fica demonstrado que o INCRA não utiliza, o terreno nem possui projeto de aproveitamento do mesmo. E seus órgãos dirigentes não opuseram qualquer obstáculo; pelo contrário, concordaram com a doação, em processo que tramitou no Ministério da Agricultura, cujo titular também opinou favoravelmente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das comissões, 8 de outubro de 1980. — Passes Pôrto, Presidente em exercício — Leite Chaves, Relator — José Lins — Benedito Canellas — Pedro Pedrossian — Jutahy Magalhães.

#### PARECER Nº 1.098, DE 1980 Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Vicente Vuolo

Em exame o Projeto de Lei da Câmara que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.

A proposição é de iniciativa do Senhor Presidente da República, que a submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 51 da Constituição, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, que destaca:

"O Exmº Sr. Governador do Estado de Sergipe, invocando a necessidade de proceder à ampliação da Escola de 1º Grau "João Fernandes de Brito" localizada na Cidade de Propriá, pleiteia seja doado àquele Estado uma área de terreno urbano, sem benfeitorias, lindeira com o aludido estabelecimento de ensino, medindo 3.200m² (três mil e duzentos metros quadrados).

O imóvel pleiteado é de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — criado pela Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, Autarquia vinculada a este Ministério — conforme consta do processo nº 198/78 — INCRA, — e está averbado à margem da transcrição nº 8.635, às fls. 165, do Livro-3-Q, sob o nº de ordem 13.646, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Propriá, Estado de Sergipe.

A doação referida se efetivará através de autorização legislativa, de conformidade com entendimento da Consultoria Geral da República, consubstanciado nos Pareceres H-525, de 14 de julho de 1967, L-239, de 4 de julho de 1975 e L-202, de 25 de julho de 1978, que se enquadram na situação prevista no art. 22, do Regimento daquele alto órgão, aprovado pelo Decreto nº 58.693, de 22 de julho de 1966."

Na Câmara dos Deputados, a matéria colheu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, do Interior, de Finanças, sendo aprovada em Plenário, na sessão de 28 de maio último.

Em sua tramitação no Senado Federal, manifestou-se pela aprovação a Comissão de Agricultura.

Sob o aspecto financeiro — que nos cabe analisar é de se salientar que o INCRA não usa o terreno nem projetou qualquer utilização para o imóvel, concordando sua Direção com a doação.

Trata-se de projeto que busca a necessária autorização legislativa para que a doação seja efetuada.

Nada vemos que se possa opor à transferência do terreno salientando que ele se destinará especificamente à ampliação da Escola de 1º Grau "João Fernandes de Brito", pelo Governo do Estado de Sergipe.

À vista do exposto, concluimos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1980.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Vicente Vuolo, Relator — Raimundo Parente — Amaral Peixoto — Alberto Silva — Saldanha Derzi — Jorge Kalume — José Richa — Jutahy Magalhães.

#### PARECERES Nºs 1.099 E 1.100, DE 1980

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1980 (PLC nº 2.037-B, de 1979, na Casa de origem) que "autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA a doar os imóveis que menciona".

#### PARECER Nº 1.099, DE 1980 Da Comissão de Agricultura

#### Relator: Senador Benedito Canelas

Pela proposição que vem a estudo, oriunda do Poder Executivo, o IN-CRA é autorizado a doar, ao Município de Sobradinho, no Estado do Rio Grande do Sul, imóveis de sua propriedade, com área total de 15.329 metros quadrados.

O imóvel objeto de doação, que constitui a gleba denominada "Posse do Caçador", deverá ser utilizado, pela Prefeitura de Sobradinho, em serviços assistenciais de utilidade pública.

Estabelece o projeto que a doação se efetivará mediante termo a ser lavrado em livro próprio do INCRA, e poderá ser anulada, com a reversão dos lotes ao patrimônio do doador, se o donatário der destinação diversa da prevista ao imóvel doado.

A matéria mereceu aprovação nos órgãos técnicos e no Plenário da Câmara dos Deputados.

Exposição de Motivos do Ministro da Agricultura esclarece que, na área doada, o Município de Sobradinho construirá escolas e, também um cemitério municipal. Enfatisa, ainda, que a Consultoria Geral da República, em parecer aprovado pelo Presidente da República e publicado pelo Diário Oficial da União, de 21 de junho de 1967, demonstrou que a alienação gratuita de terras somente poderá efetivar-se mediante expressa autorização legislativa

É evidente que é de conveniência social a utilização, em serviços assistenciais de utilidade pública, de imóveis disponíveis por organismos da administração pública.

Somos, portanto, pela aprovação do presente projeto lei.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 1980 — Evelásio Vieira, Presidente — Benedito Canelas, Relator — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — José Lins.

#### PARECER Nº 1.100, DE 1980 Da Comissão de Finanças

# Relator: Senador Mendes Canale

O projeto de lei sob exame, de iniciativa do Poder Executivo, tem por objetivo conceder autorização ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para promover a doação de imóveis ao Município de Sobradinho, no Estado do Rio Grande do Sul.

Trata-se de uma área pouco superior a 15 mil metros quadrados, englobando cinco lotes situados na gleba "Posse do Caçador", no referido Município.

A doação está condicionada à instituição, no local, de serviços de assistência à comunidade, daí porque, nos termos do art. 4º, se insere condição resolutiva, determinando a reversão dos bens ao doador, sem qualquer indenização, caso venha o donatário a atribuir diversa destinação ao imóvel.

A matéria mereceu acolhimento no Plenário da Câmara dos Deputados, após pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Economia, Indústria e Comércio.

Nesta Casa, manifestou-se pela aprovação da sugestão a Comissão de Agricultura.

No âmbito das atribuições conferidas a este órgão técnico, nenhum obstáculo existe que se possa opor à aprovação da proposição.

Com efeito, a destinação da área envolve inquestionável matéria de interesse social, como salienta a Exposição de Motivos que acompanha a Mensa-

gem presidencial, esclarecendo que nos imóveis deverão ser construídas escolas e o cemitério da municipalidade.

A relevância da medida para a comunidade do Município de Sobradinho, no Rio Grande do Sul, dispensa maiores considerações a cerca da sua oportunidade e conveniência, razão por que opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980 — Cunha Lima, Presidente — Mendes Canale, Relator — Affonso Camargo — Raimundo Parente — Saldanha Derzi — Vicente Vuolo — Jorge Kalume — Jutahy Magalhães — José Richa — Amaral Peixoto.

#### PARECER Nº 1.101, DE 1980

Da Comissão de Finanças. Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 69, de 1980 (n.º 3.160-B, de 1980, na Casa de origem) que "concede pensão especial a Pedro Paulo Kossobusky, e dá outras providências".

#### Relator: Senador Affonso Camargo

De iniciativa do Senhor Presidente da República, vem a exame da Comissão de Finanças o Projeto de Lei que concede pensão especial a Pedro Paulo Kossobusky, e dá outras providências.

A matéria é submetida à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 51 da Constituição, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Exército, que afirma:

"Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anteprojeto de lei anexo, pelo qual a União concere amparao a Pedro Paulo Kossobusky, residente no Município de Ponta Grossa, Estado do Parana, vitima da explosão de uma granada de mão ofensiva encontrada em local onde foram realizados exercícios por tropas militares.

O lamentável acidente foi objeto de sindicância instaurada pelo Comandante do então 13.º Regimento de Infantaria, em cuja solução ficaram patentes os indícios que levam a concluir-se pela responsabilidade civil da União.

O inditoso cidadão sofreu perda do antebraço esquerdo, ao nível do terço anterior, sendo considerado inválido."

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada em plenário, na Sessão de 23 de outubro último, depois de tramitar pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

A pensão especial mensal é equivalente a duas vezes o maior salário mínimo do País, sendo benefício intransferível e inacumulável com quaisquer rendimentos recebidas dos cofres públicos, inclusive pensão previdenciária, resalvada a opção.

Tal benefício extinguir-se-á com a morte do beneficiário.

Sob o aspecto financeiro, vale ressaltar que a despesa decorrente da lei correrá à conta de Encargos Gerais da União — Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Trata-se de amparar vítimas de explosão acidental de granada ofensiva, estando caracterizada a responsabilidade da União.

A vista do exposto, opinamos pela aprovação do projeto. Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Affonso Camargo, Relator — Raimundo Parente — Amaral Peixoto — Saldanha Derzi — Vicente Vuolo — Jorge Kalume — Jutahy Magalhães — José Richa.

#### PARECERES Nºs 1.102 E 1.103, DE 1980

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 65, de 1980, (n.º 3.543-A, de 1980), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP e dá outras providências."

#### PARECER N.º 1.102, DE 1980

# Da Comissão de Serviço Público Civil

# Relator: Senador Bernardino Viana

De iniciativa do Senhor Presidente da República, vem a exame desta Casa projeto de lei visando a autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP e a dar outras providências.

A proposição iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados, onde mereceu aprovação, tendo ali chegado acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do DASP, esclarecendo que

"O estabelecimento de um programa de formação e os projetos de aperfeiçoamento sistemático do servidor reclamam a institucionalização de um Centro de Formação, com sede em Brasilia e projeções em algumas cidades. Essas projeções não serão obrigatoriamente construidas, mantidas e operadas pelo Governo Federal. Poder-se-á de-

terminar programas de estudo e trabalho, descentralizando a execução mediante convênios e contratos, sem prejuizo da orientação, fiscalização e controle, a nível central, de forma unificada e permanente.

O desenvolvimento do sistema de formação de pessoal para a Administração Federal Direta e Autárquica, excluídas as atuais escolas voltadas para o preparo de recursos humanos destinados ao desenvolvimento de atividades específicas (diplomacia, polícia federal, informações, serviços postais, tributação, etc.) deverá se inserir na competência do DASP e abranger o seu universo, atingindo todas as categorias, desde as mais simples, de apoio, até as mais especializadas, de nível superior.

O projeto deve contemplar, também, a reciclagem e a atualização dos funcionários de forma obrigatória, obedecendo, em cada caso, a intervalos e períodos julgados necessários.

As transformações que vêm ocorrendo em todos os segmentos da vida nacional, bem como a velocidade com que se manifestam, exigem uma atualização permanente de conhecimentos, a fim de possibilitar o acompanhamento das mutações do cotidiano e afastar eventuais distorções nos diversos campos de atividades.

Por outro lado, para maior exito na Administração, urge selecionar os mais capazes, assegurando-lhes o acesso a novas funções."

Assim é que o Projeto, corporificado em 16 (dezesseis) artigos, autoriza, no 1.º deles, o Poder Executivo a instituir, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, nos termos da Lei Civil, a Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, vinculada ao DASP, com foro na Capital Federal e com prazo indeterminado de duração.

Em seu 2.º artigo, declara que a FUNCEP terá autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do seu ato constitutivo, inclusive o respectivo Estatuto, devidamente aprovado por decreto do Presidente da República, sendo a União representada no ato de constituição da entidade pelo Diretor-Geral do DASP.

Destaque-se que a FUNCEP terá como finalidade promover, elaborar e executar os programas de formação, treinamento, aperfeiçoamento e profissionalização do servidor público da Administração Federal Direta e Autárquica, bem assim estabelecer medidas visando ao seu bem-estar social e recreativo.

O Patrimônio da FUNCEP será constituído pelos imóveis a ela transferidos pela União; dotações, auxílios e subvenções que lhe forem destinados em orçamento de qualquer nível do Governo ou das suas Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Órgãos Autônomos; doações legadas ou contribuição de pessoas físicas ou jurídicas; rendas, de qualquer espécie, de seus próprios serviços, bens ou atividades; bens móveis e imóveis de seu domínio; contribuições provenientes de entidades públicas ou privadas, estrangeiras e internacionais; incorporações de resultados financeiros dos exercícios; além de outras rendas eventuais.

A FUNCEP terá como seus Órgãos, com a constituição, atribuições e competências fixadas no Estatuto — a Presidência e o Conselho Diretor, composto de 4 (quatro) Membros.

Considerando que a criação da FUNCEP vem ao encontro de uma necessidade séria de que se ressente a Administração Pública do País, qual seja a da formação específica do servidor para o exercício da função pública e que as despesas de constituição, de instalação e de funcionamento serão atendidas pela abertura de um crédito especial de quatrocentos milhões de cruzeiros que o projeto autoriza o Poder Executivo a abrir, somos, no âmbito desta Comissão, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1980. — Evandro Carreira, Presidente — Bernardino Viana, Relator — Alberto Silva — Lázaro Barboza.

# PARECER N.º 1.103, DE 1980 Da Comissão de Finanças

#### Relator: Senador Jorge Kalume

Na forma regimental, vem a exame da Comissão de Finanças o Projeto de Lei de iniciativa do Senho<u>r Presidente</u> da República, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP e dá outras providências.

A Exposição de Motivos do Senhor Diretor do DASP, que acompanha a Mensagem Presidencia<sup>1</sup>, assim justifica a instituição da Fundação:

"Nenhuma comunidade pode descurar-se da formação dos recursos humanos que a compõem, pois na elevação pro-

fissional repousa o sucesso, a eficiência e a eficácia administrativas como suporte basico para o seu desenvolvimento.

A formação específica para o exercício da função pública, no Brasil, não tem representado preocupação própria e intensiva do Governo Federal, uma vez que o ciclo se inicia na seleção através de concursos. Em outros países, entretanto, a diversos níveis funcionais já se encontra institucionalizada a orientação do elemento humano para o serviço do Governo.

Em nosso País, as iniciativas estão afetas às escolas secundárias e às universidades, Entretanto, como o horizonte profissional não é alentador, a própria formação, principalmente nas disciplinas especificamente dirigidas ao setor público, é deficiente em qualidade e quantidade. Assim, Contabilidade Pública. Administração Financeira, Administração de Material, etc. não vêm respondendo, a contento, às necessidades de formação em seu todo.

O estabelecimento de um programa de formação e os projetos de aperfeiçoamento sistemático do servidor reclamam a institucionalização de um Centro de Formação, com sede em Brasilia e projeções em algumas cidades. Essas projeções não serão obrigatoriamente construídas, mantidas e operadas pelo Governo Federal. Poder-se-â determinar programas de estudo e trabalho, descentralizando a execução mediante convênios e contratos, sem prejuízo da orientação, fiscalização e controle, a nível central, de forma unificada e permanente.

O desenvolvimento do sistema de formação de pessoal para a Administração Federal Direta e Autárquica, excluídas as atuais escolas voltadas para o preparo de recursos humanos destinados ao desenvolvimento de atividades específicas (diplomacia, polícia federal, informações, serviços postais, tributação, etc.) deverá se inserir na competência do DASP e abranger o seu universo, atingindo todas as categorias, desde as mais simples, de apoio, até as mais especializadas, de nível superior.

O projeto deve contemplar, também a reciclagem e a atualização dos funcionários de forma obrigatória, obedecendo, em cada caso, a intervalos e períodos julgados necessários. As transformações que vêm ocorrendo em todos os segmentos da vida nacional, bem como a velocidade com que se manifestam, exigem uma atualização permanente de conhecimentos, a fim de possibilitar o acompanhamento das mutações do cotidiano e afastar eventuais distorções nos diversos campos de atividade.

Por outro lado, para maior êxito na Administração, urge selecionar os mais capazes, assegurando-lhes o acesso a novas funções.

É relevante destacar que o sistema, já institucionalizado, de requisitar funcionário para o exercício de assessoramento superior, desestimula o pouco de profissionais que ainda resta e que passa a não ter horizontes na carreira, vendo cerceada legitima e estimulante aspiração. Tal fato não ocorre nas Forças Armadas, única instituição que possui o elo integrado de "recrutamento-formação-seleção-aperfeiçoamento". não contando com o elemento requisitado — pois dispõe de homem certo em sua própria Organização.

Diante do exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que institui a Fundação Centro de Formação do Servidor Público, pois cabe um esforço governamental no sentido de institucionalizar a qualificação profissional na Administração Pública, a fim de que os funcionários dos vários organismos administrativos do País estejam aptos a cumprir o papel de co-responsáveis pela gerência do Estado."

Na Câmara dos Deputados, a proposição colheu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e Finanças, obtendo aprovação do Plenário em Sessão de 21 de outubro do corrente ano.

Sob o aspecto financeiro que nos cabe analisar, devemos inicialmente salientar que o artigo 4.º do projeto autoriza o Poder Executivo a transferir ao patrimônio da FUNCEP os imóveis necessárlos ao desenvolvimento de suas atividades.

Já o artigo 5.º prevê a constituição do Patrimônio da FUNCEP por dotações, auxílios e subvenções orçamentárias de qualquer nível de Governo, Autarquias, Empresas Públicas etc; por doações, legados ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas; por rendas de seus serviços, dentre outras.

É transferida para a FUNCEP o Fundo Especial de Formação do Pessoal, criado pela Lei n.º 6.661, de 21 de junho de 1979.

O patrimônio, a renda e os serviços da FUNCEP gozarão da imunidade prevista na alínea c do inciso III do artigo 19 da Carta Magna.

Trata-se de entidade que irá desenvolver papel de relevo na formação de pessoal para a função pública, demonstrando a sensibilidade do governo para o aperfeiçoamento de seus servidores.

E por assim entendermos, na linha do exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Jorge Kalume, Relator — Jutahy Magalhães — José Richa — Saldanha Derzi — Amaral Peixoto — Raimundo Parente — Affonso Camargo — Vicente Vuolo.

## PARECERES Nºs 1.104, 1.105, 1.106 E 1.107, DE 1980

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 08, de 1980 (nº 43-B, de 1980, na Câmara dos Deputados), que "aprova os textos do Convênio Ibero-americano de Seguridade Social e do Convênio Ibero-americano de Cooperação em Seguridade Social, concluídos em Quito, Equador, a 26 de janeiro de 1978".

#### PARECER Nº 1.104, DE 1980 Da Comissão de Relações Exteriores

#### Relator: Senador Nelson Carneiro

Chega a esta Comissão, para os fins previstos no artigo 44, inciso I, da Constituição, o texto do Convênio Ibero-americano de Seguridade Social e do Convênio Ibero-americano de Cooperação em Seguridade Social, concluídos em Quito, Equador, a 26 de janeiro de 1978.

A matéria é acompanhada de Exposição de Motivos subscrita pelo Chanceler brasileiro, onde é esclarecido que os textos em epígrafe foram assinados quando da reunião do Comitê Permanente da Organização Iberoamericana de Previdência Social, realizada na cidade de Quito, Equador, em Janeiro de 1978. Segundo o referido documento, o primeiro ato internacional tem por objetivo lançar as "bases para a cooperação entre os sistemas de previdência social dos países ibero-americanos "enquanto o segundo visa definir o "campo de cooperação entre as entidades responsáveis, em cada país, pelos sistemas de previdência e assistência sociais". Justificando o interesse na aprovação da matéria assinala o Ministro das Relações Exteriores que a adesão do Brasil aos dois Convênios permitirá um extreitamento das nossas relações com os países da região.

A parte preambular do Convênio revela que as Partes Contratantes, movidas pelo desejo de consolidar os vínculos de amizade e cooperação e sobretudo empenhados em garantir adequada proteção social aos trabalhadores migrantes, resolveram formular um projeto de tratado que, respeitadas as peculiaridades de cada país, permita um eficiente sistema de intercâmbio entre as respectivas entidades previdênciárias.

No que tange ao campo de incidência do ajuste, determina o artigo 1 que seja extensivo aos seguintes programas, tais como previstos na legislação interna de cada Estado:

- assistência médico-sanitária;
- prestações velhice;
- invalidez; e
- sobreviventes.

Poderão os países, por iniciativa própria, ampliar a abrangência a outros direitos constantes dos respectivos sistemas previdenciários.

Serão beneficiários do sistema ora instituído as pessoas que estejam ou tenham estado vinculadas ao sistema previdenciário de qualquer dos Estados Contratantes em função de serviços prestados. Ocorrendo a hipótese, terá o segurado, no país receptor, os mesmos direitos e obrigações que os nacionais. Quando a legislação interna específica exigir a observância de prazo de carência, a fim de que segurado faça jus às prestações, serão computados os períodos de serviço prestados em qualquer país-membro do convênio.

Além de beneficiar os trabalhadores estrangeiros residentes o tratado contempla igualmente aqueles que se encontrem "circunstancialmente" em outro Estado, bastando para tal que justifiquem gozar dos direitos pleiteados no Estado de origem. Também serão protegidos os que necessitarem de serviços médicos ou de reabilitação altamente especializados e só disponíveis no outro país. Nestas duas hipóteses os encargos financeiros do atendimento ficarão a cargo da entidade à qual a pessoa esteja originariamente vinculada.

Em relação aos direitos concernentes às prestações por "velhice, invalidez e sobrevivente", assegura o convênio a "totalização dos períodos de cotização computáveis em virtude das disposições legais" de cada país. Assim sendo, uma pessoa que tenha prestado serviços em mais um Estado poderá somar os diversos períodos para fins de aposentadoria outros direitos previdenciários. O convênio determina que as prestações econômicas recebidas pelas partes não sejam objeto de redução, suspensão, extinção, desconto ou gravames (artigo XVIII). Entretanto, como bem observa a exposição de motivos "tal dispositivo contraria a legislação fiscal brasileira que determina que as prestações pecuniárias pagas pela previdência a beneficiários residentes no exterior sejam tributadas com a alíquota de 25%. Impõe-se destarte seja feita reserva quanto ao conteúdo da norma contida no artigo XVIII.

O texto do segundo ajuste submetido à nossa apreciação estabelece um sistema de cooperação mútua, visando a:

- permutar informações sobre legislação e normas de aplicação;
- permutar experiências sobre desenvolvimentos práticos na área de serviços sociais
- prestar assessoramento e assistência técnica da planificação, organização e desenvolvimento de serviços médicos;
  - conceder bolsas de especialização no campo da seguridade social;
- conceder colaboração financeira para transferência de tecnologia e infra-estrutura.

Acreditamos que os atos internacionais em pauta, além de se revestirem de louváveis intenções humanitárias, servirão para estreitar os laços de fraterna amizade que devem presidir o relacionamento entre os povos hemisféricos.

Tendo sido observadas as formas usuais de direito das gentes e respeitados os postulados de reciprocidade de tratamento e não ingerência nos assuntos internos, nada há, no âmbito desta Comissão, que possa ser oposto aos textos em exame.

Ante o exposto, somos pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Decreto Legislativo oriundo da outra Casa do Congresso Nacional.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 1980. — Tarso Dutra, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Aloysio Chaves — Tancredo Neves — Itamar Franco — José Richa — Almir Pinto — Henrique de La Rocque — Saldanha Derzi.

#### PARECER Nº 1.105, DE 1980 Da Comissão de Legislação Social

#### Relator: Senador Nelson Carneiro

Coube-me relatar, na Comissão de Relações Exteriores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 08, de 1980, já acolhido pela Câmara dos Deputados, e que "aprova os textos do Convênio Ibero-Americano de Seguridade Social e do Convênio Ibero-Americano de Cooperação em Seguridade Social, concluídos em Quito, Equador, a 26 de janeiro de 1978".

Reporto-me à exposição feita naquele aludido parecer:

"A parte preambular do Convênio revela que as Partes Contratantes, movidas pelo desejo de consolidar os vínculos de amizade e cooperação e sobretudo empenhadas em garantir adequada proteção social aos trabalhadores migrantes, resolveram formular um projeto de tratado que, respeitadas as peculiaridades de cada país, permita um eficiente sistema de intercâmbio entre as respectivas entidades previndenciárias.

No que tange ao campo de incidência do ajuste, determina o artigo I que seja extensivo aos seguintes programas, tais como previstos na legislação interna de cada Estado:

- assistência médico-sanitária;
- prestações velhice;
- invalidez; e
- sobreviventes.

Poderão os países, por iniciativa própria, ampliar a abrangência a outros direitos constantes dos respectivos sistemas previdenciários.

Serão beneficiários do sistema ora instituído as pessoas que estejam ou tenham estado vinculadas ao sistema previdenciário de qualquer dos Estados Contratantes em função de serviços prestados. Ocorrendo a hipótese, terá o segurado, no país receptor, os mesmos direitos e obrigações que os nacionais. Quando a legislação interna específica exigir a observância de prazo de carência, a fim de que o segurado faça jus às prestações, serão computados os períodos de serviço prestados em qualquer país-membro do convênio.

Além de beneficiar os trabalhadores estrangeiros residentes o tratado contempla igualmente aqueles que se encontrem "circunstancialmente" em outro Estado, bastando para tal que justifiquem gozar dos direitos pleiteados no Estado de origem. Também serão protegidos os que necessitarem de serviços médicos ou de reabilitação altamente especializados e só disponíveis no outro país. Nestas duas hipóteses os encargos financeiros do atendimento ficarão a cargo da entidade à qual a pessoa esteja originariamente vinculada.

Em relação aos direitos concernentes às prestações por "velhice, invalidez e sobrevivente", assegura o convênio a "totalização dos períodos de cotização computáveis em virtude das disposições legais" de cada país. Assim sendo, uma pessoa que tenha prestado serviços em mais um Estado poderá somar os diversos períodos para fins de aposentadoria e outros direitos previdenciários.

O convênio determina que as prestações econômicas recebidas pelas partes não sejam objeto de redução, suspensão, extinção, desconto ou gravames (artigo XVIII). Entretanto, como bem observa a exposição de motivos "tal dispositivo contraria a legislação fiscal brasileira que determina que as prestações pecuniárias pagas pela previdência a beneficiários residentes no exterior sejam tributados com a alíquota de 25%. Impõe-se destarte seja feita reserva quanto ao conteúdo da norma contida no artigo XVIII.

O texto do segundo ajuste submetido à nossa apreciação estabelece um sistema de cooperação mútua, visando a:

- permutar informações sobre legislação e normas de aplicação;
- permutar experiências sobre desenvolvimentos práticos na área de serviços sociais;
- prestar assessoramento e assistência técnica da planificação, organização e desenvolvimento de serviços médicos;
- conceder bolsas de especialização no campo da seguridade social;
- conceder colaboração financeira para transferência de tecnologia e infra-estrutura."

Meu voto, nesta Comissão, que examina os Convênios sob outro enfoque, não diverge do proferido na Comissão de Relações Exteriores, pela aprovação daqueles acordos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 1980. — Helvídio Nunes, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Raimundo Parente — Jaison Barreto — Aloysio Chaves — Franco Montoro.

#### PARECER Nº 1.106, DE 1980 Da Comissão de Saúde

Relator: Senador Alberto Silva

Dois textos internacionais de especial significação para a assistência médico-sanitária a velhos e inválidos e para os seguros sociais e previdência em geral são submetidos à consideração do Congresso Nacional, pelo projeto de decreto legislativo que vem a estudo, nesta Comissão.

A matéria foi encaminhada pelo Presidente da República, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição Federal, acompanhada de exposição de motivos, em que o Ministro das Relações Exteriores enfatiza o seguinte:

- os dois documentos (Convênio Ibero-Americano de Seguridade Social e Convênio Ibero-Americano de Cooperação em Seguridade Social) foram assinados por ocasião da reunião do Comitê Permanente da Organização Ibero-Americana de Previdência Social, na Capital do Equador, Quito;
- o primeiro convênio institui bases para a cooperação entre os países da America Latina, especificando os casos em que deverão ocorrer prestações médico-sanitárias, por velhice, invalidez ou morte;
- o artigo XVIII desse documento proíbe a redução, suspensão, extinção, descontos, quitações ou gravames da prestação econômica da previdência social, com base no fato de que o beneficiário resida em outro dos Estados contratantes. Nesse particular, há conflito com a legislação fiscal brasileira, a qual determina que as prestações pecuniárias pagas pela Previdência a beneficiários residentes no exterior sejam tributadas com a alíquota de 25%;
- o segundo convênio define o campo de cooperação entre as entidades responsáveis, em cada país, pelos sistemas de previdência e assistência sociais;
- entre os pontos focalizados por esse documento estão o intercâmbio de informações sobre legislação, intercâmbio de experiências relativas, principalmente, à proteção de grupos especiais prestação de assessoramento recíproco e assistência técnica na planificação, organização e desenvolvimento de serviços médicos, administrativos e técnicos;
- a adesão do Brasil aos dois convênios é do interesse nacional, podendo o Ministério da Previdência e Assistência Social representar o País, no tocante à matéria.
- O Projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Nesta Casa, obteve a concordância da Comissão de Relações Exteriores.

No tocante ao Convênio de Seguridade Social, as normas são dispostas em cinco títulos, como se vê: Título I — Disposições Gerais; Título II — Prestações médico-sanitárias e Prestações de velhice, invalidez e sobreviventes; Título III — Assinatura, ratificação e aplicação; Título IV — Disposições diversas; Título V — Disposições finais.

O Convênio de Cooperação em Seguridade Social trata do âmbito de aplicação do convênio (Capítulo I), das finalidades (Capítulo II), da assinatura e ratificação (Capítulo III).

Como se pode verificar, os dois textos, ao qual o Brasil emprestou a sua adesão, procuram a consolidação dos vínculos recíprocos de amizade e cooperação. Representam um esforço comunitário das nações Ibero-americanas, no sentido de garantir a proteção dos trabalhadores migrantes, inclusive confrontando as peculiaridades da realidade social dos países que integram a área abrangida pelos convênios. O artigo VI, do Convênio de Seguridade Social por exemplo, estabelece.

- Art. VI. As pessoas protegidas de cada um dos Estados Contratantes que prestem Serviços no território de outro Estado Contratante, terão no país receptor os mesmos direitos e estarão sujeitas a iguais obrigações que os nacionais deste último Estado, no que se refere às prestações médico-sanitárias que outorguem seus sistemas de seguridade social, previdência social ou seguros sociais.
  - E o art. XX impõe às partes contratantes os seguintes encargos:
- a) assessorar as autoridades competentes, quando estas o requeiram ou por iniciativa própria, sobre a aplicação do presente Convênio, dos Acordos Administrativos e demais instrumentos adicionais que se subscrevam.
- b) propor as modificações, ampliações e normas complementares ao convênio;
- c) qualquer outro encargo que as autoridades competentes lhes atribuam.

O projeto de decreto legislativo em exame atenta para as restrições aludidas, ao art. XVIII do ato internacional relativo à seguridade social. Somos, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 1980 — Gilvan Rocha, Presidente — Alberto Silva, Relator — Adalberto Sena — Almir Pinto — Henrique Santillo.

#### PARECER Nº 1.107, DE 1980 Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Saldanha Derzi.

Trata-se de proposição encaminhada pelo Poder Executivo visando a aprovação dos textos dos Convênios ibero-americano de Seguridade Social e de Cooperação em Seguridade Social, firmados na cidade de Quito, no Equador, em 26 de janeiro de 1978.

Na Câmara dos Deputados, foi a matéria submetida às Comissões de Relações Exteriores, de Constituição e Justiça e de Trabalho e Legislação Social, sendo posteriormente aprovada em plenário.

Nesta Casa, já se pronunciaram as Comissões de Relações Exteriores, de Legislação Social e de Saúde, todas concluindo no sentido da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo em tela.

Cabe-nos, no âmbito das atribuições conferidas à Comissão de Finanças, examinar os textos mencionados, tendo em vista a sua adequação ao ordenamento jurídico nacional e à conveniência da adoção dos Convênios face aos interesses do País.

Os atos internacionais referidos foram patrocinados pelo Organização ibero-Americana de Seguridade Social, tendo sido firmados pela totalidade de seus membros, visando uma maior cooperação e participação dos países que integram as regiões no que concerne à previdência social.

O texto do Convênio de Seguridade Social caracteriza-se pela fixação das bases para a cooperação entre os sistemas previdenciários adotados pelos países ibero-americanos, determinando, ademais, as áreas de atuação dos referidos sistemas.

Com relação a este Convênio, cabe registrar que a adesão do Brasil há de se fazer com a expressa reserva do Artigo XVIII por contrariar norma constante da ordem jurídica nacional.

Trata-se de dispositivo que veda a redução, suspensão, extinção, desconto ou gravame incidente sobre as prestações econômicas remetidas a beneficiário residente em outro Estado contratante.

De fato, tal preceito colide com as exigências tributárias constantes dos arts. 77, da Lei nº 3.470, de 1978 e 4º, do Decreto-lei nº 1.401, de 1975, de resto regulamentados pelo art. 344 do Decreto nº 76.186, de 1975.

O texto do Convênio de Cooperação, por sua vez, fixa o âmbito de cooperação entre as entidades da previdência social, incluindo-se o intercâmbio de informações e de experiências, o assessoramento recíproco e a organização e assistência dos serviços técnicos, dentre outros aspectos.

A relevância e utilidade dos ajustes firmados para o nosso sistema previdenciário são indiscutíveis.

Com efeito, a proteção do sistema previdenciário de um Estado Contratante às pessoas que prestam serviços no território de outro Estado Contratante, com direitos idênticos aos nacionais do País receptor, configura inestimável avanço nas relações internacionais no plano da seguridade social.

Essa consideração, por si, justifica, a nosso ver, o acolhimento dos textos em tela, desde que de nenhum obstáculo de natureza financeira se pode cogitar

As razões ora alinhadas levam-nos a opinar pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo sob exame.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980 — Cunha Lima, Presidente — Saldanha Derzi; Relator — Jorge Kalume — Vicente Vuolo — Amaral Peixoto — José Richa — Jutahy Magalhães — Affonso Camargo — Mendes Canale.

#### PARECERES Nºs 1.108 E 1.109, DE 1980

Sobre o Projeto de Resolução nº 57, de 1980, que "transforma função prevista na lotação do Gabinete do Presidente do Senado Federal".

#### PARECER № 1.108, DE 1980 Da Comissão de Constituição e Justiça

#### Relator: Senador Helvídio Nunes

De iniciativa da Comissão Diretora, o presente Projeto de Resolução transforma na função de Coordenador de Publicações Especiais, FG-1, uma das funções de Subchefe de Gabinete, previstas na lotação do Gabinete do Presidente do Senado, na forma do art. 337 do Regulamento Administrativo do Senado — Res. nº 58, de 1972.

Para tanto, altera as competências da função, prescrevendo novo elenco de atribuições, consoante as atividades que lhe são próprias, ao mesmo tempo em que determina a alteração do Regulamento Administrativo da Casa, mediante republicação pela Subsecretaria de Pessoal, objetivando a correção do texto regulamentar.

Trata-se de medida que visa a atender a concretas necessidades nos serviços a cargo do Gabinete da Presidência do Senado, os quais, conforme salientado na justificação do projeto, exigem, cada vez mais, atuação nos setores vinculados "à edição de obras de interesse do Parlamento e controle do programa editorial a cargo do Gabinete...".

A proposição atende às prescrições constitucionais e regimentais específicas, estando, assim, em condições de merecer o acolhimento deste Órgão Técnico.

O parecer, pois, é pela aprovação do presente Projeto.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Helvídio Nunes, Relator — Nelson Carneiro — Leite Chaves — Orestes Quércia — Moacyr Dalla — Bernardino Viana — Aderbal Jurema — Lenoir Vargas — Raimundo Parente.

#### PARECER Nº 1.109, DE 1980 Da Comissão de Finanças

# Relator: Senador Mendes Canale

Em exame o Projeto de Resolução de iniciativa da Comissão Diretora que transforma função prevista na lotação do Gabinete do Presidente do Senado Federal.

A justificação que acompanha o projeto diz:

"O Regulamento Administrativo do Senado, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, criou, na estrutura da lotação do Gabinete do Presidente da Casa, duas funções de Subchefia de Gabinete, objetivando, certamente, instituir sistema de apoio administrativo às atividades complexas e volumosas que são deferidas ao Chefe de Gabinete.

Na prática, contudo, verifica-se que, enquanto para esse tipo de apoio apenas uma função seria suficiente, outro setor, da maior significação para os serviços do Gabinete, permanece sem a necessária orientação e coordenação, pois as atividades vinculadas à edição de obras de interesse do Parlamento e o controle do programa editorial a cargo do Gabinete demandam, cada vez mais, permanente dedicação e orientação.

Assim, com o presente projeto, objetiva-se a transformação de uma das funções de Subchefe do Gabinete na de Coordenador de Publicações Especiais, sem modificação na sua lotação e com as atribuições devidamente especificadas.

O projeto, na visão cautelar de suas implicações, remete à Subsecretaria de Pessoal da Casa, a incumbência de incluir, no Regulamento Administrativo do Senado, as alterações decorrentes de sua execução. Manifestando-se sobre a proposição, a douta Comissão de Constituição e Justiça entendeu que ela atendeu as prescrições constitucionais e regimentais específicas e opinou pela sua aprovação.

No que diz respeito à competência da Comissão de Finanças, nada vemos que se possa opor ao projeto.

A providência objetiva atender melhor as necessidades dos serviços a cargo do Gabinete da Presidência do Senado Federal, conforme demonstra a Justificação do Projeto.

Prevê o artigo 2º que a Subsecretaria de Pessoal, na republicação do Regulamento Administrativo do Senado, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, executará as alterações decorrentes.

 $\tilde{A}$  vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução  $n^{\circ}$  57, de 1980.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Mendes Canale, Relator — Amaral Peixoto — Saldanha Derzi — Vicente Vuolo — Jorge Kalume — Jutahy Magalhães — José Richa — Affonso Camargo.

# PARECERES Nºs 1.110 E 1.111, DE 1980

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1980 (n.º 2.973-B, de 1980, na Câmara dos Deputados), que "institui, na Fundação Projeto Rondon, a concessão de Bolsas Especiais a estudantes, nas condições que especifica, e dá outras providências".

#### PARECER N.º 1.110, DE 1980

# Da Comissão de Constituição e Justiça

#### Relator: Senador José Lins

O Senhor Presidente da República, pela Mensagem n.º 166 de 1980, submete à elevada consideração do Congresso Nacional, nos termos do art. 51 da Constituição, projeto de Lei que "institui, na Fundação Projeto Rondon, a concessão de Bolsas Especiais, a estudantes, nas condições que especifica, e dá outras providências".

A referida Mensagem é acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Interior, que afirma:

"A medida ora proposta encontra apoio no Decreto n.º 83.400, de 3 de maio de 1979, que aprovou o Estatuto da Fundação Projeto Rondon, e resulta da necessidade de se integrar, cada vez mais, os estudantes, em todas as atividades da Entidade, fazendo-os conhecer os problemas a ela inerentes, e motivando-os a participar da busca de suas soluções.

Assim como se deprende da própria legislação que institui a Fundação, o papel do estudante no projeto, pela sua singularidade, não encontra similar em qualquer outra área, pública ou privada, onde se realizam estáglos."

Conforme a proposição, a inclusão de estudantes no sistema de Bolsas Especiais de que trata o projeto não poderá interferir no estágio de exercício profissional integrante do respectivo currículo, cabendo ao Presidente da Fundação, as condições de concessão, bem como as jornadas que ficarão sujeitos os bolsistas.

#### Estabelece ainda o projeto:

— a fixação do montante mensal da Bolsa no maior Valor de Referência, estabelecido pelo Poder Executivo para efeito do art. 2.º da Lei n.º 6.205, de 1975, devendo variar em razão do nível do curso (universitário ou profissionalizante de 2.º Grau) e da jornada a que ficar sujeito o bolsista, que poderá ser de 4 (quatro) ou de 8 (oito) horas;

 a observância do critério de atendimento, na distribuição das Bolsas, aos alunos de baixa renda familiar;

— a execução da medida não acarretará gastos adicionais à Entidade concedente;

— a obrigação da entidade em fazer, para os bolsistas, seguro de acidentes ocorridos em decorrência de sua participação nas atividades da instituição;

A ação do programa adquire maior abrangência, por conceder bolsas Especiais a estudantes de cursos profissionalizantes de 2.º Grau, bem assim a universitários, para estágio nas unidades de assessoramento e executivas daquela Fundação, ou em programas específicos por ela desenvolvidos.

Isto posto, somos favoráveis ao presente projeto, por considerá-lo oportuno e conveniente.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1980. — João Calmon, Presidente — José Lins, Relator — Adalberto Sena — Jutahy Magalhães — Aderbal Jurema.

#### PARECER N.º 1.111, DE 1980

#### Da Comissão de Finanças

#### Relator: Senador Raimundo Parente

- O presente projeto, de iniciativa do Senhor Presidente da República, objetiva instituir, no âmbito da Fundação Projeto Rondon, a concessão de Bolsas Especiais, destinadas a estudantes universitários ou de cursos profissionalizantes de 2.º Grau, pela participação, sem vínculo empregatício, nas atividades de apoio técnico ou administrativo daquela entidade.
- 2. Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Ministro de Estado do Interior, que justifica a medida proposta com decorrência da necessidade de maior integração dos estudantes em todas as atividades da Fundação Projeto Rondon, "fazendo-os conhecer os problemas a ela inerentes, e motivando-os a participar da busca de suas soluções".

Além disso, a medida encontra apoio no Decreto n.º 83.400, de 3 de maio de 1979, que aprovou o Estatuto da referida entidade.

 $3_{\odot}$  Alguns dos aspectos mais relevantes, disciplinados no projeto, devem ser mencionados.

Assim, o art. 2.º ressalva do sistema de Bolsas ora proposto a sua não interferência no estádio de exergício profissional integrante do respectivo currículo. Quer dizer, o sistema aqui adotado não substitui, em qualquer hipótese, o estágio profissional, que é requisito do cumprimento do currículo.

No que concerne ao critério de concessão das Bolsas Especiais, dispõe o parágrafo único do art. 3.º que se atenderá (entenda-se, primordialmente) aos alunos de baixa renda familiar.

Quanto ao valor da Bolsa, o art. 4.º estabelece que ele será fixado com base no baior Valor de Referência, e proporcionalmente à jornada a que ficar sujeito o bolsista, observados os limites e condições ali estabelecidos, ou seja:

- I para estudante de curso superior, submetido à jornada de 4 ou 8 horas, respectivamente, o valor da Bolsa será igual a duas ou quatro vezes o Valor de Referência; e
- II para estudante de curso profissionalizante de 2.º Grau, sujeito à jornada de 4 ou 8 horas, o valor da Bolsa será equivalente a uma ou duas vezes o Valor de Referência, respectivamente.

O prazo de duração da Bolsa será de 12 (doze) meses, renovável por igual período, segundo dispõe o art. 5.º

Finalmente, um aspecto de ordem financeira relacionado com as despesas com a concessão das Bolsas. Nos termos do parágrafo único do art. 5.º, tais despesas deverão estar contidas no limites dos recursos orçamentários da Fundação.

4. A matéria, aprovada na Câmara dos Deputados, não é suscetível a quaisquer reparos de natureza financeira, razão por que somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Raimundo Parente, Relator — Amaral Peixoto — Vicente Vuolo — Jutahy Magalhães — José Richa — Jorge Kalume — Saldanha Derzi — Affonso Camarge.

#### PARECERES Nºs 1.112 E 1.113, DE 1980

#### Parecer n.º 1.112, de 1980

Da Comissão de Finanças. Sobre o Oficio "S" n.º 36 de 1980, do Senhor Governador do Estado da Bahía, selicitando autorização do Senado Federal, para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares americanos) destinado ao Programa de Investimentos do Estado.

# Relator: Senador Jutahy Magalhães

Na forma do disposto no art. 42, item IV, da Constituição, o Sr. Governador do Estado da Bahia solicita ao Senado Federal a necessária autorização para que possa aquele Estado contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares americanos), com o Banco do Brasil, observadas as condições e as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

- 2. O Ofício do Senhor Governador do Estado da Bahia esclarece que "os recursos oriundos do empréstimo se destinam, exatamente, à amortização integral de dois contratos firmados com o Banco do Brasil S.A., Agência Los Angeles e Agência Grand Cayman, que apresentam condições de custos e prazos desvantajosos para o Estado, os quais tiveram seus recursos aplicados em investimentos conforme o plano de aplicação à época apresentado à SAREM da Seplan".
- 3. Acrescenta o Chefe do Executivo do Estado da Bahia que "a realização da operação pretendida permitirá uma melhor dis-

tribuição do perfil da dívida do Estado, o qual apresenta-se com um comprometimento alto nos anos de 1981 e 1982 e nos anos seguintes o comprometimento é, relativamente inexpressivo, como pode ser notado no perfil da dívida anexo".

4. Por outro lado, esta operação estenderá o prazo de pagamento dos contratos, cujos recursos já foram investidos pelo Go-

verno, não havendo, assim, novo aporte de capital.

- 5. O exame do perfil do endividamento global esclarece a existência de receita (ICM) para o ressarcimento do compromisso ora assumido o qual permitirá uma dilatação no cronograma de desembolso anterior. Considerando-se os anos críticos (1981/82) os desembolsos iriam atingir, respectivamente, 15,07% e 10,99% da receita prevista do ICM. Nos demais exercícios, estes percentuais estariam na faixa de 8,75 a 2,48%.
- 6. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processado os seguintes documentos:
- a) cópia da Lei n.º 3.805, de 20 de junho de 1980, autorizando a contratar uma operação de crédito externo até o valor de US\$ 47,0 milhões;
- b) Aviso n.º 944, de 21 de outubro de 1980 da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação, bem como a capacidade de pagamento do Estado;
- c) Exposição de Motivos n.º 243, de 11 de novembro de 1980, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;
- d) Oficio (FIRCE-CREDE n.º 80/188) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Decreto n.º 65.071, de 27-8-69 e pelo Decreto n.º 84.128, 29-10-79.
- e) comportamento da divida Estadual (Interna e Externa), relacionada com a receita estadual (ICM).
- 7. O exame das condições crediticias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º inciso II do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.
- 8. No caso, foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alíneas a, b e c). Assim, opinamos favoravelmente à solicitação, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 147, DE 1980

Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares americanos) destinado ao Programa de Investimentos do Estado.

#### O Senado Federal resolve:

- Art. 1.º É o Governo do Estado da Bahia autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares norte-americanos, ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo de bancos liderados por agências do Banco do Brasil S.A., no exterior, cujos recursos serão destinados a aplicação no Programa de Investimentos do Estado, mediante autorização integral de dois contratos externos assinados com o Banco do Brasil S.A. Agências Grand Cayman e Los Angeles, cujos recursos foram aplicados em obras do sistema rodoviário estadual,
- Art. 2.º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pe o Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco do Brasil, nos termos do art. ...º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei n.º 3.805, de 20 de junho de 1980, do Estado da Bahía.
- Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Presidente — Jutahy Magalhães, Relator — José Richa — Jorge Kalume — Alberto Silva — Amaral Peixoto — Raimundo Parente — Saldanha Derzi — Vicente Vuolo.

#### PARECER N.º 1.113, DE 1980

Da Comissão de Constituição e Justiça. Sobre o Projeto de Resolução n.º 147, de 1980, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo, no valor de ...... US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Investimentos do Estado".

#### Relator: Senador Almir Pinto

A Comissão de Finanças, nos termos regimentais, apresentou o presente Projeto de Resolução, que autoriza o Governo do Esta-

do da Bahla a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo de bancos liderados por agências do Banco do Brasil S.A., no exterior, cujos recursos serão destinados a aplicação no Programa de Investimentos do Estado, mediante amortização integral de dois contratos externos assinados com o Banco do Brasil S.A. — Agências Grand Cayman e Los Angeles, cujos recursos foram aplicados em obras do sistema rodoviário estadual.

- 2. A operação de crédito, na conformidade do artigo 2.º do referido projeto, "realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do artigo 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei n.º 3.805, de 20 de junho de 1980, do Estado da Bahia".
- 3. Do exame do processado, verifica-se que foram obedecidas as exigências e trâmites legais estabelecidos pelo Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, para pedidos de exame para contratação de empréstimos, operações de créditos ou acordos externos, de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins da manifestação do Poder Executivo Federal, de que trata o art. 42, item IV, in fine, da Constituição.
- 4. O mérito do pedido já foi ampla e detidamente examinado pela Comissão de Finanças, que concluiu pela concessão da medida pleiteada, nos termos do presente Projeto de Resolução.
- 5. Nada há que possa ser argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, estando corretamente formulada sob os ângulos constitucionais e jurídiços, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

#### Este o Parecer

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Almir Pinto, Relator — Helvídio Nunes — Moacyr Dalla — Aderbal Jurema — Raimundo Parente — Rugo Ramos — Franco Montoro, vencido — Lenoir Vargas.

# PARECERES Nºs 1.114 E 1.115, De 1980

#### PARECER N.º 1.114, DE 1980

Da Comissão de Finanças. Sobre o Ofício "S" n.º 37, de 1989 (n.º 1 635/80 na origem) do Senhor Governador do Estado do Maranhão solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20,000,000 00 (vinte milhões de dólares americanos) destinado a financiar os Programas Integrados de Produção Agropecuária.

#### Relator: Senador Raimundo Parente

- O Senhor Governador do Estado do Maranhão solicita ao Senado Federal, com o presente ofício, nos termos do art. 42, item IV. da Constituição, a competente autorização para aquele Estado contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,0000.00 (vinte milhões de dólares americanos), ou equivalente em outras moedas destinado ao financiamento do Plano de Aplicação anexo, integrante da programação de trabalho da Administração Estadual até 1983, realizações indispensáveis à sustenção do processo de desenvolvimento estadual.
- 2. Segundo consta no Plano de Aplicação para os recursos externos de US\$ 20,0 milhões "os objetivos fundamentais definidos pelo Governo do Estado do Maranhão se assentam no aumento da produção e rendas estaduais e na melhoria da qualidade de vida da população maranhense. Em razão disso, todos os esforços têm sido despendidos nesse sentido. E os resultados, até agora alcançados, acendem a certeza da garantia de que mencionados objetivos serão atingidos. Esses resultados podem ser perfilados a partir da observação dos indicadores a seguir descritos:"

#### A) Setor Primário:

- a) arroz: estimativa 1.463 mil ton. (aumento de 36,7% sobre 1979);
  - b) mandioca: 3.385 mil ton. (aumento de 100% sobre 1979);
  - c) milho 289 mil ton. (aumento de 17% sobre 1979).
  - B) Setor Secundário:
- a) consumo de energia elétrica industrial cresceu 21,3% sobre 1979;
  - b) consumo de cimento cresceu 76,2% sobre o ano anterior;
- c) crescimento nominal da arrecadação 122,3% sobre o exercício anterior.
  - C) Seter Terciário:
- a) exportações interestaduais cresceu 48,5% (em volume físico em relação a 1979);

- b) exportações para o exterior: aumentou 18,0% entre janeiro e setembro, sobre o ano anterior.
- c) valor das exportações; expandiu 153% sobre o valor do ano anterior.
- 3. No capítulo "Perspectivas que se abrem" do documento anexo destacamos:
  - "O projeto de aproveitamento integral do babaçu acha-se em fase inicial de implantação, com os testes-pilotos realizados e em vias de operacionalização em escala industrial. Sua repercussão sobre a economia estadual é extraordinária, notadamente pelos diferentes itens de sua linha de produção, a tal ponto que só uma unidade industrial deverá contribuir, em sua primeira fase de produção, com uma receita de Cr\$ 231,00 milhões de ICM.
  - b) Quanto ao Corredor de Carajás já se encontra concluido o estudo preliminar do Projeto de Desenvolvimento Reglonal do Corredor de Exportações de Carajás, elaborado pelo International Development Center of Japan, o qual se volta para o aproveitamento agricola e agroindustrial ao longo do eixo da ferrovia que ligará a Serra dos Carajás ao Porto de Itaqui. A implantação deste projeto criará uma cadeia de efeitos para frente e para trás, com elevado índice de influência sobre a estrutura econômica e social do Estado. c) Finalmente, quanto ao projeto da ALCOA (Alumminium Company of America S.A.), este se acha em fase inicial de implantação, e deverá começar a produzir (primeira fase, experimentalmente) a partir de julho/1983. Nesse produzirá cerca de 500 mil toneladas de alumina. Avaliando sua lcontribuição à receita estadual, pode-se dizer que ela gerará de IOM, a 70% de sua capacidade plena, o equivalente ao total anual da receita de ICM do Maranhão."
- 4. Fara que tais projetos sejam concretizados e se consolidem, haverá necessidade da injeção de recursos suplementares, inclusive para infra-estrutura, entre os quais, destacamos:

# "1 — Reforço ao Projeto ITALUIS

Destina-se a reforçar o projeto de captação, tratamento e distribuição de água potável a partir do rio Itapecuru, a 70 km de São Luís, face ao exaurimento mediato dos manaciais que alimentam o abastecimento atual da capital do Estado, o que torna o sistema à beira de um colapso sem proporções.

Custo Previsto: US\$ 8,00 (oito milhões de dólares).

#### Melhoria dos Serviços Urbanos

Frocura melhorar os serviços urbanos nas cidades de comando regional, no Estado, de forma a retribuir o esforço produtivo na zona rural, internalizando a renda estadual a nível das regiões-programa, e possibilitando a frenagem do fluxo migratório em demanda da capital, sem agravar, nesta, o desemprego, o subemprego e suas formas associadas de miséria urbana.

Custo Previsto: US\$ 3,50 (três milhões e quinhentos mil dólares).

#### Ampliação do Programa de Estradas Vicinais

Busca melhorar e ampliar a rede de estradas vicinais, verdadeiros caminhos de produção, de forma a assegurar o escoamento dos produtos agricolas, ganhar a atual perda de 20,0% motivada pela falta de estradas, e propiciar ganhos de renda adicional aos produtores rurais do Estado, assegurando-lhes, de certa forma, seu ingresso em uma economia de mercado.

Custo Previsto: US\$ 5,00 (cinco milhões de dolares).

#### Apoio à Produção Agropecuária

Busca melhorar e ampliar a rede de estradas vicinais, verdadeiros caminhos de produção, de forma a assegurar o escoamento dos produtos agrícolas, ganhar a atual perda de 20,0% motivada pela falta de estradas, e propiciar ganhos de renda adicional aos produtores rurais do Estado, assegurando-lhes, de certa forma, seu ingresso em uma economia de mercado.

Custo Previsto: US\$ 5,00 (cinco milhões de dolares).

#### Apoio à Produção Agropecuária

Destina-se a reforçar o apoio e estímulo oferecidos à produção agropecuária, particularmente de arroz, milho, feijão e mandicca, carne, leite e pescados, em especial no que diz respeito aos programas de assistência técnica e extensão rural, defesa sanitária, animal e vegetal, melhoramento genético e regularização fundiária, de forma a se obter

mais elevado índice de expansão de produtividade no setor. Custo Previsto: US\$ 3,50 (três milhões e quinhentos mil dólares).'

- 5. É a seguinte a posição do endividamento em moeda estrangeira, do Governo do Estado do Maranhão em 30-9-80):
  - a) Credor: B. Brasil Ag. Grand Cayman Contrato: US\$ 40,0 milhões, em 1.º-2-80 S. Devedor: US\$ 39,7 milhões.

b) Credor; European Brazilian Bank Ltd. EUROBRAZ Contrato: US\$ 10,0 milhões, em 15-9-72

S. Devedor: US\$ 3.250 milhões.

c) Credor: B. Nordeste do Brasil S.A. Contrato: US\$ 2,20 milhões, cm 24-8-78.

S. Devedor: US\$ 1,65 milhões.

Total do Saldo Devedor = US\$ 44,6 milhões ou Cr\$ 267,6 milhões, representando 5% da receita arrecadada no exercício de

- 6. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processado os seguintes documentos:
- a) copia da Lei Estadual n.º 4.096, de 12 de outubro de 1979, autorizando o Estado a contratar uma operação de crédito externo até o valor de US\$ 200,0 milhões;
- b) Aviso n.º 981, de 4 de novembro de 1980 da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado;
- c) Exposição de Motivos n.º 242, de 11 de novembro de 1980, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, proponda o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;
- d) Oficio (FIRCE-CREDE n.º 80/189) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, comunicando que, de acordo com o disposto no inciso I do art. 2.º do Dec. n.º 65.071, de 27-8-69, e com base nas atribuições que lhe foram conferidas pelo Dec. n.º 84.128, de 29-10-79, o Banco Central do Brasil creden-ciou aquele Estado, com vistas à operação em pauta:
  - e) plano de aplicação para os recursos de US\$ 20,0 milhões.
- O exame das condições creditícias da operação será efetuada pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II, do Dec. n.º 74.157, de 8 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

No caso, foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alineas a, b e c). Assim, opinamos favoravelmente a solicitação, nos termos do seguinte:

# PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 148, DE 1980

Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a realizar Programas Integrados de Produção Agropecuária.

#### O Senado Federal resolve:

- Art. 1.º É o Governo do Estado do Maranhão autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20,000,000 00 (vinte milhões de dólares americanos) ou o equivalente em outras moedas de principal junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinado a Programas Integrados de Produção Agropecuária naquele Estado.
- Art. 2.º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições crediticias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei n.º 4.096, de 12 de outubro de 1979, do Estado do Maranhão, publicada no órgão oficial do Estado do dia 15 de outubro de 1979. bro de 1979. o. VII

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Cunha Lima, Fresidente — Raimundo Parente, Relator — Amaral Peixoto -Alberto Silva — Vicente Vuolo — Jorge Kalume — José Richa -Jutahy Magalhães — Saldanha Derzi.

#### PARECER N.º 1.115, DE 1980

Da Comissão de Constituição e Justiça. Sobre o Projeto de Resolução n.º 148, de 1980, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Governo do Estado do Maranhão a realizar Programas Integrados de Produção Agropecuária".

#### Relator: Senador Raimundo Parente

Pelo presente projeto de resolução apresentado pela Comissão de Finanças, é o Governo do Estado do Maranhão autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinado a Programas Integrados de Produção Agropecuária.

2. O art. 2.º do projeto, ora sob exame, diz que "a operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições crediticias da operação a ser efeinclusive o exeme das condições crediticias da operação a ser ele-tuada pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-finan-ceira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei n.º 4.096 de 12 de outubro de 1979, do Estado do Maranhão, publicada no órgão oficial do Estado do dia 15 de outubro de 1979".

Encontram-se no processado, além dos documentos acima referidos, mais os seguintes, todos minuciosamente examinados pela Comissão de Finanças:

- a) cópia da Lei Estadual n.º 4.096, de 12 de outubro de 1979, autorizando o Estado a contratar uma operação de crédito externo até o valor de US\$ 20,0 milhões;
- b) Aviso n.º 981, de 4 de novembro de 1980, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado;
- c) Exposição de Motivos n.º 242, de 11 de novembro de 1980, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Consti-
- d) Ofício (FIRCE-CREDE n.º 80/189) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, comunicando que, de acordo com o disposto no inciso I do art. 2.º do Dec. n.º 65.071, de 27-8-69, e com base nas atribuições que lhe foram conferidas pelo Dec n.º 84.128, de 29-16-79, o Banco Central do Brasil credenciou aquele Estado, com vistas à operação em pauta;
  - e) plano de aplicação para os recursos de US\$ 20,0 milhões.

Como se verifica, do exposto, a matéria foi detalhadamente examinada pela Comissão de Finanças, que, após cumpridas todas as exigências regimentais, opinou pela aprovação da solicitação do Governo do Estado do Maranhão, nos termos do projeto de resolução que apresentou.

No que compete a esta Comissão examinar — aspecto jurídicoconstitucional —, nada há que possa ser oposto, podendo o projeto ter tramitação normal.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1980. — Aloysio Chaves, Presidente, em exercício — Raimundo Parente, Relator — Aderbal Jurema — Hugo Ramos — Moacyr Dalla — Helvídio Nunes — Franco Montoro, vencido — Lenoir Vargas — Almir Pinto.

# PARECERES Nºs 1.116 E 1.117, De 1980

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1980, (nº 54-B, de 1980, na Câmara dos Deputados) que "aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 7 de novembro de 1979".

#### PARECER Nº 1.116, DE 1980 Da Comissão de Constituição

Relator: Senador Aloysio Chaves

Com a Mensagem nº 82, de 12 de março de 1980, o Senhor Presidente da República, atendendo ao disposto no artigo 44, inciso I, da Constituição, submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas a 7 de novembro de 1979.

Acompanha a matéria Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na qual se esclarece que o documento visa a fomentar as relações culturais entre os dois países estabelecendo para tanto um programa de intercâmbio de profissionais e de concessão de bolsas de estudo. Na parte prembular do ajuste, ressaltam as partes o espírito de integração regional que deve presidir o relacionamento entre os povos do hemisfério e proclamam o desejo de desenvolver o intercâmbio cultural "de acordo com as possibilidades que oferece o progresso da ciência e da cultura".

A fim de facilitar o livre trânsito das idéias entre os dois países, acordam os respectivos governos em conceder facilidades a fim de que as instituições consagradas à difusão dos valores culturais possam livremente exercer suas funções.

No âmbito do conhecimento científico, é prevista a implantação de um amplo programa de intercâmbio compreendendo a organização de cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão além de atividades conjuntas no setor de pesquisas.

Em relação ao ensino superior, as Universidades e instituições oficiais receberão estudantes egressos do outro País em número e condições previamente estabelecidos e comunicados pela via diplomática. Os diplomas e títulos obtidos por nacionais brasileiros e venezuelanos, nos termos acima mencionados, terão plena validade no país de origem, desde que obedecidas as formalidades de praxe.

Os organismos competentes do Brasil e da Venezuela deverão estimular a realização de exposições ligadas à vida cultural e artística da outra Parte, bem como o mútuo conhecimento da literatura, folclore, música, teatro, artes plásticas e cinema.

O presente ato internacional traça em linhas gerais o âmbito material em que há de se desenvolver a cooperação entre os dois países. Representa um instrumento de inegável valor diplomático, porquanto permitirá um crescente relacionamento entre as duas nações. Somos de opinião que os povos do hemisfério devem procurar fórmulas capazes de estreitar os laços de amizade existente, sendo a cooperação cultural um instrumento de alta valia.

Ante o exposto e nada havendo que possa ser oposto ao tratado em epígrafe no âmbito desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Decreto Legislativo oriundo da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 1980. — Tarso Dutra, Presidente — Aloysio Chaves, Relator — Mendes Canale — Almir Pinto — Aderbal Jure-ma — Saldanha Derzi — Itamar Franco — José Richa.

#### PARECER Nº 1.117, DE 1980 Da Comissão de Educação e Cultura

#### Relator: Senador Aderbal Jurema

Chega a esta Comissão, para os fins regimentais, o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 7 de novembro de 1979. A matéria é acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual se esclarece que o objetivo da medida é o de fomentar as relações culturais entre os dois países, mediante a concessão, pelas Partes, de bolsas de estudo, o intercâmbio de profissionais e o exame das condições de reconhecimento da equivalência de diploma e título universitários".

Na Câmara dos Deputados a matéria foi aprovada pelo plenário, após receber parecer favorável das Comissões competentes.

No órgão técnico que nos precedeu no exame da matéria, considerou o a o internacional em pauta "um instrumento de inegável valor diplomático porquanto permitirá um crescente relacionamento entre as duas nações".

O texto, ao longo dos seus XVI artigos, traça o quadro geral em que se há de desenrolar a cooperação cultural entre o nosso País e a República vizinha do norte. Após reafirmarem aderir ao espírito de integração que impulsiona os governos do hemisfério, passam a enumerar, nos diversos dispositívos, as formas específicas de intercâmbio.

No que tange o relacionamento entre as instituições de nível superior, é previsto, além do intercâmbio propriamente dito de docentes e discentes, a implementação de uma série de medidas a fim de facilitar a transferência de estudantes e a equivalência de diplomas.

Na área cultural, serão adotadas providências no sentido de estimular o mútuo conhecimento das atividades literárias, musicais, de artes plásticas, cinematográficas, folclóricas e musicais.

É prevista a livre circulação de jornais, revistas e publicação informativa nos territórios das Partes Contratantes.

Caberá às autoridades nacionais competentes elaborarem de comum acordo, programas específicos de intercâmbio, os quais serão posteriormente examinados pela Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana.

No âmbito da competência desta Comissão, nada há que possa ser oposto à matéria, visto haverem sido respeitados os princípios de reciprocidade de tratamento e de respeito pela soberania interna de cada qual.

Ante o exposto, somos pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Decreto Legislativo oriundo da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1980. — João Calmon, Presidente — Aderbal Jurema, Relator — Adalberto Sena — Jutahy Magalhães — José Lins.

- O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) Do Expediente lido consta o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1980, que receberá emendas, perante a primeira Comissão a que foi distribuído, pelo prazo de cinco sessões ordinárias, nos termos do art. 141, "b", do Regimento Interno.
- O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, o Ofício nº S/40, de 1980 (Nº 153/80, na origem), de 18 do corrente, solicitando, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contratar operação de empréstimo externo, no valor de vinte milhões de dólares americanos, para os fins que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 20 de novembro de 1980

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data, passo a integrar o Bloco Parlamentar do Partido Popular desta Casa.

Cordialmente, Saldanha Derzi.

Brasília, 20 de novembro de 1980.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a partir desta data, passo a integrar o Bloco Parlamentar do Partido Popular desta Casa.

Cordialmente, José Fragelli.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — As comunicações lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 19-Secretário.

São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO Nº 539, DE 1980

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, para o PLS nº 248/79, de autoria do Senador Itamar Franco, que regulamenta o exercício da profissão de "maitre" e "garçon", e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1980. — José Richa, Vice-Líder do PMDB.

# REQUERIMENTO Nº 540, DE 1980

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, para a Indicação nº 002/75, de autoria do Senador Itamar Franco, que sugere à Comissão Diretora do Senado Federal no sentido de se instituir, no Senado Federal, estágio para universitários, nos moldes existentes na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1980. — José Richa, Vice-Líder do PMDB.

#### REQUERIMENTO Nº 541, DE 1980

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, para o PLS nº 145/79, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a localização, no Território Nacional, de usina que opere com reator nuclear, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1980. — José Richa, Vice-Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Os requerimentos que vêm de ser lidos serão publicados e incluídos na Ordem do Dia da sessão seguinte nos termos regimentais.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Benardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (PDS — PI. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a *Gazeta Mercantil*, de 19 do corrente, noticiou que as taxas de juros impostas pelas financeirs, nas operações de crédito, variaram, no Rio, entre 181,1% a 259,7%.

Notícias que me chegam de empresários de minha terra dão conta de que financeiras vinculadas a bancos privados estão captando depósito, através de

letras de câmbio, a juros que medeiam entre 6 a 7 por cento ao mês. Mas, para assombro geral, os gerentes dessas instituições ainda pagam aos investidores, por fora a extracontabilmente, vale dizer, sem recibo ou qualquer outro documento, comissão que varia de 20 a 30 por cento, dependendo do prazo em que a operação é feita, 6 a 12 meses.

Para serem compensadoras ou lucrativas tais tipos de operação, as financeiras estão cobrando nos empréstimos ao comércio e à indústria (bens de uso doméstico) juros de 10 por cento ao mês e comisão, também por fora, que chega até 30 por cento.

Não precisa ser muito bom observador para se chegar à conclusão de que esse tipo de negócio ê o principal móvel da inflação. E essa conclusão ê fácil de ser comprovada aritimeticamente. Um bem que custou a um comerciante 100 mil cruzeiros, o preço de venda ao consumidor, à vista, "via de regra" seria de 140 a 150 mil cruzeiros, aí incluídos impostos, salários de empregado, retirada dos sócios, energia e água, correio, telégrafo e telefone, remuneração do imóvel, instalações, etc. Se esse mesmo bem for vendido a prazo de 10 meses, o seu preço de venda será de 308 mil cruzeiros, se o preço de venda à vista for 140 mil cruzeiros, ou 330 mil cruzeiros, se o preço de venda à vista for 150 mil cruzeiros.

As associações de classe que agregam os empresários e os adquirentes dos bens financiados atribuem esse negócio criminoso à Resolução nº 605, de 2 de abril de 1980, do Conselho Monetário Nacional, que manda que os saldos das aplicações dos bancos comerciais não se expandam, em 1979, em percentual superior a 45 por cento.

Mas várias outras denúncias chegaram-me, no sentido de que está se tornando praxe a cobrança de comissão aos beneficiários de tetos operacionais pelos gerentes de grande número de filiais, de bancos da rede privada.

Há ainda o tráfico de influência que surge com a intermediação entre a pessoa que necessita do empréstimo e o gerente do Banco. Esse intermediário apresenta-se como amigo íntimo do Gerente, faz o contato entre este o pretendente ao empréstimo, ajuda no encaminhamento da operação, recebe a sua comissão que chega, às vezes, até a 20 por cento, dependendo do seu grau de liquidez, comissão da qual, em muitos casos, o gerente tem a sua participação.

O Banco Central do Brasil, por força da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o responsável pela fiscalização das instituições financeiras, através de seu quadro de inspetores, mas, ainda que o inspetor seja arguto, dificilmente pode penetrar nos meandros dessas falcatruas. Os beneficiários de empréstimos se levassem a público tais fatos criminosos teriam o seu crédito cortado e cairia na execração daqueles cuja sustentação dos negócios dependem de crédito abundante ainda que a custos elevados.

A captação de depósitos pelos bancos sérios e austeros, aí incluídos os bancos oficiais e poucos da rede privada, é praticamente impossível. A concorrência é desleal e criminosa porque esses bancos nunca poderiam pagar as elevadas taxas que essas financeiras estão pagando, isto é, os 6 a 7 por cento ao mês e mais a comissão por fora.

Esta espoliação lembra-me a penosa situação dos camponeses, em data que antecedeu à Revolução Francesa. Eram 21 milhões de pessoas, correspondentes a 9 décimos dos habitantes da França. Trabalhavam a terra na condição de colonos, jornaleiros e rendeiros. Sobre a sua escassa produção incidiam o dízimo e uma taxa paga ao senhor pelo uso do moinho ou de outro qualquer instrumento agrícola. Ainda contra os colonos haviam os direitos feudais, as justiças senhoriais, o direito de caça e os privilégios de provincias e dos indivíduos. As terras agricultáveis estavam no dominio da nobreza e do clero. A quarta parte de todo o território francês era propriedade das ordens religiosas e congrecionais. Na província de Artois, as propriedades da Igreja somavam três quartos do território. Nas épocas de más colheitas, essa imensa massa da população francesa caía na miséria. Ante situação tão desesperadora e revoltante, a Assembléia Constituinte resolveu, a 2 de novembro de 1889, decretar que "todos os bens eclesiásticos estariam à disposição da Nação para o fim de prover de uma maneira conveniente às despesas de culto, à manutenção de seus ministros, alívio dos pobres, sob cuidado e instrução das provincias".

O Brasil carece de várias reformas já reconhecidas pelo Governo e povo, mas, no meu entender, a mais urgente é a reforma bancária com a redução do número de estabelecimentos bancários em quantidade e qualidade. A atuação e a necessidade da existência das financeiras, bem assim a conveniência ou não da estatização do sístema bancário é um assunto a ser estudado.

Há instrumentos legais para uma solução imediata, tais como o art. 153, § 22, da Constituição Federal, e a Lei nº 4.595/64.

Não é concebível que fatos como os que acabo de denunciar e que são do conhecimento público continuem a acontecer e prosperar. Os segmentos sociais mais pobres são os mais atingidos por essa espoliação, porque são eles os

que são forçados a recorrer, com maior frequência, ao crédito ao consumidor.

Fica, Sr. Presidente, a minha denúncia e o meu apelo no sentido de que, com urgência, se estude e se promova a reforma do sistema bancário nacional. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pisou hoje, pela primeira vez, o solo de Sergipe, na sua alta missão de Presidente da República, o General João Baptista Figueiredo, que, acompanhado de grande comitiva, foi ao meu Estado para participar de várias solenidades.

As 9 horas, o Presidente João Baptista desceu no Aeroporto Santa Maria. Logo após, foi inaugurar a Rodovia asfaltada dos Náufragos, belo caminho paralelo ao litoral da Capítal e ao oceano, no qual, anos passados, foram sepultados os náufragos dos navios torpedeados na II Grande Guerra. A seguir, Sua Excelência participou de um ato público na Praça Fausto Cardoso, sede dos Poderes do meu Estado, falando ao povo da minha terra. A estas horas, está visitando o Projeto Potássio, na Fazenda Castanhal, Município de Rosário do Catete, Projeto esse executado pela PETROBRÁS—Mineração, e que objetiva dar auto-suficiência ao País em insumos básicos de potássio, para a fertilização das terras agrícolas de nossa terra, com isso evitando-se a importação, desonerando a nossa pauta externa.

Sr. Presidente, a viagem do Chefe do Governo e sua comitiva, aos dois Estados vizinhos do Nordeste, Alagoas e Sergípe, não tem aquele caráter de visita para observação dos sérios e graves problemas do Nordeste brasileiro, e sim o de levar àquelas populações, com problemas inegavelmente sérios na sua estrutura social e econômica, a esperança na solução de velhos problemas que os governos, na medida de suas possibilidades, têm procurado resolver.

Ainda ontem, em Paulo Afonso, Sua Excelência inaugurou a Usina Paulo Afonso-IV, a maior usina do complexo da CHESF em Paulo Afonso, com 2 milhões e 470 mil quilowatts. Hoje as cinco usinas já instaladas perfazem cerca de 4 milhões de quilowatts para distribuição de energia ao Nordeste brasileiro, interligando já com Imperatriz, no Maranhão, e, dentro de mais alguns meses, atravês da subestação de 500 quilowatts, haverá de fornecer energia tambêm a Belém do Pará, na substituição das termoelétricas daquela Capital do Norte.

Sr. Presidente, com a inauguração de Tucuruí, espera o Nordeste haja uma inversão de energia para a nossa Região, já que, para 1983, há a perspectiva de déficit energético na nossa área.

Em que pese o Projeto Itaparica, cuja assinatura do projeto de execução foi feita, ontem pelo Sr. Ministro Cesar Cals, e os estudos iniciais da usina de Xingó, na área de nosso Estado, e a de Pão-de-Açúcar, na margem esquerda do São Francisco, no Estado de Alagoas, Esses projetos, com certo atraso na sua execução, no seu cronograma, haverão, de certa forma, de dar uma tranquilidade à área energética em nossa Região, pelo menos por mais uns quinze anos.

Num instante como este, Sr. Presidente, em que uma onda de pessimismo tomou conta, sobretudo, da classe política brasileira, fico a pensar, eu que não sou moço, mas também não sou tão velho. Lembro-me que, quando da inauguração da primeira usina CHESF, usina muito menor do que essa que foi inaugurada ontem, no Governo Cafe Filho a Nação se regozijava, achando que aquela obra estava acima da possibilidade de nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje esta Nação, que se diz depauperada, que se diz em crise, que se diz perdida, ao mesmo tempo em que realiza Itaipu, realiza Tucuruí, termina CHESF-IV, faz o Programa Nuclear Brasileiro e tantos projetos, hoje esta Nação mostra verdadeiramente que somos um povo jovem, fecundo e realizado.

- O Sr. José Lins (PDS CE) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. PASSOS PÓRTO (PDS SE) Com muita honra.
- O Sr. José Lins (PDS CE) Senador Passos Pôrto, congratulo-me com o povo do seu Estado pela visita do Presidente da República. Sua Excelência foi observar dois grandes empreendimentos: em Alagoas, o Projeto Sal-gema e, no seu Estado, o Projeto Potássio, cujo atraso está sendo recuperado pela PETROBRÁS. V. Extambém se referiu à inauguração de Paulo Afonso—IV, a maior das unidades e hidroelétricas da região. Hoje já se eleva a cerca de 4.500 Megawatts a potência instalada em Paulo Afonso. Aproveito o discurso de V. Extapara levantar uma grave questão. Vamos ceder parte da energia do São Francisco ao Projeto Carajás. Logo que, por sua vez, estiver com a sua primeira unidade instalada, Tucuruí ajudará o Nordeste, através de um processo de reversão. Mas, sabemos, nobre Senador, que a energia de Tucuruí não será suficiente para todo o grande projeto de Carajás. Postanto

Tucuruí vai ajudar apenas, eventualmente, o Nordeste brasileiro. Ora, a água do rio São Francisco está sendo quase toda turbinada e continuará sendo, nos próximos anos. Não temos outra fonte de eletricidade e nem de água para a irrigação. No entanto a demanda de energia da Região cresce, 18% ao ano. Acho que é tempo de pensarmos em uma unidade de energia atômica para o Nordeste. Só essa fonte de energia poderia liberar a água do São Francisco, necessária ao processo de desenvolvimento da agropecuária da região. Esta é a sugestão que deixo aqui, que considero de muita importância e acredito que, num fututro próximo, terá que ser pensada com muita seriedade.

O SR. PASSOS PÓRTO (PDS — SE) — A sugestão de V. Ex‡ tem que ser examinada sob vários aspectos. Inicialmente, V. Ex‡ sabe, mais do que nós, de que há possibilidade de uma interligação das disponibilidades hidrelétricas da Amazônia, que poderão ser transmitidas, através de energia contínua, para o Nordeste e haveria condições de suprir, possivelmente, as nossas necessidades. Há um excedente, no momento, de energia no Nordeste, que está sendo encaminhado através de Boa Esperança, que é o elemento de interligação do sistema de Paulo Afonso com o Maranhão e o Piauí e, daí, no final, irá a Belém para fazer a substituição de suas usinas termelétricas, dentro desse programa de racionalização de combustível.

Quanto à instalação de um reator atômico na nossa região, eu tenho até medo de falar, porque o assunto tão explosivo, em face da conjuntura nacional e dos aspectos negativos do aproveitamento de energia atômica, que eu preferiria, num País que não aproveitou um quinto de sua potencialidade hidrelétrica, não se pensar nesse tipo de alternativa para a nossa região.

Há poucos dias, um nobre Deputado da Paraíba chegou a aventar essa hipótese de um reator para a Paraíba, e o bombardeio integral que ele sofreu na região foi de tal ordem que ele foi obrigado a se desmentir. De modo que eu ainda prefiro, nobre Senador, que se aproveitem as potencialidades hidrelétricas, sobretudo comos recursos tecnológicos da interligação através da corrente contínua.

- O Sr. José Lins (PDS CE) Permite V. Ext outro aparte?
- O SR. PASSOS PORTO (PDS SE) Ouço V. Ext mais uma vez, com muito prazer.
- O Sr. José Lins (PDS CE) Esse assunto é realmente muito sério e deve ser tratado com o maior cuidado, mas V. Ext certamente sabe que as nossas possibilidades de produção de energia hidrelétrica no Nordeste estão sendo esgotadas e serão esgotadas rapidamente. Até o fim desta década, possivelmente, se não houver um forte subsídio de energia elétrica na Amazônia, nós estaremos com o nosso processo de crescimento estagnado por falta de energia. Esse é um dado de suma importância e que nos preocupa muito. Por outro lado, nobre Senador, o desenvolvimento do Projeto de Carajás vai absorver Tucuruí — são cerca de 7 mil megawatts e, possivelmente, outras unidades de produção daquela área. O meu receio é que o crescimento da produção de energia, mesmo na Amazônia, não seja suficiente para atender às necessidades crescentes do Nordeste e que, hoje, está crescendo a 18% ao ano, e, ao mesmo tempo, satisfazer os grandes projetos da Região Norte. Se isto acontecer, nós não teremos onde buscar energia. A alternativa seria, definitivamente, ou queimar carvão, com grande dificuldade de transporte, ou queimar óleo por preços absurdos — seria praticamente impossível — ou, então, partimos para o aproveitamento do nosso próprio minério de urânio que está disponível nas maiores jazidas nacionais, lá no Nordeste brasileiro. Então, é uma sugestão que deve ser estudada com o maior cuidado.
- O SR. PASSOS PÔRTO (PDS SE) É uma colocação. V. Ex\* sabe que há possibilidade, no Nordeste, de aproveitamento das microhidroelétricas. Não é uma grande disponibilidade mas há que se examinar aquelas quedas no Nordeste onde existe possibilidade de aproveitamento. Há outras alternativas. Penso que V. Exª está falando do aproveitamento hidroelétrico com fins elétricos e não com fins de energia, porque, para fins de energia, teríamos a biomassa na região e os recursos da região tropical, de grande isolação. A solução para a energia nós temos na região, agora, para a eletricidade, realmente, se haverá de pensar numa reversão de corrente contínua, porque a Região Amazônica tem 100 bilhões de quilowatts e nós só estamos aproveitando, até agora, na Amazônia, aquela Usina de Balbina, para abastecer Manaus. A usina de Tucuruí está dentro do aproveitamento de Carajás. Em Carajás há aquele problema da bauxita, que é um assunto a se reexaminar pelo Governo, tendo em vista que bauxita é venda de energia, alumínio é venda de energia. Resta saber se convém ao País tirar das suas disponibilidades de Turucuí a opção de se aproveitar bauxita ou a opção de se fazer a reversão para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Mas tudo isto está dentro, evidentemente, dos quadros técnicos de direção do Ministério das Minas e Energia.

- O Sr. Jorge Kalume (PDS AC) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. PASSOS PÓRTO (PDS SE) Pois não, nobre Senador.
- O Sr. Jorge Kalume (PDS AC) V. Ex\*, no seu belíssimo pronunciamento nesta tarde, trata de um assunto que me toca a alma, porque V. Ex\* está, com muita justiça, exaltando as obras dos Governos Revolucionários no Setor energético. V. Ex\* mencionou algumas da Amazônia, como Tucuruí, Balbina e eu gostaria de incluir Samuel, em Porto Velho, que irá servir não só para o futuro Estado de Rondônia, como tamém para o Acre, dada a sua grande potencialidade. Essa cachoeira já está sendo estudada pelo Ministério das Minas e Energia. O Ministro César Cals vem-lhe dispensando toda a sua atenção. Era isto que queria dizer, congratulando-me também com V. Ex\* por este tema tão atual e tão empolgante.
- O SR. PASSOS PÓRTO (PDS SE) Muito obrigado. Mas vê V. Ex\*, a cada instante, a Amazônia nos fornece uma potencialidade de energia hidroelétrica. Já estão inferidos mais de 50 milhões de quilowatts na região sem aproveitamento imediato, porque não há nem ocupação ainda econômica e demográfica da área, de modo que acho que nós temos de pensar, primeiro, em esgotar nossos recursos hidroelétricos.
  - O Sr. Almir Pinto (PDS CE) Permite V. Ext um aparte?
  - O SR. PASSOS PÓRTO (PDS SE) Com prazer.
- O Sr. Almir Pinto (PDS CE) Na verdade, nobre Senador Passos Pôrto, V. Ext apresenta à Nação um elenco de fontes energéticas e a fonte nuclear, que são potencialidades energéticas que o Brasil contará para o seu futuro. Dizia V. Ext que somos um País jovem. Somos, sim, um País jovem, mas nós, o aparteante e o orador, nem somos tão jovens assim. Entretanto, queria que Deus nos permitisse chegar até lá para vermos tanta energia hidroelétrica e nuclear!
- O SR. PASSOS PÔRTO (PDS SE) Muito bem, nobre Senador. Sr. Presidente, vou concluir o meu modesto e rápido discurso, ainda concedendo, ao final, um aparte ao nobre Senador Dirceu Cardoso.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Nobre Senador Passos Pôrto, quero crer que V. Ex\*s, do Nordeste, não podem contar muito com Tucuruí, porque a viagem do Sr. Delfim Netto ao Japão, na semana última, comprometeu as disponibilidades elétricas de Tucuruí com o grupo japonês, com a exploração do alumínio naquela área. Sabe V. Ex\* que hoje a indústria que mais requer energia elétrica é a redução do minério de alumínio que é o insumo mais pesado do aproveitamento do alumínio. O Sr. Delfim Netto negociou as disponibilidades elétricas de Tucuruí com a indústria do alumínio de Carajás, ou da Amazônia. Quero crer que vai haver uma sobrazinha para atender à situação do Nordeste, porque a capacidade de Tucuruí será negociada com a redução do alumínio. Isso foi negociado com esses últimos acordos feitos pelo Sr. Delfim Netto com os japoneses.
- O SR. PASSOS PÓRTO (PDS SE) Nobre Senador Dirceu Cardoso, tenho a impressão de que as informações de V. Ext não se compadecem com as que eu tenho e que a Nação tem. O Sr. Delfim Netto fez uma visita a Tóquio, em missão financeira, e abriu o pacote econômico. O aproveitamento de Carajás é um aproveitamento múltiplo; não é só bauxita, há uma série de projetos, inclusive de preparação de infra-estrutura...
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Bauxita é que é o maior.
- O SR. PASSOS PÔRTO (PDS SE) ...não vai ser aproveitado, o aproveitamento de Carajás demandará alguns anos. E V. Ext, que é patriota, deve acreditar também no patriotismo dos outros. Delfim Netto é um brasileiro capaz, ê um grande patriota, um homem que tem interesse pelo desenvolvimento do Brasil.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Isso não tira o patriotismo de S. Ex\*
- O SR. PASSOS PÓRTO (PDS CE) Tiraria, se ele desviasse a energia de Tucuruí só para o aproveitamento da bauxita.

Aliás, nós discutimos há poucos instantes aqui com o Senador José Lins e dissemos que a redução de bauxita significa industrializar energia. Logo, a reversão de Tucuruí ao Nordeste é um compromisso dentro do projeto global de eletrificação do País. Nós vamos inicialmente fornecer energia do Nordeste ao Norte e teremos, em reversão, as sobras de Tucuruí.

De modo que, Sr. Presidente, eu gostaria nesta tarde somente de assinalar a presença do Senhor Presidente da República em nosso Estado, de congratular-me com sua visita, com o povo e Governo do nosso Estado, porque ele lá reabre esperanças para os grandes projetos que nós temos, de ajuda ao nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha, como Líder do Partido Popular.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a esta hora, o Senhor Presidente da República está visitando o meu Estado, certamente cercado por áulicos e por jovens colegiais compelidos a enfrentarem a canícula da minha cidade e a erguerem mecanicamente as bandeirolas em saudação a Sua Excelência.

Se o Presidente da República fosse um político, coisa que certamente não o é, pois, apesar do cargo político que exerce em sua amplitude Sua Excelência declara que não gosta de política, ele certamente veria que o povo do meu Sergipe é um povo extremamente carinhoso, mas também um povo grandemente desconfiado.

Desconfiado, Sr. Presidente, pela tradição de maus-tratos que aquela região vem tendo no curso da nossa História. Não sei se o Senhor Presidente da Repúblia, por não ser um político, sabe que Sergipe, hoje, produz 50 mil barris de petróleo por dia. Não sei se Sua Excelência sabe que temos a maior e a única delimitada jazida de potássio da América Latina, com 12 bilhões de toneladas: não sei se ele sabe que nós possuímos 4,5 toneladas de sais de magnésio, 20 bilhões de toneladas de sal-gema, 2/3 do Estado com o calcário mais puro do País, a única jazida conhecida de enxofre de todo o território nacional, chumbo, cobre, mármore, águas minerais. Tudo isso num Estado de apenas 21 mil quilômetros quadrados e com uma população pouco além de 1 milhão de habitantes. É, ainda mais, privilegiado por ser uma Região geologicamente estável, de terras férteis, com vales de cinco importantes rios, um dos quais de importância nacional, que é o rio São Francisco.

Sua Excelência verá no seu povo carinhoso e desconfiado o apelo de uma Região rica, de uma região maltratada, de uma região que tem contribuído para o progresso do País, mas que não tem recebido a contrapartida do reconhecimento nacional; porque enquanto rica, enquanto poderosa, a minha terra possui bolsões de miséria, talvez as mais evidentes do País; possui infraestrutura de saneamento de esgotos, igual há 60 anos; possui os índices de mortalidade infantil os mais alarmantes e escandalosos do país, só se alinhando junto aos países mais pobres da África.

O que está acontecendo no meu Estado Sr. Presidente, é um retrato do que acontece no Nordeste, nesse Nordeste que atravessa a fase mais crítica de sua problemática secular, do Nordeste recentemente visitado por sua Excelência o Senhor Presidente da República, que lá produziu, entre outras, esstas frases: "Não tenho o que dar ao Nordeste, porque não tenho dinheiro nem para pagar as minhas dívidas". "Perguntem a Jesus Cristo quando o Governo poderá atender ao Nordeste".

É preciso se levar em conta, Srs. Senadores que os gravíssimos problemas nordestinos só serão resolvidos na medida em que o Nordeste for visualizado com seriedade e na medida em que houver uma decisão política, no sentido de que o Nordeste não possa mais ser considerado como uma fratura exposta da Nação.

Os erros seculares e os erros contemporâneos que estão ocorrendo em nossa Região podem ameaçar — ouçam bem isto, Srs. Senadores — podem ameaçar a integridade territorial do País, porque o sentimento que se pensava fantasioso, de secessão naquela Região, começa agora a aparecer, infelizmente a aparecer sutilmente, mas podendo se tornar inevitável na medida em que o Governo Federal trate aquela Região com gracejos.

O Sr. Teotônio Vilela (PMDB — AL) — Permite V. Ext um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Teotônio Vilela (PMDB - AL) Espero que o Senhor Presidente da República, passando, agora por Alagoas e Sergipe, tenha a preocupação de desanuviar o clima pesado que ele próprio gerou na viagem da semana passada, Paraíba, Ceará etc. Porque, na viagem anterior, específica para examinar a situação da seca, Sua Excelência deixou uma impressão triste, amarga para os nordestinos, porque perguntado sobre verbas para atender a Região como V. Ext já salientou ele disse que não tinha verba e que tinha compromissos que não podia, inclusive saldar e obras que não podia parar: citou a Ferrovia do Aço, citou Itaipu, esqueceu de citar a Energia Nuclear. E a conversa entre ele e um fazendeiro foi uma conversa, realmente, profunda, para se interpretar bem o pensamento do Presidente. No final, disse o Senhor Presidente da República: mas eu, ainda que tivesse dinheiro, não aplicaria aqui, ia aplicar em Carajás. Bom, com esta frase o Senhor Presidente da República pôs um ponto final nas nossas esperanças com relação ao poder central. Sabemos que V. Ex\* está passeando por lá, porque vê o bom, vê o ruim, caminha, mas resolver o problema do Nordeste, não. Porque ele já declarou, ele já disse

na cara de trinta milhões de nordestinos, população que constitui uma nação maior do que a nação argentina, já declarou que, lá, salve-se quem puder. E salve-se quem puder porque o poder central não tem nenhuma preocupação com aquela Região, mesmo sabendo que, juntando a produção de Sergipe com a de outros Estados, inclusive a de Alagoas, o Nordeste produz 120.000 barris de petróleo por dia. E qualquer coisa que compremos ao Centro-Sul pagamos o honesto imposto. Mas o que produzimos lá não merece renda para a nossa Região. Temos que dar, temos que ser generosos, temos, inclusive, que prolongar esta generosidade até a santidade, morrer de fome e desgraça, vendo e ouvindo o Presidente da República declarar: "Não atendo a vocês. Ainda que tivesse recursos, não daria". Mas o ponto final que V. Ext tocou, de que está havendo uma conscientização profunda do tratamento discriminatório e, portanto, a sociedade nordestina, como um corpo vivo, vai ter que se salvar, é preciso que se ressalte, esta hora, este sentimento está aumentando. Não desejamos isto, queremos a unidade nacional. Mas é o Governo central que está provocando o esfacelamento deste território, além de outras coisas, até mesmo pela falta de habilidade para se dirigir àquela Região.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Perfeitamente, nobre Senador, e acrescente V. Ext que o Senhor Presidente da República, ao chegar no seu Palácio, disse à imprensa que só viu gente alegre e sorridente no nosso Nordeste.

Aos erros seculares de que Sua Excelência, evidentemente não tem culpa, somam-se os erros dos tempos modernos, aos erros que têm aumentado gradativamente, até criar o que tão bem assinala V. Ext nobre Senador Teotônio Vilela, esse sentimento, que eu diria até nativista, de uma região que sente-se esbulhada, porque sabe que é auto-suficiente na sua balança comercial e tem um potencial de desenvolvimento muito maior de que certas regiões do Sul do País. Vejam V. Ext os erros que se têm acumulado: o primeiro erro, erro contemporâneo, é a reprodução do modelo desenvolvimentista do Centro Sul para o Nordeste, desrespeitando tradições, história, contingências locais, economia etc. Um modelo altamente consumista que obrigou ao Nordeste, região de produtividade muito mais baixa do que o Sul, acompanhar o largo mercado que existe, neste País, como por exemplo, em São Paulo.

O segundo grande erro foi a tal modernização do Nordeste, a tentativa de impor-se naquela região paupérrima, até hoje em condições, primárias de desenvolvimento a civilização, do automóvel, do DDI e da televisão colorida. Eu assisti, Sr. Presidente, em pequena cidade do meu Estado, sem esgotos, com um alarmante índice de mortalidade infantil, com gente morrendo subnutrida e com verminoses, a uma festa de inauguração da Discagem Direta Internacional, assegurando àqueles miseráveis trabalhádores que poderiam falar, diretamente, com Tóquio e Nova Iorque.

O Sr. José Lins (PDS - CE) - Permite V. Ext um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Enquanto isto, Sr. Presidente, a burocracia estatal, com seus salários emparelhados aos salários do Sul, a tecnocracia que construiu a SUDENE, talvez campeã mundial de seminários e congressos, consome os recursos oficiais na tão malfadada modernização do Nordeste. E, o que se viu, Sr. Presidente, foi o mais absoluto e redondo fracasso do modelo desenvolvimentista brasileiro, que, se fracassou no Centro-Sul, muito mais fracassou no Nordeste. Mas, acontece que o Nordeste se conscientiza disto, acontece que o meu Estado, hoje visitado pelo Senhor Presidente da República, sabe que está sendo esbulhado, injustiçado por esta política que justificou todos os traumatismos desses 15 anos, sob a alegação de que iria desenvolver o País e que, no fim, melancolicamente, criou o binômio: miséria mais autoritarismo.

O Sr. José Lins (PDS - CE) - Permite V. Ext um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex\*, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Senador Gilvan Rocha, V. Ext, sem dúvida, é uma das inteligências mais primorosas desta Casa. Ouço sempre os seus discursos com o maior respeito e com a maior atenção. No entanto, nobre Senador, faço um reparo às suas referências ao Presidente João Figueiredo. Na Paraíba, Sua Excelência não fez referências a recursos normais para a Região. O que Sua Excelência declarou foi que um plano para que a Região não mais sentisse os efeitos da seca, seria de altíssimo custo e difícil execução. Requeriria tal volume de recursos que o Governo deles não poderia dispor a curto prazo. Mas é evidente que o Governo Federal tem dedicado o melhor de sua atenção ao Nordeste, e tanto é assim, nobre Senador, que, nessa mesma visita, o Presidente da República inaugurou uma grande hidrelétrica, uma unidade de geração de energia de 2.500 Mw, a maior unidade já instalada no São Francisco, a Paulo Afonso IV, e ainda autorizou o início da unidade de Itaparica, com mais um milhão de Kilowatts. Mesmo no Estado de V. Ext, o Presidente visitou, ou visita neste momento, o projeto do potássio. Mas eu

queria, nobre Senador, fazer também, um comentário a respeito do propalado sentimento de separatismo do Nordeste. Tenho notado, que a Oposição, ultimamente, vem sistematicamente se pronunciando sobre isto. Ora, quando um Líder como V. Ex\*, como o Senador Paulo Brossard, levantam uma questão como esta, não estão apenas fazendo uma observação, estão fazendo mais do que isso, estão insinuando, estão sugerindo; daí a extrema responsabilidade que V. Ex\* assume neste momento. Jamais ouvi, de qualquer nordestino, do mais modesto ao mais prestigiado...

- O SR. GILVAN ROCHA (PP SE) Nem V. Ext pode ver. V. Ext não pode ver porque faz parte de um time, cujo Líder maior diz que não viu ninguém infeliz no Nordeste.
  - O Sr. José Lins (PDS CE) Não há nada de time, Ext
- O SR. GILVAN ROCHA (PP SE) Como V. Ext não viu nenhum infeliz no Nordeste também não percebeu este sentimento que, com toda responsabilidade nossa e V. Ext não vai insinuar que somos irresponsáveis porque estamos trazendo este problema à Casa. Mas V. Ext faz parte da equipe daqueles que usam os óculos de Pangloss. O seu Presidente, Presidente de honra do Partido de V. Ext, diz que viu todo o mundo feliz no Nordeste. Sua Excelência está hoje em palácios, está hoje em banquetes, está hoje tomando whisky nos palácios do meu Estado. Sua Excelência, contrariamente à Oposição, que tem de disputar votos diretos, não está no meio do povo. Então, nobre Senador, V. Ext, talvez por este mesmo fascínio, seja uma exceção à regra. Todo nordestino está absolutamente conscientizado do grave risco de aumento de sentimentos nativistas. Aqui não há ninguém defendendo o fim da Federação Brasiliera; mas registrando uma realidade que só os míopes ou os caolhos não percebem.
- O Sr. José Lins (PDS CE) V. Ex<sup>§</sup> me permite concluir? O que eu temo, nobre Senador, é que V. Ex<sup>§</sup>s., com o intuito único de fazer oposição, lancem mão desta arma terrível, quase a insuflação de um sentimento separatista que não se coaduna com o patriotismo do nosso povo.
- O SR. GILVAN ROCHA (PP SE) Eu não desejo... e faço de conta que eu nem o ouvi, porque acho bastante deseducado o aparte de V. Ext ao dizer que as Oposições estão insuflando o separatismo nordestino.

Faço de conta Ext que eu não ouvi esse aparte. Eu prefiro ficar com as minhas convicções, com a minha honestidade de repórter de situações que estamos percebendo no Nordeste, do que aceitar a deseducada observação de que nós estamos insuflando o separatismo nordestino. V. Ext sempre faz assim, e no afã de defender o Governo, chega até a agredir os seus companheiros.

- O Sr. José Lins (PDS CE) Nobre Senador Gilvan Rocha, concedame V. Ext a oportunidade de concluir...
- O SR. GILVAN ROCHA (PDS SE) Sr. Presidente, eu dizia que a resolução dos problemas econômicos do Nordeste tem que necessariamente passar por uma decisão política. É preciso que a Nação enter da que qualquer decisdão de âmbito nacional tem que passar necessaria e possicamente pelo Nordeste. O Sr. Presidente General João Baptista Figueiredo, mercê do destino, está colocado na História como o Presidente que terá que tomar decisões da maior importância para o futuro da Pátria. O problemna da integração do Nordeste é uma delas. S. Ex‡ há que tomar decisões políticas sobre aquela Região.

E será que esse Governo tem estrutura para decisões políticas? Todos sabemos, Excelência, que, no fulcro da maior crise que já se abateu sobre o nosso País, Executivo e Legislativo, um a reboque do outro, perdem preciosos tempos sem encontrar soluções para os mais graves problemas nacionais, porque aqui, infelizmente, Sr. Presidente, nessa singularíssima democracia, discute-se ainda o que será o que o Presidente chamou democracia possível.

Perdemos preciosos tempos para re6definir aquilo que já é definido que é tradicional, que é secular, que é imutável: a representatividade popular, pelo voto secreto e direto, sem as artimanhas que se inventaram e se pretendem inventar nesse País.

Será, Sr. Presidente, que o Governo e o Presidente da República têm condições de resolver este problema do Nordeste, que é um problema fundamentalmente político? Chefia S. Ex\* um Governo que tem definições políticas? S. Ex\* tem demonstrado que comanda um Governo que fica à espreita de eventuais crescimentos da Oposição para, em contrapartida, inventar fórmulas para destruir esse crescimento.

Vejamos a chamada abertura, Srs. Senadores, a tão louvada e festejada abertura, que começou, inequivocamente, com o aplauso de todos os brasileiros, que foi rápida na Anistia, que nos trouxe a liberdade de imprensa, mas que freiou e que retrocedeu no melancólico episódio da prorrogação de man-

datos, e na recentíssima intervenção ditatorial num Estado organizado, politicamente, o Estado do Mato Grosso do Sul.

Sabe o Sr. Presidente da República, sabe que deve ser, conscientemente, alertado pelas oposições brasileirs, que este País não pode ficar à marcê dos homens que ficam atrás dos reposteiros do poder, a inventar fórmulas para a perpetuação de um grupo no poder até o ano de 2.000.

Sabe Sua Excelência que o restabelecimento das eleições diretas, que Sua Excelência, por mecanismos que todos desconhecemos, impediu que fosse, de iniciativa do Congresso Nacional, para que fosse de iniciativa do Poder Executivo, já está levando os políticos e o povo às ruas.

Se Sua Excelència não determinar as regras destas eleições, regras que esperamos, sejam as regras normais da democracia, não chegarem até a mensagem Presidencial, quando da abertura do próximo ano legislativo, a classe política brasileira, desalentada por aquilo que acreditou em certo momento, que fosse o retorno à democracia plena, poderá, com prejuízo para a Nação, desencadear um movimento de radicalização absolutamente inconsequente para um País que enfrenta sua maior crise sócio-econômica.

Sabe também Sua Excelência que, se mandar ao Congresso mais casuísmos, da mesma maneira Sua Excelência promoverá a inquietação da classe política brasileira, o inconformismo dos democratas deste País, o que redundará, igualmente, numa radicalização absolutamente inconveniente para o momento nacional.

Sua Excelência só tem uma saída, a saída para a normalidade democrática, que não é invenção brasileira mas é uma tradição milenar. A normalização democrática significa alternância de poder, significa respeito à vontade popular para que este País, em paz, possa dedicar-se a resolver os problemas que a empáfia governamental só fez agravar, como no caso do Nordeste.

- O Sr. Mendes Canale (PP MS) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. GILVAN ROCHA (PP SE) Ouço o nobre Senador.
- O Sr. Mendes Canale (PP MS) Só para dizer a V. Ext que nós podemos esperar de quem tem horror à política e só a pratica por dever?
- O SR. GILVAN ROCHA (PP SE) Creio, Sr. Presidente, que a manifestação do nobre colega justifica todo esse sentimento de melancolia reconhecível em todos os políticos responsáveis neste País.

Não adianta usar-se os óculos cor-de-rosa do Planalto — estamos atravessando a pior crise da nossa história republicana. A insistência em se prosseguir num modelo econômico absolutamente falido, a insistência em se gracejar com graves problemas nacionais, a insistência em se assistir, como espectador, o desenvolvimento político ao tempo em que se tenta empenar-lhe o curso, poderá custar a pior coisa que possa acontecer neste País: a igualdade de linguagem entre os mais radicais e aqueles decepcionados democratas, que serão levados pelo Planalto a falar radicalmente.

- O Sr. Luiz Cavalcante (PDS AL) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. GILVAN ROCHA (PP SE) Ouço o nobre Senador Luiz Cavalcante.
- O Sr. Luiz Cavalcante (PDS AL) Eminente Senador Gilvan Rocha, a propósito de uma expressão de V. Ex\* que literalmente o Governo tem que admitir a alternância do Poder, eu me permito lembrar a V. Ex\* que, faz poucos dias agora mesmo me recorri por testemunha de repórteres aqui da bancada da imprensa que o Senhor Presidente da República, por eles interrogado, admitiu francamente a alternância do Poder nos Estados, onde os Partidos de Oposição venham a vencer o meu Partido nas próximas eleições diretas para Governador. Este, o meu aparte.
- O SR. GILVAN ROCHA (PP SE) Muito grato nobre Senador, mas sabe V. Ext que a comunidade política brasileira, apesar desse eclipse de 16 anos, e talvez até por causa dele, é uma comunidade pequena, é uma comunidade que permite que, em Brasília, uma cidade isolada, como sabemos, de alguma maneira saber-se algumas coisas filtradas dos corredores do Planalto. Sabe V. Ext e sabem as oposições, que o Governo admite perder em alguns Estados dentro daquela tônica absolutamente impatriótica de que todo Governador tem que vir ao Planalto buscar recursos para o seu Estado. Sabe V. Exª e todos nós sabemos, que a grande apreensão do Governo, e isto é dito claramente por porta-vozes do poder, é a constituição do Colégio Eleitoral que elegerá o futuro Presidente da República; isto todos nós sabemos, nobre Senador. Sua Excelência, o Presidente, e aqueles que compõem o seu status político põem acima da Nação a obsessão de conduzir o mesmo grupo até o ano 2000. Creio que, contrariamente ao que pensa o nobre Líder do Governo aqui, as Oposições estão fazendo, com o maior patriotismo, a advertência de que este País não suporta mais tais perspectivas e tais casuísmos. Sua Excelência estará aticando fogo em regiões susceptíveis de incendiarem-se, se insistir na tese impatriótica de que a Oposição, como se fora constituída de inimi-

gos da Pátria, não terá acesso ao Poder. Creio, Sr. Presidente, que o papel maior da Oposição brasileira — já que não fazemos parte do poder — é advertir, claramente, sem recados, sem subterfúgios de que o "pior cego é o que não quer ver". Estamos à beira de um colapso social e a única solução para evitar-se isso é a abertura democrática, completa, sem a qual, creio, que nenhum setor da Oposição estará disposto a participar de entendimentos sobre nossos problemas junto a um Governo que não abre claramente as portas da democracia e que seguidamente tenta escamotear a vontade popular.

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — V. Ext me permite?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Itamar Franco (PMDB - MG) - O nobre Senador Luiz Cavalcante, esse homem que todos nós aprendemos a admirar no Senado, Senador Gilvan Rocha, falou S. Ext em alternância de poder. Eu falo para o Líder do PP e falo para o médico: a farmacopéia casuística do Governo é muito grande e nós estamos assistindo a isso, em todos os momentos. V. Ex\* tem razão. Eleições de 1982 nós temos que regra? Sua Excelência o senhor Presidente da República não as definiu e sem as definir não será o Congresso que irá fazer, porque esta Casa, através da sua Maioria, é submissa à vontade do Poder Executivo. Lamentavelmente, o PDS não tem vontade parlamentar; a sua vontade parlamentar é ditada pelo Executivo. Em vários episódios temos assistido isso. V. Exacitou há pouco essa vontade malfadada, terrível, que feriu a República, a Federação, que foi a prorrogação de mandatos. Quantas vezes assistimos alguns líderes do Governo demonstrando o seu voto contrário à prorrogação de mandatos e, no entanto, assistimos a essa prorrogação ser aprovada. V. Ex\* no início mostrou as potencialidades do seu Estado, de seu pequeno Estado. E eu fico me quedando, me perguntando, Senador Gilvan Rocha, com tanta potencialidade, porque o seu Estado, o Nordeste, naquilo que V. Ex exprimiu com grande felicidade, porque o Nordeste hoje é uma fratura exposta, nesta Nação! Mas o que se passa hoje com o Nordeste se passa com toda a Nação. Veja V. Ext o empobrecimento dos Municípios de todos os Estados brasileiros, não apenas Estados do Nordeste. O meu Estado, veja V. Ex\*, Minas Gerais, 70% da sua população economicamente ativa percebe menos de dois salários mensais. Setenta por cento! Mas estamos preocupados com o quê? Saber aonde foi o Sr. Heitor Aquino, Não sabemos se ele está no Nordeste, no terremoto do Ceará. A Nação está preocupada com isso. Ela hoje está preocupada com o limão que está a dez cruzeiros! Ela está preocupada com os aposentados. O Governo não está preocupado com as classes menos favorecidas. O exemplo que dou de Minas Gerais, Senador Gilvan Rocha, é este: o problema econômico-social, onde o Governo tem se mostrado incompetente, mas competente nos seus casuísmos, ele o é.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — V. Ext tem toda razão, nobre Senador Itamar Franco.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que no momento em que o Senhor Presidente da República está pisando o dadivoso solo do meu Estado, que Sua Excelência entenda que as palavras da Oposição de advertência não podem ser confundidas, como infelizmente confundiu o nobre Líder da Maioria, com o incitamento à desordem. O fundamental dever das Oposições é a superior obrigação de apontar ao Senhor Presidente da República — talvez deslumbrado pelas informações de seus áulicos — que o País está muito diferente do que ele imagina estar e que Sua Excelência precisa ficar advertido que este País cansado de mágicas, de truques, de casuísmos, não vai suportar tranqüilamente mais desvios da rota normal da democracia. Corremos o risco da radicalização que, paralela ao epicentro da maior crise da nossa história, poderá levar este País a uma guerra fratricida. Se Sua Excelência ainda acredita no seu povo e no patriotismo das Oposições que os ouça, antes que este País se incendeie, antes que seja tarde demais! (Muito bem! Palmas.)

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.
- O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) Côncedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Senador Dirceu Cardoso.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, assistiu a Casa ao programa de inaugurações com que a Mesa da Casa e, especialmente, a 18-Secretaria vem cumulando, nos últimos dias da sua administração, o Senado da República. Ontem, assistimos a duas inaugurações: a Central de Refrigeração e, depois, Sr. Presidente, a inauguração do centro vital da Casa, hoje um dos centros tecnológicos mais avançados do País, uma das secções do PRODASEN, a Seção de Computadores que o Senado mantém em suas dependências.

Sr. Presidente, nós que temos acompanhado esta série de inaugurações que vêm marcando a administração deste ano e, principalmente, a administração da 1\*-Secretaria, que todas as semanas vem inaugurando melhoramentos avançados na Casa, ontem assistimos a uma inauguração de uma construção de 2 mil metros quadrados, onde foram inaugurados equipamentos os mais avançados existentes, hoje, em funcionamento no País, tais como: aumento da capacidade da unidade Central, de Processamento, aumento da memória dos nossos computadores, a unidade de disco magnético e a unidade de fita magnética, que são, Sr. Presidente, de tecnologia mais avançada que nós temos aqui. Essa aquisição foi iniciada na administração desse grande 1°-Secretário, o Senador Mendes Canale, e realizada na administração de V. Ex\*, Sr. Presidente, que, ontem, através de todo o funcionalismo da Casa, lá presente, lhe tributou as homenagens maiores dessa conquista.

O Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, o PRODA-SEN, é dirigido por um moço, engenheiro ilustre, Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, que fez um curso de dois anos de processamento de computadores na América do Norte, onde cursou a Universidade de Albany, no Estado de Nova Iorque, onde melhorou e aprimorou os seus conhecimentos na área da computação, vem dirigindo com satisfação, com brilho, a unidade do PRO-DASEN da Casa.

Sr. Presidente, V. Ex\*, Sr. 1°-Secretário, que inaugurou há pouco uma ala para as comissões, melhorou consideravelmente a Biblioteca, o Serviço Médico, a entrada da Casa, o Arquivo e outras dependências, que têm, na área de construção, uma área construída maior do que a do antigo Senado da República. Somente nesses melhoramentos com que V. Ex\* tem dotado a Casa, é maior do que a área ocupada pelo Senado da República na velha Capital. Somente a área ocupada pelas salas, umas inauguradas, como a "Ala Nilo Coelho", e, dentro de poucos dias, uma área que será inaugurada, é maior do que o edifício do Senado, o Anexo I, com 32 andares de altura. É para se ver, Srs. Senadores a série de melhoramentos grandiosos com que vem dotando a Casa.

Assim, Sr. Presidente, quero me congratular com a Mesa, com a 1\*-Secretaria, através de V. Ex\*, com o Diretor do PRODASEN, Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, com os seus dedicados funcionários técnicos, que vem dirigindo aquela unidade de processamento da Casa.

- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) permite V. Ext um aparte?
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Apenas para me associar à justa constatação de V. Ext por esse surto de progresso que o Senado da República vem experimentando desde o tempo que aqui cheguei, desde o tempo do 1º-Secretário Mendes Canale, e que se continua agora por esse espírito de trabalho extraordinário do caro colega Alexandre Costa. Em meu nome pessoal, em nome do meu Partido, todas as nossas homenagens ao ilustre 1º-Secretário e a toda a Mesa.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Agradeço ao aparte de V. Ext, que também tributa suas homenagens ao Sr. 1º-Secretário, que tem dotado a Casa de melhoramentos magníficos e que vai criar uma dificuldade para aquele que vai substituí-lo na próxima Mesa, porque não há mais o que inaugurar aqui na Casa. Vai encontrar dificuldade até de colocar uma placa, porque toda as paredes aqui estão ocupadas. Só se passar a inaugurar retrato.

Assim, Sr. Presidente, quero assinalar: o que foi inaugurado ontem aumenta em mais de 50% a capacidade computacional do PRODASEN. Portanto, é um avanço tecnológico magnífico. As nossas felicitações ao seu Diretor, Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, ao seu dedicado funcionalismo técnico, administrativo, de todas as categorias que ali vem de prestar relevantes serviços ao Senado, ao serviço da computação de dados, da sua memória, que tem servido a várias entidades deste País e que tem servido, principalmente, ao nosso País. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

- O Sr. Maurício Leite (PDS PB) Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.
- O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Leite, para uma comunicação.

O SR. MAURÍCIO LEITE (PDS — PB. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia de hoje, quando comemora sua data natalícia, o Governador de Brasília, Cel. Lamaison, abandona o convívio de seus familiares, e, numa inequívoca demonstração de desprendimento e dinamismo, vai a Porto Alegre para assinar convênio de cooperação técnica entre o Distrito Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a execução de serviços de implantação de um sistema de acompanhamento físico-financeiro de projetos e atividades a serem realizados pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul, para o Governo do Distrito Federal.

Deve-se, aqui, ressalvar a preocupação do Sr. Governador de Brasília em dotar a organização administrativa do Distrito Federal de um instrumento adequado de avaliação da estrutura organizacional do atual sistema e de um processo de diagnóstico das atividades desempenhadas, para estabelecimento de um modelo administrativo coerente com a realidade do Distrito Federal.

A assinatura do referido convênio se dará no Palácio Piratini, com a presença do Governador Amaral de Souza e demais Secretários de ambos os Estados.

Portanto, mais uma vez e duplamente, parabéns, Sr. Governador de Brasília! (Muito bem!)

O Sr. Itamar Franco (PMDB — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para uma comunicação.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há pouco, assistimos o Senador Dirceu Cardoso falar dos melhoramentos do Senado Federal. Eu gostaria que, neste instante, os Srs. Senadores apoiassem o pedido que farei em nome dos aposentados do Distrito Federal.

Recebi uma carta de um aposentado, Sr. José Pereira de Souza, fazendo um apelo ao Governador do Distrito Federal, Sr. Aimée Lamaison. O Senado da República é o porta-voz do Distrito Federal.

Leio, portanto, esse apelo:

Existe um órgão ligado à Secretaria de Administração do GDF, denominado Seção dos Inativos, que funciona precisamente no 7º andar do anexo do Palácio do Buriti. Os inativos (aposentados) ligados a esta seção são constituídos, em sua maioria, de exfuncionários da antiga NOVACAP.

Essas pessoas, de modo geral, foram aposentadas não por velhice ou outros motivos, e sim por doenças que lhes impossibilitaram de continuar prestando serviços nos diversos órgãos onde eram lotados, ou mesmo em outras empresas. Constituem quase em sua totalidade de servidores que para aqui vieram e trabalharam dando tudo de si ao tempo em que Dr. Juscelino, assessorado pelo Dr. Israel Pinheiro, empenhavam-se no preparo de Brasília para sua inauguração a 21 de abril de 1960. Eram pedreiros, marceneiros, operadores de máquinas, escriturários, etc. Trabalhavam dia e noite porque a ordem era dar conta da tarefa, a qualquer custo. Daí as razões de muitos terem adoecido, mesmo porque, além do excesso de trabalho, não contavam com o mínimo de conforto, pois residiam, e muitos ainda residem, em acampamentos improvisados, barracos infectos, ganhando mal e lutando contra todas as dificuldades e intempéries atinentes à época.

Mas como todo sacrifício sempre tem sua recompensa, as bênçãos de Deus mandaram que a Lei 1.050/74, de 11-74, reclassificasse estes pobres inativos do GDF. O Governo, no entanto, levou quase 6 anos a reconhecer seus direitos, até que em março deste ano de 1980 mandou pagar-lhes os vencimentos dentro da nova reclassificação, juntamente com as diferenças de janeiro e fevereiro, com a promessa de que brevemente lhes pagariam as diferenças atinentes aos anos de 1974 a 1979. Ocorre que até hoje não se tocou mais no assunto. Quando se procura notícias na Seção dos Inativos as informações são de que temos os direitos aos atrasados, que a dívida foi reconhecida, que já foi publicada no Diário Oficial, etc. e a coisa termina nisto.

Portanto, o Sr. José Pereira de Souza, em nome dos inativos, formula este apelo ao Sr. Governador do Distrito Federal, exatamente no final do ano, aproveitando os créditos suplementares abertos pelo Senado, no sentido de que os inativos sejam pagos, principalmente no período 1974/1979, reconhecendo, assim, um direito de 6 anos.

Há pouco, o Senador Gilvan Rocha falava no aspecto do Nordeste, mas não precisamos nos deslocar para muito longe, porque aqui em Brasília, nordestinos, homens que vieram de todos as paragens estão sofrendo como aposentados, sem receber aquilo que a lei lhes garante.

É o apelo, Sr. Presidente, que faço ao Senado Federal, a este Senado que, como diz o Senador Dirceu Cardoso, está crescendo, está apresentando os seus progressos na informática, na cibernética e na área de comunicação, para que atente para o fato de que ele é o órgão responsável pela assistência ao Distrito Federal, e não pode se calar ante essas vozes sofridas que no passado trabalharam em benefício desta Cidade.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Ext um aparte? O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Pois não.

O Sr. Gilvan Rocha (PP - SE) - V. Ext foi testemunha e partícipe da nossa última reunião na Comissão do Distrito Federal, quando, depois de acordado pela Comissão e pelo Sr. Governador, inclusive com aquela ressalva que V. Ext fez, muito explícita, da gentileza e do interesse pessoal do Sr. Governador em atender um pleito que significava a aplicação de um recurso suplementar, praticamente um centésimo, se não me engano, do Orçamento Geral do Distrito Federal, no sentido de acudir salarialmente, com um abono, às classe menos favorecidas do Distrito Federal, todos nós fomos surpreendidos com o veto presidencial. Mas, muito mais surpreendidos, porque a alegação do veto era um isonomia, isto é, um tratamento equânime para todos os servidores; não se poderia dar um aumento ao pequeno servidor, porque teria que aumentar, por uma questão de justiça, toda a gama de servidores do Distrito Federal. Estranho Governo este, Senador Itamar Franco, que, quando manda a lei salarial, faz exatamente o contrário; comete uma injustiça, desta vez, com os que ganham um pouco mais, que recebem, como prêmio de sua promoção à empresa, do seu preparo técnico, da sua dedicação, o castigo de terem os seus ordenados cortados. Vê V. Ex‡ que todos temos razão quando insistimos no engajamento do Senhor Presidente da República, não na coisa institucional de casuísmos, mas na política — um assunto político - porque só assim este País encontrará os seus rumos. Muito obrigado a

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG) — Eu que agradeço, Senador Gilvan Rocha, o aparte de V. Ex que lembra o triste veto do Senhor Presidente da República ao abono do funcionalismo do Distrito Federal.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República tem os seus conselheiros, conselheiros que vão levar Sua Excelência — já o disse aqui muitas vezes e vou repetir — possivelmente para o inferno. Se levassem apenas o General João Baptista Figueiredo, nós ficaríamos tristes, mas o General João Baptista Figueiredo é o Presidente da República, e ele indo para o inferno, possivelmente a Nação irá junto.

Portanto, dirijo aqui apelo à Liderança do Governo nesta Casa, através do nobre Senador José Lins, para que S. Ext não se preocupe apenas com os problemas do Nordeste, mas que olhe para os inativos do Distrito Federal, e possa, com a sua voz autorizada junto ao Governador do Distrito Federal, que recomeço ser um homem sensível ao aspecto social do seu Governo, levar a palavra dos aposentados, dos inativos do Distrito Federal, na tentativa de receber aquilo que lhes é de direito. (Muito bem!)

# COMPARECEM MAIS OS SRS, SENADORES:

Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Maurício Leite — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Tancredo Neves — Henrique Santillo — Vicente Vuolo — Affonso Camargo — José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário. *É lido e aprovado o seguinte* 

# REQUERIMENTO Nº 542, DE 1980

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 2 a 6 sejam submetidas, sucessivamente, ao Plenário imediatamente após o item

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1980. — Bernardino Viana.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — De acordo com a deliberação do Plenário, fica alterada a ordem das matérias da pauta, nos moldes propostos pelo Senador Bernardino Viana.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 19-Secretário.

É lido o seguinte

# REQUERIMENTO Nº 543, DE 1980

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 13 seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1980. — Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) - Em votação o requerimento.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para encaminhar a votação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, meu requerimento de inversão da ordem se refere ao item 13 da pauta, para que seja colocado no início dos nossos trabalhos, porque há uma série de emprestimos que irão obstruir a pauta na hora da votação.

Sr. Presidente, este projeto se refere a funcionários pequenos da Casa. Temos contemplado altos funcionários da Casa, mas há funcionários que estão vivendo uma vida de miséria, de necessidade, e que têm que ser também apoiados.

Então, faço um apelo, à nobre Bancada da Maioria, para que de prioridade, também, ao atendimento a esses funcionários. Não podemos proteger só os altos funcionários da Casa e esquecer os pequenos. Precisamos lembrarnos dos pequenos também. A vida não subiu só para os grandes. Subiu principalmente para os pequenos. A medida que se desce na escala social, a vida sobe mais para os que são menores, e sobe menos para os que são maiores. Os homens da prateleira de cima sofrem menos. Os desgraçados que estão nos patamares inferiores sofrem mais.

Sr. Presidente, já criamos assessores para o senador, já melhoramos a situação dos altos funcionários. Agora, olhemos para esses funcionários pequenininhos, que tenhamos condições de melhorá-los. Então, faço um apelo ao Senado, para que também contemplemos essa faixa de funcionários.

O nobre Senador Alexandre Costa, que está agora defendendo a situação da Mesa, poderá depois combater, se é que tem mais argumentos para combater, e dar a razão à posição da Mesa contra esses funcionários.

Sr. Presidente, temos dado a mancheias, derramado aos altos funcionários. Agora, aos pequenos, não.

Não há funcionários da Casa. Há brasileiros que prestam serviços ao Senado e que ganham o salário mínimo só. Somente salário mínimo. Esses desgraçados têm que ser melhorados. Não pode continuar essa discriminação violenta a que estamos assistindo no Senado da República. Esses pequenos funcionários estão há meses, há anos esperando essa melhoria.

Então, apenas peço que o item 13 passe para o início da pauta, para que possamos discuti-lo. Aí, então, vamos ouvir as razões da mesa e as razões contrárias às razões da Mesa. É este apelo que faço à nobre Bancada do Governo, que apóie a inversão. Não está sendo votado nada ainda. Só a inversão, para discutirmos, primeiramente, o requerimento de urgência. Apenas isto. Não estamos votando nada ainda. Depois, ouviremos, a tempo, as razões da Mesa.

Este, o meu apelo às Bancadas do Senado.

Srs. Senadores, temos contemplado altos funcionários da Casa. Esta Casa se compõe de diversas categorias. Os mais altos já foram contemplados e os pequenos estão esquecidos. Sobre isso é que o Senado precisa pensar.

Sr. Presidente, no fim desse túnel do tempo que nos conduz aos nossos gabinetes há uma praça. É a "Praça da Colméia". Ali, na "Praça da Colmeia", vive uma grande parte dos nossos funcionários. Uns, Sr. Presidente, zumbindo; outros, fazendo cera. Os de baixo estão aqui lutando, trabalhando, e estão nessa situação.

Não se está requerendo a aprovação de nada, apenas que seja discutida a urgência. Depois da urgência, aí, sim, entraremos no mérito da questão. Está em votação a prioridade. Não estamos votando nada. Não estamos assistindo aos desgraçados que estão ansiando por esta melhoria. Nada disto. Estamos dando a prioridade, unicamente. Depois da prioridade, é que iremos discutir.

Portanto, apelo para a compreensão da Maioria, das nobres Bancadas do PMDB, do PP, dos seus Líderes.

Vamos ter em mãos o projeto para discuti-lo. Ninguém está votando nada, ninguém está aumentando um tostão de ninguém. É somente a prioridade, para discutirmos. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a inversão requerida.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 13:

Votação, em turno único do Requerimento nº 537, de 1980, dos Senadores Gilvan Rocha, Roberto Saturnino e Jarbas Passarinho, solicitando, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 43, de 1978, que altera a composição de classes da categoria funcional de Assistente Legislativo do Grupo—ATividades de Apoio Regislativo de que trata a Resolução nº 18, de 1973, e dá outras Providências.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 19-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 544, DE 1980

Nos termos do art. 280 do Regimento Interno, requeiro a retirada do Requerimento nº 537, de 1980, das Lideranças.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1980. — Gilvan Rocha, Líder do PP — José Lins, Vice-Líder no exercício da Liderança do PDS.

- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Sr. Presidente, peço a palavra.
- O SR. PRSIDENTE (Gasão Müller) Tem a palavra o nobre Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA (PDS — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, deparo-me com um pedido de urgência para projeto revogado há mais de dois anos, e o que é pior, nele encontro pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Mesa Diretora sem nenhuma assinatura de qualquer dos seus membros, nem da Comissão Diretora nem da Comissão de Constituição e Justiça.

É muito comum, e tenho emprestado muito a minha assinatura toda vez que me solicitam a urgência e a apoiamento de projetos, é muito comum esse procedimento. Creio que assim foi com esse pedido de urgência feito aos Líderes, que o fizeram na melhor das intenções.

Como minha intenção, também, é verificar em que dia, porque teria que passar por minhas mãos, em que dia foi aprovado, na Comissão Diretora, este projeto e qual o relator e Membros da Comissão de Constituição e Justiça que emitiram esse parecer. Requeiro também a V. Ext. Sr. Prsidente, a retirada do projeto da Ordem do Dia, e que seja encaminhado à Mesa, para que preste esclarecimentos à Casa (Muito bem!)

- O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, peço a palavra.
- O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.
- O SR. JOSÉ LINS (PDS CE. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o requerimento de urgência foi assinado pelas Lideranças.

Entretanto, tão logo fomos informados pelo Sr. 1º-Secretário das irregularidades do processo, apressamo-nos, eu e o nobre Senador Gilvan Rocha, a corrigir o engano, emprestando o nosso apoio a um requerimento para a suspensão da urgência solicitada.

Creio que assim fica justificada a nossa posição, para que o assunto mereça o estudo que realmente deve receber.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra.
- O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto tem o parecer da Comissão Diretora, que até apresentou um substitutivo.

Srs. Senadores, tenho mantido aqui uma posição contrária ao pedido de urgência, porque sou contrário a que se discutam assuntos sérios em regime de urgência. Ninguém tem tempo, é parecer em cima da perna, apressadamente, descambado, pressa, etc. e não chegamos a resultado nenhum.

- Sr. Presidente, não conhecia o projeto, mas sou favorável à reivindicação dos pequenos. Favorável demais, pois nós temos feito o mundo para os grandes da Casa.
- O Sr. Aderbal Jurema (PDS PE) O que o Senador Alexandre Costa pediu foi um ato de prudência, que se devolvesse à Mesa, para esta investigar o que se encontra neste projeto, porque alega o Senador Alexandre Costa que está sem assinaturas. Foi um ato de prudência, nós todos estamos a favor do pequeno, porque são os pequenos que nos trazem a esta Casa.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, o nobre Senador Passos Pôrto ia emitir o parecer na sessão em que não pôde ser votado. É um Senador que tem conhecimento sobre isso. O Senador Passos Pôrto é da Mesa, se estivesse presente aqui, nós teríamos ouvido uma opinião abalizada sobre o assunto.
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Então, é prova de que a Mesa não emitiu parecer.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) O que é prova?
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) É o que V. Extestá dizendo, que S. Exteria emitir opinião, mas não está presente.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Quando se ia votar...

- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Se S. Ext não estava presente. logo S. Ex\* não emitiu. E tanto não emitiu que não há assinatura de membro da Mesa.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Contra a ordem regimental da Casa, eu também não sou contrário, eu sou pela ordem. De fato, há um parecer aqui, Sr. Presidente, que não se acha assinado. Mas temos, aqui, assinado por uma grande parte dos Senadores, um pedido à Mesa para que seja atendida a reivindicação dessa categoria.
  - O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Permite-me V. Ext um aparte?
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não.
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Eu reconheço que V. Ext é dos que lutam pelos pequenos.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Eu luto por todos.
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Mas V. Ext também há de me fazer justica, porque eu sou o autor da lei de ascensão e progressão que permitiu a todos os pequenos da Casa crescessem dentro do Senado.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Eu votei a lei. O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Logo, eu não estou lutando contra o que pretende este projeto. Só quero esclarecer a V. Ext que a Resolução nº 25, de ascensão e progressão, que nós votamos nesta Casa, em que demos 10, 15 referências a cada um dos pequenos, revogou este projeto. Este projeto está revogado. Nele se encontram, agora, três pareceres: de Finanças, de Justiça e da Mesa, todos três sem nenhuma assinatura. Veja V. Ex\* se estou errado. Se eu ontem fui o autor de uma lei que permitiu a proteção aos pequenos da Casa, não seria eu, no fim do meu mandato, o algoz dos pequenos nesta Casa. O que eu desejo, é, sabedor que V. Ext é de que não poderá haver aumento de despesas, criação de cargos ou transformação sem o parecer da Mesa Diretora, porque aí não existe a manifestação da Mesa, que se retire da pauta, que se envie o projeto à Mesa Diretora. Quem sabe, talvez, então se emita o parecer favoravel que V. Ext deseja, contando, possivelmente, com o
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Nobre Senador, eu tenho a informar a V. Ext, já que V. Ext me convocou para isto, que há o parecer da Comissão Diretora, assinado por Luiz Viana, Dinarte Mariz, Lourival Baptista, Gabriel Hermes e outras duas assinaturas que não reconheço. Portanto, são 5 assinaturas. A Mesa é composta por 7, se há 5 assinaturas, há maioria aqui. É um parecer da Mesa, aqui, assinado.
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Assinado quando, nobre Senador? Qual é a data?
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Data não há, nem no fim nem no início. Diz aqui:
  - "Da Comissão Diretora sobre o Projeto de Resolução nº 43, de 1978, que altera a composição de classes da categoria funcional de Assistente Legislativo, do Grupo - Atividades de Apoio Legislativo, de que trata a Resolução nº 18, de 1973, e dá outras providências. Relator: Senador Gabriel Hermes."
  - O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Mas, qual é a data?
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Não tem. Por isso que sou contrário ao regime de urgência.
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Essa data é anterior à Lei de Ascensão que revogou este projeto. É a Resolução nº 25, que foi votada aqui nos meados do ano passado.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) E há outro parecer, na frente, da Comissão de Finanças, firmado também por 10 Senadores: Tancredo Neves, Mendes Canale, Mauro Benevides, Affonso Camargo, Jorge Kalume, Vicente Vuolo, Arnon de Mello, Raimundo Parente, Amaral Peixoto e Milton Cabral.
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Mas V. Ext verifique que aí há um parecer contrário, assinado pelo Senador Mendes Canale.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Este tem data, 27 de setembro de 1979. Está aqui.
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) Rejeitado, com o parecer do Senador Mendes Canale.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, encontramos um valioso documento, anexado aqui. Uma página do Diário do Congresso Nacional, de 20 de junho de 1980, que diz o seguinte:
  - 'Comissão Diretora 13º reunião realizada em 18-6-80"
- "Projeto de Resolução nº 43, de 1971, que altera composição de classes da categoria funcional de Assistente Legislativo." Está aqui, Sr. Presidente,

passou pela Mesa Diretora. Está aqui, anexada, folha do Diário do Congresso Nacional, de 20 de junho de 1980, com as decisões da Mesa Diretora.

Há ainda que, em 1980, sobre o projeto requereram urgência os Senadores Jarbas Passarinho, Affonso Camargo e Henrique Santillo, respectivamente, o Líder do PDS, o Líder do PMDB e o Líder do PT. Requereram urgência, em novembro de 1980, sobre o mesmo projeto os Senadores Paulo Brossard, Líder do PMDB, e Jarbas Passarinho, Líder do PDS. Dois Senadores, estão as assinaturas aqui, espichadas no no Requerimento nº 535, de 19 de novembro de 1980.

- O Sr. José Lins (PDS CE) V. Ex\* me permite um aparte?
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não.
- O Sr. José Lins (PDS CE) Creio que vale a pena um esclarecimento. Esse projeto foi analisado e rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça. Uma proposição recém-aprovada tratou o problema de modo diferente. Agora surge ele, nesta Casa, como se tivesse sido novamente proposto pela Mesa. Está, porém, presente um membro da Mesa, o Sr. 1º-Secretário, que nos diz, exatamente, que não é esse o caso. A Mesa não está nele interessado, ainda mais em regime de urgência. Ora, nessas condições, é claro que devemos acatar o que nos diz o 19-Secretário e adiar a votação de urgência, para melhor analisar a matéria. Todos nos temos a maior boa vontade, inclusive o Sr. 19-Secretário, com os menos favorecidos. Todos nós estamos de acordo em que os que menos ganham devem ter melhor tratamento. O que se alega, porém, é que a proposta está viciada. Por isso creio ser oportuno seja ela retirada do regime de urgência.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, recebo com certa perplexidade os argumentos aduzidos pela Liderança do PDS.

Quando se quer votar aqui, em regime de urgência, para auxiliar os grandes, ninguém levanta questão de ordem alguma, ninguém mexe, ninguém toca; mas, quando é o pequenininho, montam em cima, esporeiam, esquentam o baixeiro da turma, "molham o baixeiro" — V. Ex. é do interior e conhece esta expressão. O cavalo fica exangüe, exausto, molha o baixeiro e não passa. Esse pessoal é injusto para com os pequenos.

O nobre Senador José Lins, não sei se deu um aparte de cearense ou de cearenso, porque, quando é um aparte de cearense, é um aparte alto, nobre; quando é um aparte de cearenso, tem casca de banana para se escorregar.

Estou de acordo. Mas, quero saber quantos dias teremos para o parecer da Mesa, para o estudo e para a volta do projeto.

- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) O projeto volta à Mesa; segunda-feira digo ao Presidente, ele reúne a comissão e terça ou quarta-feira o projeto estará de volta, com parecer contrário ou favorável da Mesa.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Bem, agora está certo; eu pensei que fosse ficar para as calendas, porque já está há muito tempo na Mesa.
- Sr. presidente, eu não conhecia o projeto; eu conheço é a injustiça praticada. Então pedi a urgência, os Líders atenderam e requereram a urgência. Hoje, outros Líderes a requereram novamente. Eu não estou querendo passar gato por lebre; sou contra a urgência, mas neste caso votei a urgência.
- O Sr. Alexandre Costa (PDS MA) E vou trazer os contracheques desses coitadinhos, para que V. Ext veja. Vou trazer para mostrar, um por
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Então, está contra os coitadinhos, não está contra a idéia do projeto; está contra os pequeninos que estão sendo melhorados. Esta é uma ótica injusta da Mesa.
- Sr. Presidente, se há a promessa de estar aqui o projeto na quarta ou quinta-feira...
  - O Sr. Maurício Leite (PDS PB) Permite, nobre Senador?
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não.
- O Sr. Maurício Leite (PDS PB) Senador, se houver alguma dúvida nesta matéria, com o compromisso do 19-Secretário da Casa, de que o projeto voltará a Plenário com parecer favorável ou contrário na terça ou quartafeira, acho que não há porque duvidarmos dos bons propósitos do Senador Alexandre Costa, como também dos bons propósitos de V. Ext, que são por todos reconhecidos, É apenas isto que quero dizer a V. Ex\*
  - O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Permite, nobre Senador?
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não.
- O Sr. Gilvan Rocha (PP SE) Apenas par fixar a minha posição pessoal, como Líder de Partido, ao episódio. Assinei a urgência e voltei a assinar, porque acho que qualquer questão salarial tem que ser examinada com urgência. Evidentemente que esse pedido regimental não envolve nem meu Partido, nem minha pessoa no mérito do projeto, o qual não conheço na íntegra,

por minhas atribuições aqui, nesta Casa. Mas, ao chegar aqui, fui advertido de que o projeto estava irregular, e por isso concordei com a retirada dele. É apenas para esclarecer a posição do Partido Popular no episódio.

- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Foi o objetivo.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) V. Ext tem razão em alguns aspectos do seu pronunciamento. Há poucos dias, nós tínhamos nesta Casa o quê? Um regime de urgência para se votar o governador de Mato Grosso do Sul. Vê V. Ext que eu levantei duas ou três questões de ordem, nesta Casa. Invoquei, inclusive, alguns artigos do Regimento Interno do Senado Federal e a Mesa indeferiu todas as minhas questões. Então, vê V. Ext, dado o regime de urgência, ê o próprio art. 572 que nos ensina: "A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios e formalidades regimentais, salvo parecer das Comíssões" poderiam ser dados em Plenário —, quorum para deliberação" evidentemente, isso poderia ser dispensado "publicação e distribuição de cópias das proposições principais." No caso de Mato Grosso do Sul, eu levantei esse impeditivo aqui, da publicação e distribuição das cópias das proposições principais. S. Ext, o Sr. Presidente da Mesa, entendeu diferentemente. V. Ext tem razão, nós temos adotado aqui dois critérios.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Dois critérios.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) V. Ext. outro dia, disse que jogon o Regimento no lago.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Joguei dois, já.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Então, vai ter que jogar o tercei-
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Vou dizer a V. Ext. antes de jogarmos o Regimento, temos que jogar quem é responsável pelo desrespeito ao Regimento. Este é que nos precisamos jogar no lago: alguém responsável pelo desrespeito e o descumprimento do Regimento.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Porque dizer, nobre Senador Direcu Cardoso, que o parecer não está assinado, não vem ao caso, vamos dar outra desculpa. Porque, normalmente, quando há regime de urgência, o parecer é dado até oral, pode ser dado oral, que o Regimento permite. Veja que no caso de Mato Grosso do Sul foi mais interessante; o processo nem se encontrava na mesa, porque ele estava com vista a um Senador, o Senador Tancredo Neves; ele tinha direito, até pelo Regimento, de permanecer por mais 2 horas, e cometendo-se até um ato de indelicadeza, porque ele havia pedido vistas por 5 dias,...
- O Sr. Bernatdino Viana (PDS PI) O encaminhamento de votação está com 40 minutos!
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) ... o regime de urgência quebrou a vista de 5 dias e votamos aqui sem o processo na mão. Então, V. Ex\* tem rzão, quando se quer, é fácil resolver.
- O SP. DIRCEU CARDOSO (ES) Mais violento do que isso foi o projeto que votamos aqui, da criação de 67 cargos de assessores dos excelentíssimos, ilustríssimos e sapientíasimo. Senadores.
  - O Sr. Bernardino Viana (PDS PI) Sessenta e nove!
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Foi em regime de urgência.
- F. Sr. Presidente, até um pedido de verificação de quorum o Sr. Presidente quis me negar; se eu não me insurgisse contra ele, teria sido negado. Quer dizer, o Presidente queria passar aquilo de qualquer maneira o Presidente da Casa, Senador Luiz Viana, esse que assinou aqui o parecer. Portanto a é isso foi negado. Agora, eles criam tantas dificuldades para esses pobres coitados, e diz o Senador que os contracheques estão la.
- Sr. Presidente, a Casa é o corpo de funcionários. Esta é uma Casa que tem funcionários demais, cu disse aqui. Ao fim do corredor, tem a praça da colméia; ali tem zangões e rainhas zumbindo o dia inteiro: os que não estão voando, estão fazendo cera, mas trabalhar mesmo, não estão trabalhando, não. Para os pequenininhos, na hora dos seus direitos serem discutidos, criam-se-lhes dificuldades.
- Sr. Presidente, estou de acordo em que deva ser adiado, porque não posso ir contra os dois Partidos sozinhos, para votar contra. Mas que quartafeira, então, o Sr. 1º-Secretário nos traga uma decisão.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Espero que V. Ext seja mais feliz do que cu, porque estou esperando um parecer da Mesa Diretora há quatro anos. Pode ser então que V. Ext, na terça ou quarta-feira, tenha a decisão da Mesa.

- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Não. Mas eu reclamo. Vou reclamer e vou exigir.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Há quatro anos que reclamo o parecer da Mesa Diretora.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Mas V. Extreclama com voz de mineiro, e eu reclamo com a voz rude de capixaba, enfrento a Mesa, e ameaço a Mesa. Então consigo o parecer.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Vov aprender com V. Ex-
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) V. Ex. é educado, fino. etc.

No projeto dos assessores de Senadores, até a verificação de quorum o Sr. Presidente quis me negar. Não negou porque enfrentamos um impasse violento, e eu disse que preferia sair daqui morto a ser esbulhado. E não saía mesmo aquele dia.

Então, Sr. Presidente, vou contra o meu voto, porque se trata de pequenininhos, e os pequenininhos são assim, Sr. Presidente. Para os grandes, o sino é de ouro. Bate, todo mundo ouve. Para o pequenininho o sino é de madeira, ninguém ouve suas queixas, suas reclamações e suas reivindicações. Esses pequenininhos é que vão sofrer. O ilustre 1º-Secretário — que eu elogiei, já estou meio arrependido, porque estou vendo que aquele primeiro elogio não deu certo. Não podemos elogiar ninguém aqui. Mas não estou arrependido. Fiz um elogio a V. Ex\*, pois tem sido um grande 1º-Secretário. Mas não tripudie sobre o direito dos pequenininhos. Quarta-ieira nos dê o parecer da Mesa para que nós possamos votar. Vou votar contra, Sr. Presidente, mas atendo o pedido porque eu não posso ir contra os dois Partidos, aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Nos termos do art. 280, § 2°, letra a, do Regimento Interno, o requerimento é deferido pela Presidência.

A matéria sai da Ordem do Dia, com voto contrário de nobre Senador Dirceu Cardoso.

# O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1980 (nº 3.669/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, dispensando a apresentação dos documentos que específica, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 1.049, de 1980, da Comis-

- de Constituição e Justiça.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentado.. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1980

(Nº 3.669/80, na Casa de origeu)

De iniciativa do Sr. Presidente da República

Dispensa a apresentação dos documentos que específica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam abolidas quaisquer exigências de apresentação de atestados de bons antecedentes, de boa conduta ou de folha corrida para fins de registro profissional perante o Ministério do Trabalho ou os orgãos fiscalizadores do exercício profissional, aceitando-se, em substituição, a declaração escrita do interessado.

Parágrafo único. A declaração substitutiva, prevista neste artigo, reputar-se-á verdadeira até prova em contrário.

Art. 2º Havendo fundadas razões de dúvida quanto à veracidade da declaração, serão desde logo solicitadas ao interessado providências para que a mesma seja dirimida, anotando-se a circunstância.

Art. 3º Verificada em qualquer tempo a ocorrência de fraude ou falsidade em prova documental ou declaração do interessado, a exigência será considerada como não satisfeita e sem efeito o ato praticado em conseqüência de sua apresentação ou juntada, dando-se conhecimento do fato à autoridade competente, para instauração de processo criminal e de processo administrativo, quando couber.

Art. 4º Aplica-se à exigência da apresentação de atestado de bons antecedentes prevista no art. 380 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o disposto no art. 1º desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário,

O SR. PRESIDENTE (Gastão Muller) — Passa-se, agora, à apreciação do item nº 7, face a inversão aprovada pelo Plenário quando do início da Ordem do Dia.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 396, de 1980, do Senador Luiz Fernando Freire, solicitando, nos termos do artigo 245 do Regimento Interno, um voto de congratulações ao Brigadeiro Eduardo Gomes, pela passagem de seu aniversário no dia 20 de setembro de 1980, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 1.079, de 1980, da Comissão:

#### - de Constituição e Justiça.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário, determinando a consignação, nos Anais do Senado, do voto de congratulações solicitado.

#### O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) - Item 8:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 516, de 1980, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 224, de 1979, e 218, de 1980, do Senador Mauro Benevides, alterando a redação do artigo 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como estão (Pausa.)

Aprovado.

As matérias constantes do requerimento que vem de ser aprovado passarão a tramitar conjuntamente.

#### O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 9:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 517, de 198º, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 269, de 1980, do Senador Agenor Maria, 270, de 1980, do Senador Direcu Cardoso, e 271, de 1980, do Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o racionamento de combustíveis e o tráfego de veículos motorizados em todo o território nacional.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pau-

Aprovado.

Aprovado o requerimento, as matérias nele contidas passarão a tramitar em conjunto.

# O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) - Item 10:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 518, de 1980, do Senador Aloysio Chaves, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 252, de 1980, do Senador Jorge Kalume, que autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica, e 253, de 1980, do Senador Lázaro Barboza, acrescentando parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, que restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o artigo 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Em votação o requerimento,

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham.

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) - Item 11:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 532, de 1980, dos Senadores Gilvan Rocha, Humberto Lucena e Moacyr Dalla, solicitando, nos termos do art. 371, alínea "c" do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1980 (nº 3.543/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Centro de Formação do Serviço Público — FUNCEP, e dá outras providências.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 19-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 545, DE 1980

Nos termos do art. 379 do Regimento Interno, requeremos a retirada do Requerimento nº 532, de 1980, de urgência para o Projeto de Lei da Câmar. nº 65/80.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1980 — Gilvan Rocha — Bernardino Viana.

#### O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) - Item 12:

Votação, em turno único, de Requerimento nº 536, de 1980, de Senador José Richa, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interne, para o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1979, do Senador Franço Montoro, que atribui à Federal de Seguros S.A., integrante do sistema financeiro da Previdência Social, a realização, com exclusividade, do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.

Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

- O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Dirceu Cardoso.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para o requerimento que estamos votando, de autoria do Senador José Richa, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea e do Regimento Interno, para projeto de sua autoria.
  - O Sr. Bernardino Viana (PDS PI) Nós votamos contra.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Ah bem! Mas eu quero chamar a atenção para o seguinte: o projeto de lei atribui à Federal de Seguros a realização, com exclusividade, do seguro obrigatório de danos pessoais, causados por veículos. Vamos dar exclusividade a uma empresa, neste País, para fazer seguros de danos pessoais. E pedem urgência, Sr. Presidente. Dada a urgência, ninguém segura mais nada. Ninguém segura, é mesmo que fogo de serra acima ou água de serra abaixo. Ninguém agrienta. Só aguentam os pobres funcionários pequenininhos. Estes, aguentam Rebentam com eles, montam neles, fazem tudo, Sr. Presidente com esses fazem.

Este projeto concede monopólio, monopólio para, com exclusividade, fazer seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores. Eu não conheço o projeto. Mas, votar urgência, não voto, não posso votar isto.

Conceder a urgencia, Sr. Presidente, é contra os interesos da Casa. Esta é uma medida que não pode ser concedida. Propor exclusi idade para fazer seguros e dar urgência para que seja votada são casos sérios. Está cheirande mal isto aqui.

- O Sr. Lenoir Varges (PDS SC) V. Ext me permite?
- G SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não.
- O Sr. Lenoir Vargas (PDS SC) Esse projeto, efetivamente, merece a nucior meditação.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) - Isto, um estudo.
- O St. Lanoir Vargas (PDS SC) Porque ele, na Comissão de Economia, teve um parecer preliminar contrário. Depois, inclusive, o nobre relator, qué o Senador Bernardino Viana, aceitou as ponderações do Senador José Richa e modificou o parecer. O meu voto soi contrário, porque ou não sou a fovor da crescente estatização das coisas, e essa empresa, parece-me, é uma instituição ligada ao Estado. De maneira que sou a favor da liberdade. Acho que é efetivamente uma matéria que merece mais meditação e não deveria passar assim, sem uma discussão em torno dela aqui no Plevário.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Então, Sr. Presidente ve V. Ext que vozes estão surgindo na Casa; o ilustre Lider Bernardino Viana e, agora, o Senador Lenoir Vargas estão apoiando a nossa iniciativa.
- Sr. Presidente, nos só devemos conceder urgência nos casos em que não podemos protelar mais. Aí sim, mas se discutir um projeto que vai dar monopólio a uma empresa para fazer seguro no País?!
- O Sr. Jesé Fragelli (PP MS) Senador, V. Ext me permite um apar te?
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Pois não.
- O Sr. José Fragelli (PP MS) Senador, estou chegando agora, mas lendo aqui a justificação do projeto, vejo que a Federal de Seguros S.A. é uma empresa seguradora vinculada à Previdência Social, a nossa Previdência Social, tão castigada por tantos ônus e gravames, e acho que todo o reforço que

pudermos dar a essa entidade, que virá sobretudo em benefício do trabalhador brasileiro, é um reforço que não devemos negar. Ela não é uma empresa particular, se o fosse teria, sem dúvida, todos os aspectos de um projeto até escandaloso, se fosse uma entidade particular; mas, ligada à Previdência Social, é um projeto que merece o nosso apoio. Se não me engano é até um projeto de autoria do nobre, digno, e por todos nós admirado, Senador Franco Montoro.,

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Devo dizer a V. Ex\*, mesmo pertencendo ao Estado, devemos estudar com cuidado, meditar, raciocinar, pesar os argumentos para dar esse monopólio. Acho que nós devemos raciocinar melhor para dar essa urgência em dois ou três dias, parecer em cima da perna e votarmos. O Estado possui 560 empresas neste País. Setenta por cento da economia nacional está nas mãos do Estado.

Nobre Senador, V. Ext está chegando agora, mas já está com luzes novas para iluminar os assuntos, esbater dúvidas, mas pense bem, são 560 empresas que o Governo Federal já tem!

- O Sr. José Fragelli (PP MS) V. Ex‡ dá licença? (Assentimento do orador.) A Previdência Social não é uma empresa, é uma instituição.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Bom, mas aqui é uma empresa. A Federal de Seguros S/A é uma empresa.
- O Sr. José Fragelli (PP MS) Ela vem reforçar a Previdência Social, vem dar mais, digamos assim, capacidade financeira à Previdência Social, para atender aos seus elevados compromissos. Não se trata propriamente de uma empresa, e garanto que se V. Ext fosse ouvir muita gente do Governo, hoje ligada a outras empresas seguradoras, V. Ext talvez ouvisse deles que seriam contrários a esse projeto. Eu posso garantir a V. Ext
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Então, a opinião é contrária à de-V. Ext!
- O Sr. José Fragelli (PP MS) V. Ext pode ficar certo de que, pelo pouco que pude ler, é um projeto de lei que vem, realmente, ao encontro de alguma coisa, que todos nós devemos querer, que é reforçar as finanças e as possibilidades financeiras da nossa baqueada Previdência Social.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Permite V. Ex\* um aparte?
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Com prazer.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Nobre Senador Dirceu Cardoso, apenas no intuito de colaborar com V. Ex\*, mas dentro da linha de raciocínio do Senador José Fragelli: o Senado Federal aprovou projeto de lei, de nossa autoria, não permitindo a alienação das ações dessa empresa. Veja V. Ex\* que o próprio Governo Federal havia enviado, e esse projeto passou rapidamente no Congresso Nacional, para alienar ações dessa empresa, de uma empresa que, realmente, tem prestado grandes benefícios à Previdência Social. Nós fizemos um projeto, aprovado por unanimidade no Senado, revogando essa lei, e ele se encontra hoje parado na Câmara dos Deputados. V. Ex\* tem razão, V. Ex\* não conhece, assim de perto...
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Em regime de urgência, nobre Senador, não devemos aprovar isso.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Mas eu tenho certeza de que V. Ext, depois de analisar o projeto, vai dar o seu apoio a essa empresa, que, realmente, tem prestado grandes serviços à Previdência Social; e o Governo precisa aprovar com urgência o projeto que está na Câmara dos Deputados, não permitindo a venda dessa empresa a entidades particulares. Esse era o aparte que queria dar a V. Ext
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Nobre Senador, a nossa opinião é esta, em regime de urgência, não devemos apreciar isto. Nobre Senador José Fragelli, V. Extainda não viu o que é um regime de urgência aqui no Senado. Em dois dias, os assuntos mais sérios, mais graves, mais profundos, desculpem-me os nobres colegas com pareceres pífios, nós aprovamos aqui. Portanto, sou contra a urgência, pois ela não cabe no caso.

Faço um apelo aos nobres Senadores, no sentido de recusarmos a urgência solicitada pelo nobre Senador José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se acham. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 14:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1980, do Senador Itamar Franco, que acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal, tendo

PARECER, sob nº 892, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito favorável.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo a discussão encerrada e a votação adiada por falta de quorum.

Em votação.

- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para encaminhar a votação.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto de lei visa proteger os adquirentes de obras de arte contra um tipo de ardil muito comum ultimamente.

Alguns comerciantes inescrupulosos, com o evidente intuito de iludir o comprador, levando-o à aquisição da obra de arte, fazem o respectivo anúncio, ou a expõem à venda, inclusive em leilões, com atribuição de autoria falsa. Em geral, escolhem artista de renome, para mais facilmente levar o possóvel comprador a adquirir a obra de arte, o que certamente ele não faria se conhecesse a verdade.

É um tipo novo de estelionato, porque o vendedor sem escrúpulo se serve de um ardil para iludir a boa fé do interessado e levá-lo a pagar preço muito mais elevado. Configura-se, assim, claramente não só a fraude como o induzimento a erro, e, ainda, a vantagem ilícita obtida pelo vendedor.

Faz-se, portanto, mister que o legislador, tomando conhecimento do fato, edite norma que proteja a boa fé e a lisura das transações.

Sr. Presidente, este projeto visa, sobretudo, a defesa do próprio artista, numa época em que os leilões de arte aí estão e o projeto visa, exatamente, não só proteger o adquirente como também o artista.

Espero a aprovação da nobre Liderança do Governo, nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) - Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 1980

Acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 19 O art. 171 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com as alterações posteriores), é acrescido do seguinte inciso:

"Art. 171.

VII — vender, ou expor à venda, obra de arte, com indicação de falsa autoria."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) - Item 15:

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 1978

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 1979.)

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1978, do Senador Orestes Quércia, que acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tendo

PARECER, sob nº 858, de 1980, da Comissão

de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

Em votação o projeto, quanto à constitucionalidade. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.) Rejeitado.

A matéria vai ao Arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 1978

"Acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a vigorar, acrescido de letra f, com a seguinte redação:

Art. 2º O item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

III — durante a vigência do contrato de trabalho, a conta somente poderá ser utilizada na ocorrência das hipóteses previstas nas letras b, c e f do item II deste artigo."

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 49 Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Nos termos do art. 369, b, do Regimento Interno, e de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, fica prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 1979, constante do item 16 da pauta, em virtude da tramitação conjunta.

É o seguinte o item declarado prejudicado

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 1979 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1978.)

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos terrmos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de lei do Senado nº 319, de 1979, do Senador Orestes Quercia, que permite ao empregado utilizar a conta vinculada ao nascimento de filho, acrescentando dispositivo ao art. 8º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — Lei nº 5.107/66, tendo

PARECER, sob nº 858, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 17:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, De 1979 — DF

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1979 — DF, que institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal, e dá outras providência, tendo

PARECERES, sob nºs 710 a 712 e 1.029 a 1.031, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em plenário), favorável, com Emenda nº 3-CCJ, que apresenta; 3º pronunciamento: (prestando esclarecimento solicitado pela Comissão do Distrito Federal);
- do Distrito Federal 1º pronunciamento: favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-DF, que apresenta, com voto vencido, em separado, do Senador Itamar Franco; 2º pronunciamento: favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e
- de Finanças, favorável ao projeto e às emendas da Comissão do Distrito Federal, com voto vencido dos Senadores Affonso Camargo e José Richa.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 538, de 1980, do Senador Itamar Franco, de adiamento da discussão.)

Em votação o Requerimento nº 538/80, lido em sessão anterior.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Tem a palavra V. Ex\*

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o requerimento do nobre

Senador Itamar Franco é dos mais justos. Trata-se da cobrança de Taxa de Lixo, no Distrito Federal. No dia em que o Governo do Distrito Federal resolver, como a Câmara resolveu a questão do lixo, Sr. Presidente, nós estaremos na melhor das cidades possíveis e imagináveis.

Sr. Presidente, no Anexo III da Câmara dos Deputados, o serviço de lixo vai ser tratado na forma tecnológica mais avançada do Brasil e das mais avançadas do mundo.

No outro lado dos nossos prédios, o serviço de lixo da Câmara vai ser tratado com a tecnologia mais avançada que há no País, na América do Sul e, talvez, no mundo, hoje. A que preço? Nós não sabemos. Mas como o Presidente da Casa disse que quando falamos não merecemos ser levados a sério, então, no dia 26 vou fazer um discurso, convocar os brasileiros todos para virem aqui assistir duas coisas interessantes que nós não conhecemos: Um tapete rolante e um serviço de lixo, o mais moderno da América do Sul e um dos mais modernos do mundo. Devo dizer: em matéria de Congresso, nenhum Congresso do mundo tem um tratamento de lixo como terá a Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil. No mundo, Sr. Presidente! Tenho informações fidedignas.

No dia 28, vamos assistir o tratamento do lixo com refinamento tecnológico: a gelo seco. Então, nós que estamos tratando do lixo do Distrito Federal, vamos convidar o Sr. Governador para vir assistir como se trata o lixo da Câmara dos Deputados.

O lixo da Câmara vai ser tratado de uma maneira tão boa, tão avançada como o lixo atômico. Não sei o que tem o lixo da Câmara, há peculiaridade esquisita no lixo da Câmara.

Sr. Presidente, todas as nações que têm usinas nucleares estão queimando pestana, dia e noite, sobre os livros, para criar uma maneira da guarda do lixo atômico. Pois bem, a Câmara criou uma maneira diferente. O lixo da Câmara é quase equivalente ao lixo atômico, é guardado, Sr. Presidente. Não vou dizer como. Eu sei, já li a respeito. Há empresas estrangeiras fazendo instalações no Anexo III da Câmara dos Deputados, porque isso não chega à competência do brasileiro, ainda.

Somos um País que, de fato, Sr. Presidente, tem abundância de arroz, de feijão, de milho, etc., mas isso não tem importância. Temos dinheiro com sobra, todo mundo folgado, os que pagam isso também, porque têm o seu lixo varrido e jogado na beira da porta. Mas nós vamos ter que instalar tudo isso nas Casas do Brasil; esta maneira de tratar o lixo. E é possível, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados tenha resolvido um passo que as nações mais avançadas, em tecnologia, ainda não resolveram. Elas que estão lutando pelo lixo atômico, é porque não viram, aqui na Câmara, como está o lixo da Câmara dos Deputados. A maneira avançada e tecnológica que está sendo tratado.

Sr. Presidente, o requerimento do nobre Senador Itamar Franco é muito bem sustentado e vale a pena que nós o apoiemos, porque depois do dia 28 nós vamos ver que lixo é uma coisa que a Câmara está tratando de uma maneira técnica, científica, avançadíssima. É o serviço mais avançado da América do Sul.

Sr. Presidente, em Congresso Nacional, não há no mundo, no orbe terráqueo, neste pobre planeta que nós habitamos, não há na superfície da Terra nenhum lixo de Congresso Nacional, tratado da maneira que a Câmara dos Deputados estará tratando o seu lixo, do dia 28 em diante.

Portanto, Sr. Presidente, de acordo com o requerimento do nobre Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para a ela retornar no dia 18 de março de 1981

# O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) - Item 18:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 364, de 1979, do Senador Lomanto Júnior, que institui o "Dia Nacional do Psicólogo", tendo

PARECERES, sob nºs 855 e 856, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e:

— de Educação e Cultura, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 534, de 1980, do Senador Moacyr Dalla, de adiamento da discussão.)

Em votação o Requerimento nº 534/80, lido em sessão anterior. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pau-

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para a ela retornar na sessão do dia 4 de março de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Em virtude da inversão da Ordem do Dia, voltamos ao Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 140, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.052, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 6.479.140.100,00 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, cento e quarenta mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.053 e 1.054, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Nelson Carneiro, Leite Chaves, Hugo Ramos, Orestes Quêrcia, Franco Montoro e Lázaro Barboza e voto vencido, em separado, do Senador Paulo Brossard; e

Em votação o projeto.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

- de Municípios, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para encaminhar a votação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, requeiro que V. Ext faça passar às minhas mãos o projeto, pois já esteve, na Sessão passada, em minhas mãos. Essas coisas boas têm que ser lidadas com cuidado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agora entramos no cerne da nossa Ordem do Dia: projetos de empréstimo.

Quero fazer uma advertência à Bancada do Governo cujos líderes estão aí a postos. Estamos vendo, aí, cinco Vice-Líderes da Bancada do Governo; tem mais cacique do que índio, tem mais Vice-Líder do que liderado, temos cinco Vice-Líderes, aí.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Encaminhe a votação, nobre Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Estou encaminhando.

Estou apenas chamando a atenção. Na Bancada do Governo estão cinco Vice-Líderes, poucos Senadores. Aí tem mais caciques do que índio.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na nossa pauta de empréstimo, apenas temos — o Governo está modesto hoje — 4 pedidos de empréstimos.

Sr. Presidente, uma reclamação. Na Ordem do Dia de ontem constavam pedidos de empréstimos para as Prefeituras de Pirassununga, e Rondonópolis. Não os vejo na Ordem do Dia de hoje. Será que passaram? Ou estão aí?

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Vou já prestar as informações a V. Ex•

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Já encontrei Rondonópolis. Está no item 6. E Pirassununga, Sr. Presidente? Foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Gastão Muiler) O empréstimo relativo à Prefeitura de Pirassununga foi aprovado na Sessão de ontem, correspondendo ao item 7 da Ordem do Dia.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — O empréstimo destinado à Prefeitura de Pirassununga foi aprovado ontem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Foi aprovado ontem, com voto contrário de V. Ex<sup>‡</sup>

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Não foi numa sessão espírita, não?

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — V. Ex\* pediu verificação do item 8 da Ordem do Dia de ontem, correspondente ao Rio Grando do Sul.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) - E passou Pirassununga?

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Passou com voto contrário de V. Ex.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Sr. Presidente, estamos com esses três projetos. Quero chamar a atenção da nobra Bancada do Governo com seis Vice-Líderes apostos no Plenário, de armas na mão, prontos para combater e aprovar o projeto. São 35 pedidos de empréstimo que entraram na Ordem do Dia. É uma coisa louca. Esta é uma advertência: estamos com seis modestos pedidos de empréstimo, hoje. Mas vêm aí mais 35 pedidos de empréstimo.

Segundo estou informado por uma fonte do Sr. Ministro, são 60 pedidos de empréstimo.

Nobre Senador Bernardino Viana, quero crer que antes de aprovarmos estes empréstimos, teremos modificações na política financeira do Governo. Talvez V. Ext não o saiba, mas através de informações que estou recebendo, que estão recebendo minhas oiças, vai haver uma modificação depois que V. Exts aprovarem tantos projetos de empréstimo como este. Vêm 35 aí, e vêm mais vinte e tantos, e vão chegar a 60 pedidos de empréstimo. Haverá uma modificação. V. Ext não sabe por onde anda o Sr. Heitor de Aquino. Eu sei o que S. Ext está fazendo. Eu sei. Os Vice-Líderes não estão informados, mas eu sei. Vai ser uma surpresa, neste País. Não é à toa que S. Ext está andando por Ceca e Meca. Os Vice-Líderes estão quietos, com a fisionomia tranquila, e ighnoram o itinerário do Sr. Heitor de Aquino, e a missão dele.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — V. Ex\* me permite?

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Pois não, Senador.

O Sr. Luíz Cavalcante (PDS — AL) — V. Ex\* não podia saciar nossa aguçada curiosidade, eminente Senador?

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Devo dizer a V. Ext que a ponta da minha língua coça também, para eu dizer. Mas como a fonte é uma fonte fidedigna e altamente responsável, eu não posso adiantar isso. Mas que a Bancada do Governo vai ter uma surpresa, vai.

29 O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Eminente Senador, o fato de ser uma fonte fidedigna é que — a meu ver — obriga V. Ext ou nos obriga a termos nossa curiosidade satisfeita. Salvo se houver de V. Ext um compromisso com essa fonte de nada revelar.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Exatamente. Este é o compromisso. Não posso revelar a missão do Sr. Heitor de Aquino, mas é uma missão alta que o Governo lhe atribuiu para que ele percorra a Europa, França e Bahia, atrás de negociações que vão modificar um pouco a política financeira do Governo. Mas não posso revelar. Não foi órgão de Governo que me confidenciou, foi pessoa altamente credenciada que me informou.

Então, Sr. Presidente, essa política de empréstimos que o Governo... Concedo o aparte ao nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Não. Eu não pedi aparte.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Apertou a luz, ligou o microfone, pode entrar.

O Sr. José Lins (PDS — CE) — Desculpe V. Ex, não vou dar nenhum aparte. Eu gosto de ouvir V. Ex, uma inteligência primorosa a discorrer sobre esse assunto. Estou também curioso, como o nobre Senador Luiz Cavalcante, para saber o que V. Ex, diria da missão do Sr. Heitor de Aquino à Europa.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — De fato eu noto que a Liderança do Governo está em jejum.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Gostaria de prevenir a V. Ex<sup>a</sup> que no encaminhamento não são permitidos apartes.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Sr. Presidente, eu não sou Líder e nem Presidente da Casa para disciplinar e policiar. V. Exté que deve então reprimir essas interrupções.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Mesa não está reprimindo ninguém, está, apenas informando a V. Ex³, que é também conhecedor do Regimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Então V. Ext que evite as incursões indevidas de pirataria que os Líderes do Governo estão querendo fazer ao meu discurso.

Sr. Presidente, reconheço que os Líderes estão em jejum. Estiveram em jejum o dia em que houve a defenestração do Senador do Mato Grosso, pelo PDS. Também eu não sabia, e no dia seguinte, o Senador saiu do Partido, está do nosso Iado aqui, agora. Senta-se agora em nossa Bancada o ilustre Sendor Saldanha Derzi, uma das figuras mais proeminente da Bancada do Governo. Não só a Bancada do Governo sente saudades. Também eu, como independente, sinto saudades do nobre Senador Saldanha Derzi, mexendo-se na Bancada do Governo. Devo dizer: a Bancada está desfalcada, está um deserto com a falta do Sr. Saldanha Derzi, que veio honrar, ilustrar e multiplicar a Bancada do PP nesta Casa. Portanto, estavam em jejum, como estão em jejum neste assunto.

O Sr. Heitor de Aquino sumiu, sumiu do mapa do País. Sumiu no bom sentido. Não estou, de modo algum, conduzindo o assunto para outro entendimento. Desapareceu numa missão qualquer, mas foi numa missão. E quando voltar, vai trazer uma palavra de ordem nova.

Sr. Presidente, esta quantidade de empréstimos que aprovamos este ano, quase 50 e vêm aí mais 60 ou 70. Então teremos empréstimos demais para Es-

tados e Municípios. Aguardemos o Sr. Heitor de Aquino, ele vai trazer uma "Mensagem a Garcia"; e essa Mensagem vai ser passada aos Líderes, e vamos ver os cinco Líderes da Casa, que estão presentes a esta sessão, cinco Vice-Líderes que não sabem do assunto, mas vão saber dentro de poucos dias. Não sei se vão ficar alegres, mas vão mudar de posição. Mas como tenho visto tanta mudança de posição — há dias vi o Senador Saldanha Derzi do lado de lá, ontem eu o vi do lado de cá, uma mudança de 180 graus na sua posição. E eu que estou vendo a Bancada do Governo nessa conduta financeira, fazendo os empréstimos, vou assisti-la contra os empréstimos. Quer dizer, eu que tenho combatido, eu mais o nobre Senador Luiz Cavalcante,...

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Nobre Senador, o tempo de V: Ex\* está esgotado.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) ... o nobre Senador Paulo Brossard, o nobre Senador Lázaro Barboza, o nobre Senador Adalberto Sena, que também nos tem honrado com sua solidariedade, o nobre Senador Itamar Franco, que lá uma ou outra vez, quando os ventos de Minas Gerais sopram na sua cabeça, ele vira também e nos apóia.
- Sr. Presidente, não podemos dar seis bilhões ao Estado do Rio Grande do Sul, pela terceira ou quarta vez. Empréstimo neste montante enfraquece o poder aquisitivo do nosso dinheiro. Afinal, são seis bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, cento e quarenta mil e cem cruzeiros.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Nobre Senador, o tempo de V. Exª está esgotado. Há oradores inscritos.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Um instante, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Temos vários oradores inscritos.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, estamos discutindo sobre empréstimos e não há nenhum orador inscrito sobre empréstimo.
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Mas, logo após a discussão...
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) São seis empréstimos.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) O tempo de V. Ex! está esgotado. Apenas isto eu queria comunicar.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Então, tenho 1 minuto para concluir. Vou concluir Sr. Presidente.

Voto contra o empréstimo. O Estado do Rio Grande do Sul queria 13 bilhões; foi reduzido a 6 bilhões e 400 mil. Somos contra. E vou requerer verificação de *quorum*.

- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, nem sempre atender a uma reivindicação, nem sempre o acolher uma pretensão ou o revogar uma medida implica no reconhecimento, em sua plenitude, dos direitos daquele que postulou.

Uma luta nunca se esgota em um só momento. Na multiplicidade de facetas que se compõe cada vitória, é de ser festejada e enaltecida, porque cada uma delas guarda em si portentoso significado pela etapa que se consumiu. Não é, porém, o bastante. Não pode, todavia, ser fundamento para acomodações ou recuo...

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campainha.) Gostaria de solicitar ao nobre Senador Jutahy Magalhães que se limitasse ao encaminhamento da votação.
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA) Sr. Presidente, gostaria de ouvir isto, sempre que fosse feita a discussão de qualquer matéria, porque, também não sei o que tem a ver o lixo da Câmara com o que está sendo discutido aqui nesta hora.

Então, estou aproveitando, já que ninguém mais neste Senado pode falar, quando está inscrito para discutir qualquer matéria, para tratar de qualquer assunto...

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Era questão de lixo!
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA) ...então, também vou discutir as matérias, ler os discursos que gostaria de pronunciar. Se a Mesa realmente impedir que se discutam outros assuntos além das matérias que estão em pauta, ninguém mais pedirá para falar também sobre outros assuntos. Mas, se nós não temos o direito de falar mais neste Senado, porque aqui se discute se o lixo da Câmara vai ser pior ou melhor, discute-se aqui que passa gado não sei por onde, então, Sr. Presidente, também eu quero aproveitar

esta oportunidade de discutir os assuntos, lendo um assunto sério de que quero tratar neste Senado, que é a respeito do cacau.

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Gostaria de Dizer a V. Ext que nesta tarde...
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA) Se V. Ext realmente impedir que se trate de outros assuntos, eu me calo neste instante, porque gosto de obedecer ao Regimento.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Devo dizer do apreço que a Mesa tem por V. Ex\* e eu em particular. V. Ex\* falará nesta tarde.

Com relação ao encaminhamento que o nobre Senador Dirceu Cardoso fez, foi exatamente correspondente ao item.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Foi dentro do mesmo assunto.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) A Mesa, agora, está falando. Gostaria que V. Exª fosse tolerante conosco, também.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Pois não.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Gostaria de fazer um apelo ao nobre Senador Dirceu Cardoso, já que hoje não vamos mais votar matéria por falta de número, já que é evidente a falta de quorum, um apelo a V. Ex., à sua compreensão, no sentido de, hoje, evitar os encaminhamentos, para que os nobres colegas que aí se encontram possam falar.

É o apelo que a Mesa faz.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Ah! Isto não! Vou encaminhar todos, até o fim. Vou falar em todos, até o fim. Desculpe, não atendo ao apelo da Mesa.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Mas V. Ex\*, também, só poderá encaminhar dentro do tema.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Exatamente.
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Em votação o projeto.
- O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, antes que as Lideranças se pronunciem, quero fazer uma declaração de voto.

Sou, Sr. Presidente, o relator...

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) A matéria ainda não foi votada.
  - Você Ex\* terá a palavra, logo em seguida.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) O pessoal do PDS está aflito, Sr. Presiden-
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Em votação o projeto. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Requeiro verificação de quorum, Sr. Presidente. Requeiro verificação de quorum. Requeiro verificação de quorum!
- O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, pela ordem, como já tinha pedido. Desejo fazer uma declaração de voto.
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Tem a palavra V. Ext.
- O Sr. José Lins (PDS CE. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) Sou Relator desta matéria e entendo, Sr. Presidente, que a emissão de ações pelo Rio Grande do Sul, no total de seis bilhões e meio de cruzeiros, é um empréstimo válido para obras essenciais ao Estado. Além do mais, esse empréstimo será lançado de tal modo que o público aceitá-lo-á ou não, de acordo com a sua própria e espontânea vontade, o seu próprio desejo de financiar as obras do Rio Grande do Sul. .

Como Relator da matéria, quero fazer uma declaração de voto favorável à aprovação do projeto...

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto, também.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Sendo evidente a falta de quorum para votação...
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, para uma declaração de voto.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Ah! Pois não. Tem a palavra V. Ex\*.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma declaração de voto. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores;
- Nós já tivemos Presidentes parciais na Casa. Não quero que haja parcialidade e nem discriminação.
  - Sr. Presidente, é para uma declaração de voto, já que votamos.

Sr. Presidente, votei contra. Todo aumento do meio circulante, seja de que maneira for, diminuì o poder aquisitivo. Por isso, Sr. Presidente, no mês passado a inflação era de 100%; hoje, é de 110% e esperamos que no mês que vem seja de 120%. E o Sr. Ministro da Fazenda já anunciou que vai atingir 150%. Quando atingir 150%, no ano que vem, não encontraremos caminho neste País; então, cederemos lugar à agitação social. Então, Sr. Presidente, todo aumento do meio circulante é inflacionário; todo. Seja em ação, seja em dinheiro. Todo aumento do meio circulante diminui o poder aquisitivo do dinheiro, reduz o poder aquisitivo do dinheiro.

Então, Sr. Presidente, o meu voto é neste sentido; estou votando com o povo pobre, estou votando com o povo necessitado. (Pausa.)

Sr. Presidente, voto contra o empréstimo ao Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Aprovado.

Passemos ao item 3 da pauta.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum. Requeiro verificação de quorum!
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Aprovado, contra o voto de V. Ex.
  - O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Devo esclarecer uma questão de ordem...
  - O Sr. José Lins (PDS CE) Pela ordem, Sr. Presidente.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, como é que está aprovado, se não há número?!
  - O Sr. José Lins (PDS CE) Peço a V, Ext que aplique o disposto...
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Como é que V. Ex. diz que o assunto está aprovado?

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Está encerrado o assunto, porque V. Ex\* fez a declaração de voto.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) V. Ex\* diz que está aprovado; mas não está aprovado o projeto.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Aprovado, contra o voto de V. Ex\*
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Aprovado como, Sr. Presidente, se não há número na Casa?
- O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, não há número. Como pode estar aprovado esse projeto, Sr. Presidente? Veja bem.
- Sr. Presidente, uma questão de ordem. Não há número e V. Ext já registrou. Antes, tinha registrado que não havía número e nós íamos passar às discussões. V. Ext, agora, declara que o projeto foi aprovado. Sr. Presidente, isso é uma violência!
- O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, eu estou numa questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Eu estou escudado no Regimento.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Não está. Não pode, Sr. Presidente, declarar aprovado o projeto, pois não há número.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) A palavra está assegurada ao nobre Senador José Lins.
- O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, solicitei a palavra para uma questão de ordem e peço a V. Ext que me assegure a palavra.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, para uma questão de ordem.
- O SR. JOSÉ LINS (PDS CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o nobre Senador Direcu Cardoso, sem ter pedido nova questão de ordem, impede que eu exerça os meus direitos ao pedi-la.
- Sr. Presidente, chamo a atenção do Plenário para o art. 327, do Regimento Interno, que diz textualmente:
  - "Art. 327. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:
    - IV não será admitido requerimento de verificação se:
  - a) algum Senador já houver usado da palavra para declaração de voto."

- E foi o que fiz, Sr. Presidente, e, em seguida, fui sequenciado pelo nobre Senador Dirceu Cardoso que, também fez uma declaração formal de voto. Peço a V. Ext, portanto, que aplique o Regimento.
- O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Peço a palavra para uma questão de ordem. Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para uma questão de ordem.
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, estamos percebendo que o Senado Federal precisa ter a sua organicidade, o seu Regimento cumprido e o respeito, aqui nas decisões.

E vou ter que invocar a Taquigrafia porque, quando o Sr. Senador José Lins diz e invoca o art. 327, quer me parecer que, tão logo o Sr. Senador Dirceu Cardoso fez o seu encaminhamento, S. Ext pediu a verificação de quorum.

Então, V. Ext, inclusive, chegou a declarar...

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) A palavra está assegurada a V. Ex\*
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Perdoe-me V. Ex\*, mas eu não poderia continuar. V. Ex\* está olhando para mim e escutando a Diretoria.
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Estou ouvindo V. Ex\*
- O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB MG) Eu seria indelicado, se continuasse falando, porque V. Exteria ficado me fixando nos olhos, mas com um ouvido comigo e outro com a nobre Diretoria.

Então, Sr. Presidente, quer me parecer que, se formos adotar o critério que levanta agora a nobre Maioria, nesta Casa, já aí não é o Senador Dirceu Cardoso que vai julgar o seu terceiro regimento normal. Mas, tenho certeza de que V. Ex\*, que preside o Senado Federal, nesta tarde, não vai permitir isso. O Senador Dirceu Cardoso deixou bem claro, V. Ex\*, inclusive, já tinha anunciado de que não havia o quorum necessário. Fez, inclusive, um apelo ao Senador Dirceu Cardoso para que S. Ex\* encaminhasse outras matérias, pois que gostaríamos de ouvir o Senador Jutahy Magalhães. Nesse interim, levanto o Líder do Governo e faz uma declaração de voto. Vê V. Ex\*: S. Ex\* faz uma ueclaração de voto, como? Só podia fazer uma declaração de voto, depois de votada a matéria e para a matéria havia sido pedida a verificação de quorum.

Então, peço a atenção de V. Ex\* para que o Senado Federal não prossiga e espero que V. Ex\* não considere essa matéria aprovada, porque, se ela for aprovada, neste instante, vamos inclusive solicitar, então, talvez, a suspensão dos nossos trabalhos.

É o apelo que faço a V. Ex\* para que o Senado Federal, sobre a sua Presidência, não cometa, exatamente, o absurdo de aprovar essa matéria, sem o devido quorum.

- O Sr. José Lins (PDS CE) Sr. Presidente, peço a palavra para contestar.
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Tem a palavra V. Ex\*
- O SR. JOSÉ LINS (PDS CE. Para contraditar questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, muito me admira que o Senador Itamar Franco peça a V. Ex<sup>‡</sup> que descumpra o Regimento. Nem vale dizer-se que o Senador Dirceu Cardoso teria anunciado que pediria verificação de quorum, nos termos do item III, do art. 327. É que o art. 327, Sr. Presidente, é muito claro. Ele diz textualmente:
  - Art. 327. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:
  - I os Senadores que aprovarem a matéria deverão permanecer sentados, levantando os que votarem pela rejeição;

Isso aconteceu, Sr. Presidente.

- II o voto dos Líderes representará o de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto;
- III se algum Senador requerer verificação, repetir-se-á a votação pelo processo nominal;(\*)
  - IV não será admitido requerimento de verificação se:
- a) algum Senador já houver usado da palavra para declaração de voto;

Ora, Sr. Presidente, é muito claro. Depreende-se daí que o pedido de contagem das presenças ou de verificação de quorum deverá ser feito após a votação simbólica. Isso não houve, Sr. Presidente. Então, houve pedido de verificação de quorum, após a votação simbólica. Nem poderia ser feito; se o fosse, V. Exteria que denegá-lo, como fez, para cumprir o Regimento. Ago-

ra, no momento em que todos pedem que se cumpra o Regimento, levantamse o Senador Dirceu Cardoso e o Senador Itamar Franco, pedindo a V. Ext que descumpra o Regimento.

- Ora, Sr. Presidente, estamos aqui, há meses, tentando normalizar a vida parlamentar do Senado. E o Senado vem sendo, sistematicamente, impedido, no que ele tem de melhor nas suas lideranças, na sua representação, fazendo-se pronunciamentos, levando-nos até, a atitude como essa tomada pelo nobre Senador Jutahy Magalhães.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) V. Exts são maioria nesta Casa.
- O SR. JOSÉ LINS (PDS CE) ...sendo tolhido, na impossibilidade de falar perante o Plenário.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) V. Exts são maioria na Casa.
- O Sr. José Lins (PDS CE) V. Ext há de convir, Sr. Presidente, que é impossível deixar de cumprir o Regimento. Se nós deixarmos de cumpri-lo,...
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) Ora, Ex\*!
- O SR. JOSÉ LINS (PDS CE) ...nós não teremos mais condições de conduzir as sessões, dentro da normalidade que a legislação nos indica.
  - O Sr. Itamar Franco (PMDB MG) É verdade. É verdade.
  - O SR. JOSÉ LINS (PDS CE) Era o que tinha a dizer.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) A palavra está concedida a V. Ex\*, para uma questão de ordem.
- O Sr. Bernardino Viana (PDS PI) V. Ex• vai decidir a questão de ordem que foi formulada?
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Vamos já responder, conjuntamente, as questões de ordem.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra, por uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) O Senador Dirceu Cardoso está pedindo a palavra para uma questão de ordem.

Concedo a palavra a S. Ex\*, para uma questão de ordem.

- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para questão de ordem. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, o nobre Senador José Lins citou o art. 327, inciso IV, letra a. Mas, há a letra b:
  - IV "Não será admitido requerimento de verificação:
  - b) se a Presidência já houver anunciado a matéria seguinte".
- V. Ex<sup>a</sup> não havia anunciado a matéria seguinte. Pelo contrário, Sr. Presidente, antes, pelo aspecto geral do Senado, não hávia *quorum* e V. Ex<sup>a</sup> já havia anunciado. E, agora, a considerar e aceitar a questão de ordem levantada, V. Ex<sup>a</sup> vai-me permitir, isso é uma violência. Não é nem violência, é um abuso, Sr. Presidente.

Disse o nobre Senador José Lins que nós estamos tumultuando. Sr. Presidente, o discurso não é a parte mais importante da sessão. Nunca foi, desde o tempo de Ruy Barbosa, nunca foi. Fizemos 150 anos, nunca o discurso foi A parte importante da sessão chama-se: Ordem do Dia, que é a espinha dorsal da sessão: é a Ordem do Dia. Só falarão os oradores, depois de esgotada a Ordem do Dia. A Ordem do Dia, Sr. Presidente, é preciso que fique estabelecido, é a espinha dorsal dos trabalhos. É isto aqui; não é discurso disto ou daquilo, ou anunciar isto ou aquilo; é a espinha dorsal da Casa. E não está esgotada a Ordem do Dia, de maneira nenhuma. O nobre Senador Bernardino Viana requereu a inversão dos trabalhos. Temos a inversão dos trabalhos; discutimos alguns trabalhos. Agora que estamos na fase dos empréstimos, V. Ex\* verificou e disse que não havia número, e, agora, dizer que está aprovado é uma violência, Sr. Presidente. É uma violência. Então, requeiro a V. Ext o seguinte que V. Ext chame o registro da Taquigrafía e veja qual foi o comportamento da Mesa e nosso, nesta oportunidade. Os registros taquigráficos revelarão que V. Ext não está com a razão, infelizmente; infelizmente, não está com a razão!

Sr. Presidente, se admitido isso, é a violentação final disso. Então, aí, sim, é a subversão da ordem aqui dentro, porque, desde o momento em que não possamos requerer a verificação de quorum, está vilado o direito da Minoria. Está violentado o direito da Minoria. A Minoria tem dois direitos fundamentais: requerer Comissões Parlamentares de Inquérito, que são de concessão automática. Preenchido o número legal de um terço, a Mesa não pode se opor mais e tem que conceder a Comissão Parlamentar de Inquérito e, agora, também.

Portanto, Sr. Presidente, convoco V. Ext, espírito liberal que, numa passasgem qualquer tumultuada da sessão, pode ter tomado esta posição. Mas,

- V. Ext antes já havia anunciado que não havia quorum, que não havia número. Então, de maneira nenhuma, podia considerar aprovado um requerimento ao qual faltava número para a sua aprovação.
- Sr. Presidente, ab imo pectore, Não cometa essa violência. Não havia quorum, não pode ser considerado aprovado este projeto.
- Sr. Presidente, posso tumultuar, às vezes, os trabalhos, mas o que eu quero é que o Senado vote, aqui, regimentalmente, com 34 Senadores, esses empréstimos. Mas, votar com 5 ou 6, isto é uma violentação. Luto por isto, não é pelo meu direito nem pela vaidade de vencer. Sou derrotado aqui, mas quero que 34 Senadores do Governo votem esses empréstimos pois, assim, exige o Regimento Interno da Casa.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Ext que não persista nessa violência. Havia V. Ext declarado sem número e, depois, declarou aprovado o projeto. De maneira nenhuma. Estou de acordo com o nobre Senador Itamar Franco, quando também trata disso. E repito a insinuação do nobre Senador José Lins de que tumultuamos. De maneira nenhuma, estamos lutando. O que se quer é isto: a Minoria acha que a Ordem do Dia é a espinha dorsal dos trabalhos da Casa. O discurso nós podemos fazer, mas isso aqui é que é o roteiro, Sr. Presidente, é a Ordem do Dia, que deve ser discutida palmo a palmo como temos feito nas nossas sessões.

Peço, Sr. Presidente, como seu admirador, homem que tem dado, aqui, momentos de brilho e de exaltação nas suas mensagens e nos seus pronunciamentos, não cometa essa violência contra a Minoria, contra o Regimento, contra o Brasil, com oito Senadores em plenário, considerar aprovado um empréstimo que combatemos, não tendo quorum para ser aprovado.

Esta é a questão de ordem que remeto à magistratura do seu cargo e à decisão de V. Ex\*

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Gostaria de dizer a V. Ext que não procuramos violentar o pensamento nem a vontade de ninguém, não é este o nosso desejo, nem o da Mesa. A votação sempre foi, e é simbólica. Aí são dois casos previstos no Regimento, que ilidem o pedido de verificação de quorum, e estão previstos no inciso IV, do art. 327, do Regimento Interno.
  - "Art. 327. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:
    - IV não será admitido requerimento de verificação se:
  - a) algum Senador já houver usado da palavra para declaração e voto;
  - b) a presidência já houver anunciado a matéria seguinte;"

Aí, diz o art. 351:

"Proclamado o resultado de uma votação, é lícito ao Senador usar da palavra, por 5 minutos, para declaração de voto..."

Este é o esclarecimento que tinha a prestar a V. Ext, com toda lealdade.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex\* para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra a V. Ex\*, para uma questão de ordem.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Foi V. Ext quem disse que não havia quorum, foi V. Ext quem afirmou. Na dúvida, suspenda a sessão por quinze minutos. Estou tranquilo, e serenamente pedindo a sua atenção. Solicito a V. Ext que suspenda a sessão por quinze minutos. Vamos rebuscar as notas taquigráficas, deste fim de sessão, e V. Ext verificará que está elaborando num equívoco. V. Ext tinha enunciado, tanto assim que ele fez uma declaração a destempo, depois de eu ter requerido a verificação de quorum.

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Ele fez a declaração posteriormente ao resultado.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) V. Ex\* é um homem muito sereno e verdadeiro, mas eu não o sou menos do que V. Ex\* Desculpe-me, não sou Presidente, não ocupo a Mesa, ocupo aqui a planície da minha "nenhumidade". V. Ex\* permite. Então, a bem desta Casa, que tem cento e cinqüenta anos, vamos rebuscar as notas taquigráficas, e V. Ex\* verá. Se eu estiver sem razão curvo-me diante de V. Ex\*.

Suspenda por quinze minutos a sessão. É o requerimento que endereço a V. Ex\*, Sr. Presidente,

- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) A palavra está assegurada ao orador, que não completou o seu tempo regimental. Em seguida, concederei a V. Ex\* a palavra.

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) — Sr. Presidente, então, com apoio no Regimento, solicito a V. Ex\* que suspenda por quinze minutos a sessão, e vamos consultar as notas taquigráficas. V. Ex\* verá que V. Ex\* se não atendeu ao requerimento, não faltou à verdade de maneira alguma. Foi um esquecimento, com o tumulto na sessão. Se eu estou sem razão, curvo-me diante da decisão da Mesa. Mas vamos consultar as notas taquigráficas.

É um requerimento meu, Sr. Presidente, suspenda por 10 minutos a sessão, a fim de verificarmos as notas taquigráficas.

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Já mandamos buscar as notas taquigráficas. E enquanto estas não chegam, gostaríamos de conceder a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sobre as questões de ordem?
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) O assunto é questão de ordem.
  - O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) é uma questão de ordem.
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra a V. Ex\*
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ext para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra a V. Ex\*, para uma questão de ordem.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:
- Foi V. Ex<sup>‡</sup> quem disse que não havia quorum, foi V. Ex<sup>‡</sup> quem afirmou. Na dúvida, suspenda a sessão por quinze minutos. Estou tranqüilo, e serenamente pedindo a sua atenção. Solicito a V. Ex<sup>‡</sup> que suspenda a sessão por quinze minutos. Vamos rebuscar as notas taquigráficas, deste fim de sessão, e V. Ex<sup>‡</sup> verificará que está elaborando num equívoco. V. Ex<sup>‡</sup> tinha enunciado, tanto assim que ele fez uma declaração a destempo, depois de eu ter requerido a verificação de quorum.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Ele fez a declaração posteriormente ao resultado.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) V. Exª é um homem muito sereno e verdadeiro, mas eu não o sou menos do que V. Exª Desculpe-me, não sou Presidente, não ocupo a Mesa, ocupo aqui a planície da minha "nenhumidade". V. Exª permite. Então, a bem desta Casa, que tem cento e cinquenta anos, vamos rebuscar as notas taquigráficas, e V. Exª verá. Se eu estiver sem razão curvo-me diante de V. Exª.

Suspenda por quinze minutos a sessão. É o requerimento que endereço a V. Ext. Sr. Presidente.

- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) A palavra está assegurada aovorador, que não completou o seu tempo regimental. Em seguida, concederei a V. Ex. a palavra.
- O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sr. Presidente, en tão, com apoio no Regimento, solicito a V. Ext que suspenda por quinze minutos a sessão, e vamos consultar as notas taquigráficas. V. Ext verá que V. Ext se não atendeu ao requerimento, não faltou à verdade de maneira alguma. Foi um esquecimento, com o tumulto na sessão. Se eu estou sem razão, curvo-me diante da decisão da Mesa. Mas vamos consultar as notas taquigráficas

É um requerimento meu, Sr. Presidente, suspenda por 10 minutos a sessão, a fim de verificarmos as notas taquigráficas.

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Já mandamos buscar as notas taquigráficas. E enquanto estas não chegam, gostaríamos de conceder a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.
  - O SR. DIRCEU CARDOSO (ES) Sobre as questões de ordem?
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) O assunto é questão de ordem.
  - O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) é uma questão de ordem.
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra a V. Ex\*
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, a primeira questão de ordem que gostaria de levantar é que se tendo V. Ext, como Presidente, decidido uma questão de ordem, se ainda pode se voltar ao assunto, para discutir com a Mesa sobre o mesmo assunto. Após a decisão de V. Ext essa matéria ainda pode ser discutida?

Esta é a primeira questão de ordem que levanto.

- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, para contraditar a questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) V. Ext vai ter paciência, primeiramente, quero responder à questão de ordem do Senador Jutahy Magalhães.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Mas, vou contestar a questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Nobre Senador Jutahy Magalhães, a Mesa e os assessores estão consultando o Regimento para imediata resposta a V. Ext
- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Sr. Presidente, eu poderia levantar uma segunda questão de ordem, enquanto aguardo a resposta da primeira?
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, já requeri para contestar a primeira questão de ordem.
- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Vejo que o Senador Dirceu Cardoso não deseja, de maneira alguma, que eu fale.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, S. Ex\* fez uma. Pedi a palavra para contestar a primeira. Agora, S. Ex\* já está fazendo a segunda. Veja bem. Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Devo esclarecer que, de acordo com o art. 448, do Regimento Interno, nenhum Senador poderá falar sobre a mesma questão de ordem mais de uma vez.
- O Sr. Almir Pinto (PDS CE) Sr. Presidente, é uma interferência, mas quero ver se ajuda à Mesa. No meu entender, o nobre Senador Jutahy Magalhães não levantou uma questão de ordem.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Mas, S. Ext falou em questão de ordem.
- O Sr. Almir Pinto (PDS CE) S. Ext deveria ter pedido a palavra pela ordem, para fazer uma reclamação à Mesa. Se de fato houvesse acontecido isso, assim, assim, assim, ainda será permitido assim, assim, assim. Isto é uma palavra pela ordem, o que não está no Regimento. S. Ext não citou nenhum número do Regimento. S. Ext se confundiu, com certeza, porque temos que distinguir a palavra por uma questão de ordem, que é uma interpretação regimental, e a palavra pela ordem, que é uma reclamação que se faz ao Presidente, à Mesa. O que o Senador Jutahy Magalhães fez foi reclamar à Mesa se de fato, depois de resolvida a questão de ordem, pode-se renová-la.
- O Sr. Dirceu Cardoso ((ES) Sr. Presidente, para uma questão de ordem, agora.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Diante deste tumulto, a Presidência não poderá resolver nenhuma questão de ordem.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, para uma questão de ordem.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Gostaria que o nobre Senador Dirceu Cardoso...
- O Sr. Dirceu Cadrdoso (ES) Quero dizer a V. Ext que eles não têm razão. V. Ext está querendo adivinhar o meu pensamento. Não vou me referir ao mesmo assunto.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Não estamos discutindo quem tem razão. Nossa missão é de magistrado.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Sr. Presidente, não vou citar o mesmo assunto.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Vamos esperar a conclusão do pensamento do Senador Jutahy Magalhães, porque S. Exª não terminou.
- O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Mas, S. Ex\* se levantou, Sr. Presidente, para pedir uma questão de ordem; não citou o Regimento o PDS não precisa citar o Regimento, só nós é que precisamos, do lado de lá não precisa, lá tem trânsito livre, não tem sinal, não tem nada, circula livre S. Ex\* não citou, repito, o artigo do Regimento Interno. E é isso que quero ler para V. Ex\* É preciso citar o artigo do Regimento em que se esteia, em que se cifra, em que se posiciona a questão de ordem.

E outra coisa, Sr. Presidente: a outra questão que requeri foi de suspender a sessão por 15 minutos; não foi o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Mesa vai deferir o pedido de V. Ext enquanto chegam as notas taquigráficas.

E faço um apelo ao nobre Senador Jutahy Magalhães no sentido de ser tolerante conosco, pois dentro de 10 minutos as notas taquigráficas estarão aqui e reiniciaremos nossos trabalhos.

- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Vejo que mais uma vez o Senador Dirceu Cardoso consegue o que quer.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) A verdade!
- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) A verdade não, Senador. E ainda vou discutir com V. Ex\* para mostrar que nem sempre V. Ex\* fala a verdade.
  - O Sr. Dirceu Cardoso (ES) Então, V. Ext vai ver.
- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Porque V. Ext vai ver que anteontem foi aqui transcrito no O Estado de S. Paulo...
  - O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) A sessão está suspensa.

(Suspensa às 17 horas e 42 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) -- Está reaberta a sessão.

Devidamente dentro do Regimento Interno, queremos dizer que em virtude de desentendimentos havidos no Plenário, e registrando as notas taquigráficas, que esta Presidência realmente declarou a falta de quorum, para votação, iremos dar por encerrada a Ordem do Dia, adiando a votação das matérias constantes dos itens 2, 3, 4, 5 e 6, para a sessão ordinária de segundafeira. (Palmas prolongadas.)

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Sr. Presidente, essa decisão engrandece V. Ex\* e a Mesa do Senado Federal.

São os seguintes os itens que têm sua apreciação adiada:

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 141, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.055, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a investimentos prioritários naquele Estado, tendo

PARECERES, sob nºs 1.056 e 1.057 de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e de Municípios, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 142, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.058, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar, em Cr\$ 663.074.320,00 (seiscentos e sessenta e três milhões, setenta e quatro mil, trezentos e vinte cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.059 e 1.060, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 143, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.061, de 1980), que autoriza a Prefeitura de Mauá — SP, a elevar, em Cr\$ 45.961,491.20 (quarenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.062 e 1.063, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável

6

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 144, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu parecer nº 1.064, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis — MT, a elevar, em Cr\$ 122.090.354,00 (cento e vinte e dois milhões, noventa mil, trezentos e cinquenta e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.065, e 1.066, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamento profundamente que, para ter o direito de falar, tenha sido necessário haver um certo tumulto na Casa. Isto, levo mais em consideração a equívocos do nosso Regimento, que não

garante àqueles que se inscrevem para falar o direito de transmitir, pelo menos ao seu Estado, aquilo que gostariam de dizer. É bem verdade que a Ordem do Dia tem a sua importância — e a importância é muito grande —, mas também são importantes os trabalhos nas Comissões, também são importantes os trabalhos que os Srs. Senadores executam nos seus gabinetes, também são importantes os trabalhos que os Srs. Senadores fazem quando buscam os Ministérios, para levarem algo em benefício das comunidades que representam

Não sou, Sr. Presidente, nenhum fariseu para considerar que somente eu, aqui, tenha condições de realizar um trabalho. Mas, quero dizer a V. Ext que mesmo o meu pronunciamento de hoje não tendo importância para quase totalidade da Casa ou dos ouvintes ê um pronunciamento que eu gostaria de fazer realmente, porque é a respeito de um assunto da economia do meu Estado, que pretendo seja transcrito nos Anais do Senado.

Se tive a ousadia de pretender utilizar as discussões para transcrever este pronunciamento, foi na esperança de que ao ser chamado a atenção, por estar descumprindo com o Regimento, fizesse com que daí por diante o Regimento viesse a ser realmente cumprido em todos os seus momentos.

Foi uma forma de protestar pela maneira como, constantemente, o Regimento vem sendo descumprido, nesta Casa, nos encaminhamentos de votação, onde existem apartes, nos encaminhamentos de votação, onde os prazos são delongados, onde, enfim, o Regimento é normalmente esquecido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nem sempre o atender a uma reivindicação; nem sempre o acolher uma pretensão, ou o revogar de uma medida implica no reconhecimento, em sua plenitude, dos direitos daquele que postulou.

Uma luta nunca se esgota em um só momento. Na multiplicidade de facetas de que se compõe cada vitória é de ser festejada e enaltecida, porque cada uma delas guarda em si portentoso significado — pela etapa que se consumiu.

Não é, porém, o bastante. Não pode, todavia, ser fundamento para acomodações ou recursos...

O direito há de ser perseguido em sua inteireza. Mormente quando não se o concedeu — mas se o conquistou; em especial quando o seu titular é muito mais que um indivíduo isolado: é uma Classe; é um Estado; é a própria Nação.

Sempre e sempre, Sr. Presidente, se fez presente a Bahia na economia nacional. Em suas fases mais cruciais, em seus instantes de euforia, minimizando as consequências das carências, o "Estado-berço", da civilização brasileira, de uma forma ou de outra, vem oferecendo a sua decisiva contribuição à Pátria.

De tudo que a Bahia tem outorgado ao Brasil; de tudo que tem marcado sua ativa participação na vida da Nação, sobreleva-se um fruto que, desde 1746, quando sua semente para aquele solo fora levada, só tem feito produzir riquezas. Em proveito do Brasil!

A sua fecundidade, o seu efeito multiplicador, diríamos mesmo, fá-lo confundir-se e identificar-se com a própria riqueza. Sim, — é riqueza — porque povocu larga faixa de nosso território, e para lá leva o desenvolvimento; é riqueza — porque matéria-prima de saudável e nutritivo alimento; é riqueza — porque secularmente tem gerado milhares de empregos, diretos e indiretos, nos campos e nas cidades; é riqueza — porque, com toda redundância, enriquece as letras do nosso "País do Carnaval".

É riqueza, sobretudo, porque é produto nunca ausente de nossa pauta de exportações!

Rever sua trajetória, mesmo que de maneira sumária, é tarefa da qual não nos podemos furtar. É, antes, recordar que, de início, as tentativas de têlo no Brasil tiveram lugar no Estado do Pará. Resultando infrutíferas, em 1746, viria, assim, abrigá-lo a Bahia, então segundo se informa (') em Canavieiras — Município que, não bastasse ter sido o pioneiro da lavoura, mais se notabiliza pelo labor de seus filhos — para, já em 1752, chegar à Ilhéus — feito, por seu povo, centro que irradia progresso para toda uma Região.

Se estas datas muito simbolizam, é o 1805 que vai pôr em destaque o grande valor que ainda, ou mais ainda, nos dias atuais, ele encerra. Naquele ano, iniciamos o fornecimento desse nosso produto para terras do nosso além-fronteiras; naquele limiar do século XIX, 6.732 toneladas exportadas, propiciaram ao Brasil 4.300 contos de réis. Um início apenas, cujo fim nem sequer se avizinha.

Note-se, acompanhando, aliás, a insuspeita palavra da revista Manchete, que esta renda, desde o longíquo primórdio da lavoura de que ora tratamos, saiu de nosso Estado para ser auferido pelo País...

Daí, à consolidação da lavoura seguiu-se um curso normal. Natural até. Cidades e cidades floresciam; latifúndios se formaram da precaridade dos meios e instrumentos disponíveis.

A inóspita Região de outrora transmudara-se. Mercê do "fruto-riqueza".

Quanto mais se dominava o chão, quanto mais sementes se espalhavam, mais se elevavam a nossa receita e os nossos rendimentos.

Sempre e sempre, naquela mesma trilha.

Tornamo-nos, pois, os maiores produtores mundiais

No júbilo pelo sucesso, pouco via a Pátria de que era necessário reajustar métodos e posições notadamente para não só sugar a terra. Mas, trabalhá-la. Os números, ao serem acrescidos, impediam que vislumbrássemos que atrás e antes do fruto, se capaz de mantê-lo íntegro em seu valor existia um ser. Que domina, preserva e estimula a própria natureza, enquanto habilitado a fazê-lo.

Ficamos a entender, portanto, repetindo tradicional postura, peculiar do agricultor primitivo, que "o fação é o remédio da roça". E só ele.

Conservando os padrões, envelhecemos. Perdemos posições. Não obstante, firme permanecíamos, ano após ano, a dar o nosso contributo à balança comercial brasileira. Que sempre se deu por satisfeita pelos resultados e nada fazia, salvo ficar à espera de nova safra.

Em que pese toda esta significativa participação, os anos cinúenta já deste nosso século nos recebiam com grave crise econômico-social. Nada menos do que 60% das nossas plantações, por força da idade, em decorrência da falta de trato e como conseqüência de pragas e doenças que não recebiam científico combate, estavam decadentes.

Aqui, nesta época, despontou a crença do governante, em especial na sua Pátria e sua gente. 1957, instala-se um novo marco desta imbatível lavoura, com a criação, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, de um órgão, específico para apoiá-la, vinculado ao Ministério da Agricultura. A CEPLAC.

De sua publicação oficial, extraímos, para ilustrar nossa assertiva, que de 1977 a 1979 o produto gerou para o País cerca de 2,4 bilhões de dólares; fez do brasileiro o primeiro consumidor mundial de chocolate, com o consumo médio anual per capita dede 750g e, enfim, se colocou em quarto lugar em nossa pauta de exportações.

Tudo isso é o cacau.

Seria isso tudo suficiente?

Ninguém, Sr. Presidente, duvida que qualquer lavoura está sujeita às mais diversas variações, inclusive climáticas; não há quem conteste que os mercados oscilam, especialmente do nível internacional ou por este influenciado; inexiste quem dissocie o resultado ao trabalho desenvolvido.

No entanto, por mais que tenham tais princípios ampla aceitação, no momento a cacauicultura no Brasil vem sofrendo de um problema bem maior e muito mais vasto. Sem sermos dados a rasgos de pessimismo, nesta análise, que nos propusemos a fazer, encontramos grande similitude da atual situação com aquela dos anos 50. De desânimo; da falta de perspectiva.

Simplesmente, fala-se do cacau; esquece-se do cacauicultor. Busca-se um resultado; sonegam-se os meios.

De pronto, a esta altura, pondo a salvo uma drástica alteração do quadro, que foge a quaisquer previsões, já se antevê para o Brasil um prejuízo se estabelecendo um confronto com o ano anterior. Enquanto, em 1979, a exportação do cacau atingiu a um bilhão de dólares, agora se tem divulgado que deverá ficar em torno de setecentos milhões.

É evidente que as safras não foram iguais; é sabido que os preços não se mantiveram nos mesmos níveis.

Sucede, todavia, que o produtor de cacau repele tão simplistas explicações porque no seu quotidiano tem sentido o desprezo ao seu trabalho que tem sido dado justamente por quem sempre dele se beneficiou. É de lastimar nosso próprio País.

Qualquer que seja o assunto que lhe diga respeito, uma só realidade se manifesta,

#### a) — A CEPLAC

Do âmbito de nossa CEPLAC, não foram poucas as alternativas que se propagaram. Com efeito, Srs. Senadores, depois de sua memorável criação, em 1975, ao cacauicultor competiu prover o órgão dos recursos indispensáveis à consecução de sua finalidade que, variadas que são, abrangem, dentre outras, desde a pesquisa, a assistência técnica, a extensão rural, até a formação e o treinamento de recursos humanos. Assim, os agricultores, contribuindo com um pagamento de uma taxa cambial de 10% sobre o valor das exportações de cacau, possibilitaram que se alcançasse o êxito — que aqui com satisfação declinamos.

A CEPLAC, por isso mesmo, se sinteticamente quisermos dizer de sua existência, é a visão do estadista e o trabalho do cacauicultor — apoiados na Ciência e na técnica.

Ora, se assim é, concentrando-se na Bahia 95% da produção de cacau, os recursos ao órgão destinado provêm do povo baiano. Desviá-los para outras

localidades do País é uma sangria que a Bahia não permite, nem está apta a suportar. Englobá-los em um orçamento único da União é deixar margem a que venham a satisfazer necessidades outras do País. Só a palavra do Ministro Delfim Netto é que nos permite confiar de que isso não virá a ocorrer.

A qualquer uma dessas medidas, corresponde a veemente desaprovação dos baianos. Não que queiramos guardar para nós um bem que produzimos, sem atentar para o nosso País. Simplesmente, não se enfraquece quem é fraco para beneficiar um fraco que como fraco continuará.

Registre-se a preponderância dos pequenos e médios agricultores na Região cacaueira da segunda metade do século XX; registre-se que muito mais dignificante do que um País ter a maior produção mundial é ser ele um País de produtores respeitados pelo seu trabalho — e na sua condição humana.

A 25 de junho de 1979, desta mesma tribuna, fizemos um pronunciamento no qual salientamos uma pesquisa realizada pela CEPLAC e divulgada pelo *Correio da Bahia* em sua edição de 15 de maio daquele ano. Atualíssima e pertinente, voltamos a exclarecer que:

"40% dos produtores rurais e seus familiares da região do cacau são analfabetos e não dispõem de outra cultura de subsistência, além da mandioca. A posse e o domínio da terra não tem titulação, registro ou carecem de outras providências legais. Desconhecem os benefícios da assistência técnica ou creditícia e suas famílias estão em nível de vida abaixo dos padrões toleráveis, concorrendo com uma alta faixa de mortalidade infantil".

O País há de reconhecer que é triste e doloroso verificar que dólares entram no Brasil pela venda ao exterior de uma matéria-prima de alimento, resultado do trabalho de produtores famintos e analfabetos.

- O Sr. Luiz Cavalcante (PDS AL) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA) Tenho a satisfação de ouvir o aparte de V. Ext. Senador Luiz Cavalcante.
- O Sr. Luiz Cavalcante (PDS AL) Café, soja, açúcar e cacau constituem o chamado quarteto nobre da exportação brasileira. O café é de São Paulo, mas é igualmente do Paraná, é também de Minas Gerais e do Espírito Santo. A soja é do Paraná, mas é igualmente do Rio Grande do Sul, como é dos cerrados, aqui nas proximidades da Bahia. O açúcar é da minha Alagoas, é de Pernambuco, mas também é de Minas Gerais.
  - O Sr. Aloysio Chaves (PDS PA) É de São Paulo.
- O Sr. Luiz Cavalcante (PDS AL) E de São Paulo. Muito obrigado. Mas, o cacau é exclusivamente, é eminentemente baiano.
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA) E também numa parcela do Estado do Senador Dirceu Cardoso.
- O Sr. Aloysio Chaves (PDS PA) Se V. Ext fizer uma ressalva para o Pará e para a Amazônia e, em particular, para Rondônia, eu concordo. Inclusive porque o cacau foi uma cultura nativa da Região Amazônica, oriunda do Pará.
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA) Iniciou-se no Pará, mas não teve êxito suficiente, daí veio para a Bahia.
- O Sr. Luiz Cavalcante (PDS AL) Mas, em termos de divisas, o grande quinhão provém do grande Estado baiano.
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA) V. Extem toda razão, Senador Luiz Cavalcante, e este é o problema dos cacauicultores baianos, porque somente a partir de agora é que deixamos de contribuir com a taxa de 10%, da exportação, que beneficiava a CEPLAC. E, como eu estava acabando de declarar, nós ainda temos na região cacaueira muito o que fazer.

Então os cacauicultores daquela região reclamavam o direito de ver os seus recursos — recursos que lhes eram tirados para contribuir com a CE-PLAC — não serem transferidos para outras regiões, antes de atender aquelas necessidades mínimas da região sul do Estado da Bahia.

Como acabei de declarar no meu pronunciamento, são 40% de famílias em que existem apenas analfabetos e famintos. E nós não podemos ver que esses miniprodutores, que são todos eles com pequenas roças, não vejam suas necessidades atendidas, se deles lhes tiravam 10% para contribuir para a CE-PLAC. É este o protesto que a Bahia vem fazendo, não pensando em que outros recursos sejam destinados para a plantação do cacau na Rondônia, no Amazonas ou no Pará. Apenas pedimos que deixem conosco o que é nosso.

- O Sr. Aloysio Chaves (PDS PA) V. Ext me concede um aparte?
- O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS BA) Pois não, com todo o prazer.
- O Sr. Aloysio Chaves (PDS PA) O nobre Senador Luiz Cavalcante tem inteira razão, quando inclui, entre os quatro produtos nobres da nossa

pauta de exportação, o cacau, que voltou, agora, ao Brasil, entre os primeiros países produtores de cacau, no mundo, a uma posição privilegiada. O cacau é um alimento e, portanto, tem um mercado seguro, hoje, no mundo inteiro. Mas sabe V. Ext que a cultura do cacau é nativa da Região Amazônica — o Theobroma cacao.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — Acabei de dizer exatamente isso: 1746.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — A cultura do cacau se desenvolveu em 1746, ano em que chegou à Bahia. Desenvolveu-se, no meu Estado, mas numa época em que não havia assistência técnica, não havia assistência creditícia, não houve o cuidado indispensável e esta cultura não tomou a dimensão que deveria adquirir naturalmente. Mas V. Ext sabe que a Região Amazônica é adequada, inclusive, para o cultivo do cacau. Ao longo da Transamazônica, no Município de Prainha, há faixas imensas — que eu visitei — com grandes plantações de cacau que, com dois anos e meio, já estão numa fase de produção excelente. Rondônia é outro pólo que se está fixando no Brasil e deve se ampliar; sem embargo dos recursos que a CEPLAC deve assegurar à Bahia é evidente, também, que as outras regiões devem receber o estímulo, sobretudo nosso, para desenvolver a sua cultura do cacau.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — Estou de acordo com V. Ex‡ que esse estímulo deva ser dado, embora deva também ser verificado que nós não queremos o perigo que estamos correndo, às vezes, com um excesso de produção. Temos que medir bem até onde levarmos a nossa produção porque Costa do Martim e outros países da África, com o aumento de sua produção, podem fazer baixar o preço a níveis tão baixos que desestimulem os produtores de cacau.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Embora nos últimos anos a bolsa de Londres, que dá a cotação do cacau — se não estou equivocado —, é fundamental para o comércio internacional do cacau, e V. Ex\* sabe que nos últimos anos esse preço está em plena ascensão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — V. Ex\* está inteiramente equivocado. Nós tivemos uma queda na bolsa de Londres,...

O Sr. Aloysio Chaves (PDS - PA) - Em que ano?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — ... do ano passado para cá reduziu a libra-peso de um dólar e vinte e cinco para noventa e cinco centavos.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — No momento qual é o valor?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — Agora, está começando a chegar a 1 dólar e cinco a 1 dólar e dez. Porque somente agora foi estabelecido o Acordo do Cacau, em Genebra, e, assim mesmo, sem a participação da Costa do Marfim, que é o maior país produtor, e sem a participação dos Estados Unidos, que é o maior país consumidor.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Mas está em ascensão o preço do cacau.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — PA) — Não, estava em decadência. Durante este ano...

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Não. Subiu, teve um declínio e está em ascensão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — Senador Aloysio Chaves, só lamento...

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Não, eu não quero convencer a V. Ex\*, absolutamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — Não, absolutamente. Permita-me explicar. Gostaria muito de debater o problema mas quero deixar tempo, ainda, para que o Senador Helvídio Nunes e o Senador José Richa ainda tenham condições de falar, porque acho que todos nós devemos ter oportunidade, por menos valia que tenham os nossos pronunciamentos, acho que todos nós devemos trazer as nossas mensagens para cá...

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Se V. Ext coloca nesses termos não devemos prolongar o debate.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — ...e não ficarmos reduzidos a monólogos. V. Ex\* me desculpe.

O Sr. Aloysio Chaves (PDS — PA) — Aceito a justificação de V. Ex\*.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA) — Sei que V. Ext tem toda a razão em querer que levássemos o cacau para a Região Norte. Concordo com V. Ext Apenas discordo, querendo que os recursos nossos figuem na própria Bahia.

Continuo, Sr. Presidente:

Neste contra-senso e neste contradição, há de reconhecer que à CE-PLAC muito ainda resta por fazer e longe de ter seus recursos pulverizados, outros tantos, de outras fontes, lhe devem ser transferidos. Se isto se revelar impossível, ao menos dizemos nós: "deixem-nos o que é nosso".

#### b) Preco

Enquanto isto, vivemos sempre sob a instabilidade de uma cotação de preços. Neste ano, então, só temores e receios se acercam dos cacauicultores. De um lado, um custo de produção elevadíssimo, mais ainda, se comparado com o exercício anterior; de outro, um preço estabilizado e que, nem de perto, acompanhou o aumento das despesas. Não se faz agricultura sem um mínimo de garantias!

Um produto nobre como o cacau, essencial à economia do Brasil, não pode ficar inteiramente entregue às determinações de um mercado internacional.

Já que nossa intenção é cempre aumentar a produção do País, não podemos transferir todo o risco para o cacauicultor. Membros do "Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau" já admitiram que o preço, em torno de US\$ 1,10 por libra/peso, desestimula investimentos na lavoura. Sem entrarmos nos méritos da cifra, entendemos imperioso incentivar investimentos; resguardar o produtor; dividir riscos.

O lógico é que, se os resultados da colheita beneficiam o País e o produtor, a insegurança do negócio a ambos deve atingir. O insucesso entre ambos partilhado.

Não é só. Há que se deve em conta, ainda, o elevado patrimônio que representa uma fazenda de cacau. O preço da terra, em si mesmo, atinge graus de exorbitância, o que torna assustador ou temerário um investimento maciço no setor. Embora não raciocinemos pelas exceções, trouxemos por exemplo uma fazenda de tão só 15 hectares, que, "produzindo pouco mais de 400 arrobas, estava sendo vendida por seis milhõs de cruzeiros", no início deste

Não podemos prevalecer a política do só auferir.

Ao longo de todo 1980, multiplicaram-se as notícias sobre o "Acordo Internacional do Cacau", noutras palavras, o preço do produto. Por todo este ano, um mercado sem reagir. Estamos em novembro e as dúvidas dos produtores começam a ser sanadas com a assinatura do acordo do cacau, mas sem a Costa do Marfim, pelo lado dos produtores, e dos Estados Unidos, dos consumidores.

Pode a cacauicultura depender exclusivamente de Genebra? Pensamos que não. Descruzemos nossos braços e estabeleçamos, internamente, critérios de atendimento a situações tais, de maneira a possibilitar, ao produtor, ao menos uma certeza de uma dada rentabilidade por arroba, suficiente para suas despesas; suficiente para seu sustento; suficiente para que possa ele crer que, na luta, sozinho não está.

Estarrecidos ficaram os cacauicultores com mais um revês que se aproxima. Notícia veiculada a 28 de outubro próximo passado deu-lhes ciência de que "no próximo mês", deverão ser retirados os subsídios de alguns insumos, dobrando o preço, ora cobrado, ao produtor. É verdade que, em contrapartida, a CEPLAC reconhece que "continuará subsidiando a produção, na medida em que concede empréstimos, para renovação dos cacauais, a juro zero, durante os quatro primeiros anos. Além disso, não é incorporado ao preço dos insumos o subsídio no transporte, seguro, administração etc. Isto permite que o produtor receba os insumos a preços mais baixos" — diz ainda a CE-PLAC

Fica, porém, a dúvida: de qualquer maneira não será um ônus a mais a arcar? Robustecendo nossa indagação, nesta mesma matéria, lê-se: "Considerando os baixos preços do cacau no exterior e os elevados preços dos insumos muitos lavradores deixaram de usar pelo menos fungicida, cujo saco de 25 quilos estava custando Cr\$ 3.500,00. Assim a CEPLAC só recomenda fungicidas — que é o tratamento mais caro — se a fazenda tiver um potencial de produção relativamente bom. Se a fazenda está ruim por outros motivos, dificilmente a aplicação de fungicida compensa economicamente". — Correto da Bahia, pág. 8, de 29-10-80.

De nossa parte, considerando os baixos preços do cacau e os elevados preços dos insumos, por que a queda do subsídio?

Por fim, é uma realidade a descapitalização do produtor de cacau.

Contra ela -- uma faceta de nossa luta!

c) Crédito

Com estes preços de produção tão galopantes, de resto revelaram-se insuficientes as linhas de créditos estabelecidos para o produtor de cacau. Enfase, no entanto, é de ser dada ao *Custeio* porque, sem ele, não há como se chegar a uma colheita proveitosa.

Neste particular, é de ser reconhecida a sensibilidade do Governo Federal e proclamada a nobreza de seu gesto. Convencido de que Cr\$ 480,00 por arroba não aliviava a carga dos produtores, buscou-se minorar a situação, elevando este limite para Cr\$ 600,00. Senão de todo satisfatório, ao menos uma etapa que se consumiu.

A proximidade do vencimento de dívida de custeio caracteriza uma outra dificuldade a ser enfrentada pelos cacauicultores. Não bastassem os preços do produto abaixo de uma previsão menos otimista, também se deu, neste 1980 uma frustração da safra. Já em 23 de abril, o jornal A Tarde informava uma queda do cacau temporão de 62%, como conseqüência da "estiagem ocorrida no final do ano passado e as pesadas chuvas que se abateram sobre toda região cacaueira da Bahia, no período de janeiro a março".

Crédito para quem produz; compreensão para quem não esmorece.

Já é hora de se pensar em prorrogação do prazo de vencimento, sem prejuízo de financiamento, para nova safra!

Já é hora de se conceder a Prorrogação. Mantidas as mesmas condições, inclusive a taxa de juros, deslocar-se o vencimento para mais seis meses, é dar testemunho de que a confiança do produtor no Governo não foi em vão. Nem nunca o será, enquanto for ele marcado pela franqueza e seriedade de conduta — como nesta fase em que quem o lidera é o Presidente João Figueiredo.

Ademais disso, a medida preconizada permitirá que o pagamento se opere já com o resultado de uma nova safra temporão, o que, em última análise, levando o equilíbrio às finanças dos produtores, servirá para compor o prejuízo deste ano.

Doutra sorte, os pequenos agricultores necessitam de maior amparo. A própria classificação que se lhes é atribuída demonstra que as oscilações não têm como ser por eles suportadas. Carecem de quaisquer reservas. E são tanto ou mais representativos para o destino da Pátria, à medida em que não se situam na faixa de "proprietários", mas sim de "fazendeiros". Em sua exata dimensão, geram empregos, gerando sua própria ocupação.

Abandoná-los é restaurar o "latifundio da ostentação!" É deixar proliferar o hectare de baixa produtividade.

Se novas áres devem ser desbravadas, se assim se dará ao Brasil mais divisas, o que se nos afigura mais lógico é permitir ao agricultor, com assistência e créditos que não asfixiem, um maior aproveitamento de sua terra que, insista-se, secularmente comprova ser apropriada ao cultivo do cacau.

Ao baiano uma produção compatível com as potencialidades da Bahia! Por derradeiro, no tocante ao crédito, causanos espécie, e todo brasileiro deve ser levado à reflexão, o que, em um espaço de três meses neste País, foi dito. A 28 de junho, uma publicação oficial da CEPLAC no jornal A Tarde, assim se pronunciou:

"A CEPLAC, atualmente, está empenhada na execução do PROCACAU — Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional, um programa que dará ao País, a partir de 1992, cerca de 700 mil toneladas anuais de cacau, com a plena produção de novas áreas na Bahia e Espírito Santo e a renovação das lavouras tradicionais. Assim o Brasil conquistará, definitivamente a hegenomia mundial da produção. Os cacauicultores, confiantes no trabalho de assistência da CEPLAC, estão integrados ao PROCACAU, quando as potencialidades técnicas, humanas e ecológicas do País e as perspectivas do mercado intencionalmente são amplamente favoráveis aos objetivos do programa, que irá elevar, sensivelmente, nossa receita cambial e criará 200 mil novos empregos fixos e diretos".

Que mais, além de aplausos?

Aconteceu, porém, que, a 8 de setembro, o Correto da Bahia estampa em manchete:

"Falta de crédito impede o PROCACAU de atingir metas". E esclarece: "Em decorrência das dificuldades na área de crédito para a lavoura cacaueira, as metas do PROCACAU não serão alcançadas ao terminar seu período de dez anos. E mais: na sua competente palavra, o Secretário-Geral da CEPLAC, José Haroldo Vieira, acredita que entre os produtos de exportação, que estão na segunda prioridade, o cacau esteja sendo colocado num dos últimos lugares nas intenções dos financiamentos".

Que mais se dizer, além do relato do fato?

Há bem pouco, Senhor Presidente, a euforia dos produtores de Cacau! Unidos em torno de um só ideal, e contando com o apoio e a inconteste operosidade do Governador dos baianos, viram, afinal desaparecer o imposto de exportação incidente sobre o produto.

A extensão da medida é impossível de ser mensurada, ou traduzida em palavras. Temos certeza, porém, que a revogação da injustiça, que é o próprio

acolhimento do pleito dos cacauicultores baianos, integra, definitivamente o Governo do Presidente João Figueiredo à sua história e de sua Região; de lutas e lutas.

Por isso, agradecimentos profundos e sinceros.

Por isso, o regozijo de um povo.

Nem por isso, haveremos de nos acomodar.

Razão assiste à revista Manchete, ao afirmar que, "enquanto o café fazia presidente, o cacau apenas produzia riquezas".

Completamos para salientar que é um "apenas" que nos satisfaz, porque atende aos anseios do País.

O que não aceitamos é o País deixar de atender aos anseios de sua gente. A Bahia não aceita o desprezo ao cacauicultor.

Somos também bandeira de uma democracia social que se pretende implantar na Pátria. Do Pavilhão, o direito de exigir o reconhecimento do trabalho de nosso povo e respeito pelo suor de nosso produtor.

#### Reivindicações

- 1 prorrogação imediata do penhor agrícola, que já foi concedido a outras lavouras;
- 2 aumento do prazo de carência para os financiamentos liberados para a plantação do cacau. No quarto ano a produção ainda não é suficiente para cobrir as despesas de ressarcimento do financiamento;
- 3 reavaliação anual das prestações liberadas, pelo órgão financeiro, aos produtores que obtêm financiamento para a plantação de novos cacauais. A defasagem nas parcelas liberadas no 2º e 3º anos, muitas vezes, provocam a inviabilidade da conclusão do projeto, por falta de recursos ocasionados pela inflação. Fatos como estes muitas vezes obrigam o proprietário a desfazer-se do seu imóvel para não ver seu trabalho totalmente perdido;
- 4 não desviar, para outras localidades, os recursos obtidos dos cacauicultores baianos.

Desviá-lo é sangrar a Bahia que não pode suportar mais este sacrifício, em benefício de outras regiões.

Sem recuos, a luta prossegue, porque não pertence ela a qualquer pessoa determinada, mas ao cacauicultor — que quer labutar; à Bahia — que quer produzir; ao Brasil — que quer prosperar!

Era o que tinha a dizer (Muito bem! Palmas.)

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa, que falará pela Liderança do PMDB.
- O SR. JOSÉ RICHA (PMDB PR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, quero, antes de mais nada, agradecer a gentileza do nobre Senador Jutahy Magalhães por ter cedido parcela do seu tempo para que, antes do encerramento da sessão, pudêssemos trazer uma comunicação urgente a esta Casa.

Consultaria ao nobre Senador Helvídio Nunes se ainda estaria disposto a falar. Neste caso eu pediria prorrogação desta sessão por meia hora para que S. Ex\* pudesse falar depois.

- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Já estamos com uma sessão marcada para 18:30 do Congresso Nacional.
- O SR. JOSÉ RICHA (PMDB PR) Mesmo assim poderia ser solicitada a prorrogação da sessão.

Agradeço também ao nobre Senador Helvídio Nunes que me ajuda, desistindo de sua oração.

O SR. JOSÉ RICHA (PMDB — PR) — Sr. Presidente, quero muito rapidamente fazer um registro.

Nesses três meses, diversas vezes ocupamos esta tribuna para trazer à Casa a nossa preocupação com relação à gravidade da situação da suinocultura nacional, notadamente no seu centro principal, que é o sudoeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e uma grande área do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, como não houve uma solução no sentido do atendimento às reivindicações dos suinocultores, eles estão com um movimento para ser deflagrado na próxima terça-feira. E a situação é de tal gravidade, tamanha é a preocupação de toda a coletividade desses três Estados do Sul, que hoje estão em Brasília os Presidentes das Comissões de Agricultura das Assembléias Legislativas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Acompanhando-os está uma comissão de Deputados de todos os Partidos dessas três Assembléias do Sul do País. Ao chegarem a Brasília, juntaram-se a essa comissão os Parlamentares Federais dos três Estados, vinte e dois Parlamentares — entre os quais tivemos a honra, eu e o Senador Leite Chaves, de nos encontrar — foram ao Ministro da Agricultura. E lá permanecemos das onze horas da manhã até há poucos minutos, com uma rápida interrupção na hora do almoço — não para o almoço em si — apenas para que o Ministro da Agricultura, sensível, como demonstrou a todos nós, à gravidade da situação.

pudesse fazer alguns contatos com os Ministros da área econômica no sentido de viabilizar o atendimento aos suinocultores do Sul do Brasil.

Sr. Presidente, estamos torcendo para que haja uma solução, porque os Parlamentares do PMDB, PDS e PP deixaram bem claro ao Sr. Ministro da Agricultura que se não houver, até segunda-feira, uma solução, todos nós políticos do Sul do Brasil, estaremos lá na trincheira, junto com os suinocultores. Eu nem quero imaginar, Sr. Presidente, quais serão as consequências caso haja repressão, porque conheço bem os produtores, os colonos do Sudoeste do Paraná. Lá já houve, anos atrás, movimentos violentos na defesa dos seus interesses. E como, já há muitos meses, eles vêm tomando prejuízo com a atividade, já no desespero, não haverá força capaz de deter os suinocultores na firme determinação de serem atendidos nas suas justas reivindicações, ou então as consequências serão imprevisíveis.

Sr. Presidente, quero fazer justiça ao Ministro da Agricultura, que dedicou praticamente o dia todo do seu expediente, hoje, a essa Comissão de Parlamentares de todos Partidos do Sul do Brasil. S. Ex\* se mostrou muito sensível às reivindicações desses suinocultores, que foram levadas, já no desespero, pela área política em nome dos suinocultores.

- O Sr. Leite Chaves (PMDB PR) Permite V. Ext um aparte?
- O Sr. José Lins (PDS CE) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. JOSÉ RICHA (PMDB PR) Eu, se o Presidente permitir, gostaria de ouvir o aparte do Senador Leite Chaves e do Vice-Líder José Lins.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) V. Ext dispõe de dois minutos para terminar seu pronunciamento.
- O Sr. Leite Chaves (PMDB PR) V. Ext está no final do seu tempo, por isso serei extremamente breve. Apenas posso assegurar à Casa que o depoimento de V. Ext retrata exatamente a realidade. Esse movimento dos suinocultores do Sudoeste do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, não é de véspera, já vem de muito tempo. Eles estão sendo esmagados por uma política extremamente injusta. Eles estão organizados para esse movimento no dia 25, e tenho certeza de que se o atendimento, como foi prometido antes, o atendimento das reivindicações não for feito, evidentemente estaremos dentro de um movimento social das mais altas proporções e com graves consequências. Estou solidário com V. Ext neste pronunciamento, por retratar uma realidade palpável.
- O SR. JOSÉ RICHA (PMDB PR) Agradeço a solidariedade de V. Extremonha ocular dos fatos.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) V. Ex\* dispõe de um minuto para concluir seu pronunciamento.
- O SR. JOSÉ RICHA (PMDB PR) Ouço o nobre Senador José Lins.
- O Sr. José Lins (PDS CE) Senador José Richa, quero testemunhar o esforço de V. Ex\* em prol das soluções dos problemas da sua terra. Por várias vezes ouvi V. Ex\* se pronunciar nesta Casa, chamando a atenção das autoridades governamentais, para problemas daquela Região, principalmente sobre esse problema relacionado com as dificuldades dos produtores de carne suína. Agora fico satisfeito de saber que V. Ext esteve acompanhando seus companheiros do Congresso os produtores do Paraná, os membros das Assembléias dos três Estados do Sul do País e também Parlamentares da área regional, numa comissão ao Ministro Amaury Stábile. Fico satisfeito em ouvir de V. Ext que o Ministro da Agricultura deu a melhor atenção à colocação dos problemas e está sendo feita uma análise judiciosa para que as medidas adequadas sejam tomadas, no sentido de evitar os prejuízos que os produtores de carne suína estão tendo no momento. Lamento apenas, nobre Senador, que essa reunião não tivesse sido realizada antes, mas sei que, de qualquer modo, o esforço que V. Ex\* tem feito está produzindo os seus frutos e desejo que essa reunião leve a solução do problema a bom termo. Gostaria também de estar presente, como V. Ext, para também prestar o meu apoio ao trabalho que V. Ext vem desenvolvendo durante tanto tempo.
- O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) Gostaria que V. Ex\* terminasse o seu pronunciamento.
- O SR. JOSÉ RICHA (PMDB PR) Agradeço a solidariedade e o aparte do Senador José Lins e quero, como homem de Oposição, deixar bem claro e enfatizar o registro do comportamento do Ministro da Agricultura, que nos garantiu que na segunda-feira, na chegada do Presidente da República, ele, que até hoje não teve condições de resolver o problema, colocará para o Presidente da República, em instância definitiva, superior e final, a solução do problema.

Espero, Sr. Presidente, que haja bom senso, que o Presidente da República, realmente, respalde o seu Ministro da Agricultura, na única solução viá-

vel, que é a decretação do preço mínimo compatível com a necessidade dos suinocultores, porque do contrário, a partir do dia 25, haverá um bloqueio contra o trânsito de qualquer carne de suíno ou seus derivados, até o dia 30. E a partir do dia 30, prometem os suinocultores, com o apoio de toda a comunidade: além da solidariedade do Paraná e Santa Catarina. Ninguém mais vai transitar pelas estradas do Sudeste.

Que Deus nos livre das consequências desse gesto extremo; que Deus livre, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 140, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.052, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 6.479.140.100,00 (seis bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, centro e quarenta mil e cem cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

- PARECERES, sob nºs 1.053 e 1.054, de 1980, das Comissões:
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores Nelson Carneiro, Leite Chaves, Hugo Ramos, Orestes Quércia, Franco Montoro e Lázaro Barboza, e voto vencido, em separado, do Senador Paulo Brossard; e
  - de Municípios, favorável.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 141, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.055, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a investimentos prioritários naquele Estado, tendo

PARECERES, sob nºs 1.056 e 1.057, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 142. de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.058, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a elevar, em Cr\$ 663.074.320,00 (seiscentos e sessenta e três milhões, setenta e quatro mil, trezentos e vinte cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.059 e 1.050, de 1980, das Comissões:

- -- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 143, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.061, de 1980), que autoriza a Prefeitura de Mauá—SP, a elevar. em Cr3 45.961.491,20 (quarenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.062 e 1.063, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 144, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.064, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis—MT, a elevar, em Cr\$ 122.090.354,00 (cento e vinte e dois mithões, noventa mil, trezentos e cinqüenta e quatro cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.065 e 1.066, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 539, de 1980, do Senador José Richa, solicitando nos termos do art. 371, alínea e do Regimento Inter-

no, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 1979, de autoria do Senador Itamar Franco, que regulamenta o exercício da profissão de *maitre* e garçom, e dá outras providências.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 540, de 1980, do Senador José Richa, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para a indicação nº 2, de 1975, de autoria do Senador Itamar Franco, que sugere à Comissão Diretora instituir, no Senado Federal, estágios para universitários nos moldes existentes na Câmara dos Deputados.

8

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.083, de 1980), do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que dá nova redação ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

q

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.085, de 1980), do Projeto de Resolução nº 131, de 1980, que suspende, em parte, a execução da Convenção Internacional do Trabalho nº 110, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 33, de 5 de agosto de 1964, promulgada pelo Decreto nº 58.826, de 14 de julho de 1966.

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1980 (nº 3.543/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Centro de Formação do Serviço Público, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.102 e 1.103, de 1980, das Comissões:

- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1980 (nº 2.973/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, instituindo, na Fundação Projeto Rondon, a concessão de bolsas especiais a estudantes, nas condições que especifica, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs. 1.110 e 1.111, de 1980, das Comissões:

- de Educação e Cultura; e
- de Finanças.

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1980 (nº 3.160/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Pedro Paulo Kossobuski, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 1.101, de 1980, da Comissão — de Financas.

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1980 (nº 3.945/80, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alterar efetivos de postos fixados em decreto, na forma do art. 2º da Lei nº 6.144, de 29 de novembro de 1974, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.093 e 1.094, de 1980, das Comissões:

- de Segurança Nacional; e
- de Finanças.

14

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1979 (nº 32/79, na Câmara dos Deputados), que ratifica o texto do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, aprovado pela 8º Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transporte dos países do Cone Sul, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 937 e 938, de 1980, das Comissões:

- de Relações Exteriores; e
- de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1980 (nº 28/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do convênio de criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira, assinado em Bruxelas, a 15 de dezembro de 1950, tendo

PARECERES, sob nºs 941 e 942, de 1980, das Comissões:

- de Relações Exteriores (ouvido o Ministério das Relações Exteriores), favorável; e
  - -- de Economia, favorável.

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1980 (nº 49/80, na Câmara dos Deputados), que ratifica o texto da Resolução nº WHA 29.38, aprovada pela 29º Assembléia Mundial de Saúde, realizada em 1976, tendo

PARECERES, sob nºs 1.068 e 1.070, de 1980, das Comissões:

- de Relações Exteriores, favorável ao projeto, nos termos de substitutivo que apresenta;
- de Constituição e Justiça, favorável ao substitutivo da Comissão de Relações Exteriores; e
- de Saúde, favorável ao substitutivo da Comissão de Relações Exteriores.

17

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 147, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.112, de 1980), que autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares americanos) destinado ao programa de investimentos do Estado, tendo

PARECER, sob nº 1.113, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justica, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Franco Montoro.

18

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 148, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.114, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares) destinado aos programas integrados de produção agropecuária, tendo

PARECER, sob nº 1.115, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

19

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, dando nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, que regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula a seu regime após completar 60 (sessenta) anos de idade, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.084, de 1980, da Comissão

- de Redação, oferecendo a redação do vencido.

20

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1980 (nº 3.598/80, na Casa de origem), que cria o quadro permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs. 1.095 e 1.096, de 1980, das Comissões:

- de Serviço Público Civil, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CSPC; e
- de Finanças, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Serviço Público Civil.

21

# MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1980, do Senador Murilo Badaró, que altera o art. 126 do Decreto-lei nº 941, de 13 de outubro de 1969.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. FRANCO MON-TORO NA SESSÃO DE 6-11-80 E QUE, ENTREGUE À REVI-SÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo formular às autoridades federais no campo da educação e, particularmente, ao Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas apelo proveniente de todos os setores da comunidade brasileira ligada ao problema da Administração de Empresas. Trata-se da pretendida extinção dos Cursos de Graduação de Administração de Empresas e de Administração Pública, mantidos por aquela fundação. O Conselho Superior pretende a extinção daqueles cursos por motivo de dificuldades de verbas.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de mais um dos aspectos da crise da educação brasileira e das prioridades dadas às verbas e recursos para a educação.

Tenho em mãos apelos provenientes da Associação dos Professores da Fundação Getúlio Vargas, da Associação dos Alunos dos vários Centros Acadêmicos que integram o corpo discente da Fundação Getúlio Vargas; manifestação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, através de seu Presidente, Luís Eulálio Bueno Vidigal, que se dispõe, em nome da comunidade empresarial, a dar sua colaboração à obtenção de recursos necessários à manutenção dos cursos da Fundação Getúlio Vargas; manifestações da imprensa, como artigos da Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e outros órgãos. Em suma, todos os setores da comunidade brasileira vinculados aos setores da administração de empresas reclamam providências dos órgãos responsáveis para a manutenção desses dois cursos. O Conselho Federal de Educação, em sua reunião de ontem, aprovou, por unanimidade, brilhante parecer da Professora Ester de Figueiredo Ferraz cuja conclusão é no sentido de que não se suspendam as matrículas para o concurso de admissão a esses cursos, aguardando-se, pelo menos durante um mês, as providências das autoridades responsáveis para a manutenção desses cursos.

Tratando-se, como se trata, de escolas que são modelares, talvez as melhores escolas de Administração existentes no País, é de todo interesse que esses cursos sejam mantidos. Será um verdadeiro atentado à cultura brasileira e à formação dos nossos administradores o fechamento dessas duas escolas.

Fazemos, com este fundamento, nosso apelo às autoridades competentes para que adotem providência no sentido da revisão da decisão do Conselho Superior da Fundação Getúlio Vargas e que, com os planos elaborados pelas Congregações das duas escolas, seja asegurada a continuidade desses cursos.

Alem desta comunicação e deste apelo, Sr. Presidente, desejamos fazer um registro da maior importância para o processo do desenvolvimento brasileiro.

# DOIS LIVROS. DOIS MODELOS.

Tenho em mãos dois tipos de publicações. O primeiro é representado por um documento que está sendo distribuído pelo Governo Federal, intitulado: Pequeno Documentário Estatístico sobre as Realizações dos Governos Revolucionários. Certamente os Srs. Senadores receberam, também, este documento. Ele vem acompanhado de cinco reproduções: em inglês, Short Statistical Documentary; em francês, Précis Statistique (1963/1979), e outro, em espanhol: Pequeño Documentário Estadístico — 1963/1979. E seguem-se outras publicações em línguas estrangeiras.

Quero registrar esta publicação em línguas estrangeiras, feita pela Administração Pública Federal, com verbas oficiais, e destinadas como inúmeros outros documentos que nos chegam, à propaganda e divulgação de realizações do Governo brasileiro perante o mundo.

Ao lado desta publicação, Sr. Presidente, quero registrar, como posição oposta, a publicação de um livro intitulado "A Força do Povo — Democracia Participativa em Lajes", publicação da Editora Brasiliense.

Esses dois livros, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fixam dois modelos de desenvolvimento, dois processos de ação: de um lado, o modelo vigente, centralizador, autoritário, com a preocupação de mostrar os seus resultados ao exterior; de outro lado, o processo descentralizado, democrático, que em lugar de pleitear recursos externos e aumentar nossa dependência em relação ao exterior, apela para a população.

"A Força do Povo — Democracia Participativa em Lajes" é o título dessa publicação da Editora Brasiliense. Relata a experiência de um prefeito da Oposição, no longínquo Município de Lajes, diante das recusas ou das dificuldades na obtenção de recursos nos órgãos centrais. Retrata a posição dos prefeitos do Brasil. Nós sabemos que, hoje, dos impostos, taxas e outras contribuições pagas no município, a legislação concentracionária, em matéria de tributos, faz com que esses impostos, taxas e contribuições sejam orientados para os órgãos centrais. O que fica no município, hoje, são apenas 3%, de

acordo com o estudo realizado pelo Ministério da Fazenda, e noventa e sete por cento vão para os órgãos centrais. E o que faz o Governo central, onde tudo depende do Presidente da República? É a onipotência do Executivo que decide sobre tudo e sobre todos, e que concentra em suas mãos todos os recursos

Elaboram-se planos, em Brasília, iguais para todo o Brasil, centralizados. Foi a fórmula escolhida pelos administradores que detêm o poder à revelia do povo desde 1964: estabelecer um modelo centralizado.

O Sr. Jarbas Passarinho (PDS — PA. Fora do microfone.) — Não apoiado!

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Com os recursos, por exemplo, do BNH para serviço de água nos Municípios, criam-se órgãos estaduais centralizados que retiram do Município o serviço, para que o mesmo seja realizado pelo Estado. Em matéria de educação, é em Brasília que se fixa o número de alunos que podem ser matriculados numa Faculdade de Farmácia ou de Odontologia, em Chapecó, Santa Catarina, ou Chuí, ou no Amazonas. Tudo depende de Brasília.

Essa posição marca a grande alternativa que o Brasil tem diante de si: manter o regime centralizador ou optar por uma alternativa de participação da comunidade. Pois bem, Lajes optou pela participação da comunidade. E como se fez a experiência? Em lugar de pleitear recursos dos órgãos centrais, sempre condicionados a planos elaborados burocraticamente pelos técnicos dos órgãos centrais, e iguais para todo o Brasil — portanto, artificiais, inadequados, porque o Brasil ê diferente — ao invês de soluções centralizadas, que fez a Prefeitura de Lajes, como estão fazendo algumas outras prefeituras? Apelou para a comunidade, para a participação da comunidade, e se fizeram hortas coletivas, medicina comunitária, mutirões para a construção de casas, fora dos padrões do BNH, onde ganham os intermediários, as financeiras que, como intermediárias, recebem da forma bancária e lucrativa grandes importâncias para reaplicar "em favor do trabalhador" porque a correção monetária, o juro, as exigências do BNH e dos seus órgãos obedecem ao mesmo padrão centralízado, autoritário.

O BNH é outra dessas experiências. Instituído em 1965, ou no fim de 1964, eliminando todas as entidades — as iniciativas, que aqui no Brasil eram mais de 300, foram todas sacrificadas para surgir esse elefante branco que se chama BNH — a partir da Capital Federal ou da Guanabara, passou a estabelecer ordens e diretrizes para todo o Brasil. Tudo de cima para baixo.

Desejo, Sr. Presidente, registrar a experiência de Lages como modelo oposto. Ali, vem tudo de baixo para cima. É a população que se reúne para resolver os seus problemas. E, hoje, a experiências de Lages é um modelo para o Brasil, semelhante ao modelo da cidade de Boa Esperança, no Espírito Santo, onde o Prefeito, depois de ouvir do Ministro do Interior que aquele Município precisaria ser extinto, porque não dispunha de condições para a sua viabilidade, e, por isso, não receberia mais nenhuma verba do Governo, o Prefeito, ao voltar à cidade, reuniu-se com o Vigário, com a Diretoria da Escola, com as autoridades e as lideranças locais, e resolveram fazer um esforço comunitário, em lugar de pedir ao Governo Federal, como acontece com quase todas as prefeituras. É doloroso ver aqui, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores correrem aos Ministérios para pedirem verbas. Dinheiro que saiu do Municípios, que pertence ao Município, que devia ter ficado no Município para resolver os problemas locais, mas vêm eles aqui, obrigados a dispêndio elevado para pleitear verbas, que, quando vêm, vêm para realização dos planos elaborados pelos burocratas ou pelos técnicos — burocratas de Brasília.

## O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Muito bem

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — O que fizeram os dirigentes de Boa Esperança? Resolveram fazer um apelo à comunidade, dar força ao povo. As professoras se dispuseram a dar aulas suplementares, os proprietários a estudar a forma de produzir alimentos no próprio município e fez-se, assim, um esforço comunitário. Qual foi o resultado? O município, que era o último, passou a estar entre os primeiros no Estado e Boa Esperança é hoje o primeiro município brasileiro que resolveu o problema do analfabetismo, sem MOBRAL centralizado, sem Ministério, sem verbas oficiais, com o trabalho da comunidade.

É este o caminho do Brasil e é por isso que o Brasil precisa ser desenvolvido ao povo brasileiro, através de eleições livres, como estas que vamos votar agora, após uma campanha feita pela Oposição e contra o Governo. Primeiro, emenda apresentada pela Oposição e rejeitada pelo Governo; segunda emenda, por uma diferença menor, rejeitada pelo Governo; terceira emenda, igualzinha à apresentada pela Oposição e por nós, subscrita pelo Deputado Edison Lobão, chegou quase a ser aprovada, mas aí o Governo exigiu um compromisso: tem que vir de cima para baixo, é o Executivo que vai mandar ao Congresso. Veio ao Congresso, aprovamos, não faz mal qual seja a ori-

gem, mas é preciso que se note, esta vai ser a grande oportunidade de devolver o Brasil ao brasileiro, de fazer com que homens eleitos pelo povo, em todos os Estados do Brasil, governem a nossa terra, e se inspirem em exemplos como estes de Lages, de Boa Esperança, para que o Governo resolva os problemas do Brasil, e não os tecnocratas, os burocratas e aqueles que detêm poder absoluto e a subserviência da Nação. A Nação está despertando, Lages e Boa Esperança são dois desses exemplos.

O SR. Jaison Barreto (PMDB-SC) - Permite-me V.Ex\* um aparte?

SR.FRANCO MONTORO (PMDB-SP)— Com prazer, ouço o aparte de V.Ex\*

O Sr. Jaison Barreto (PMDB-SC) - Não sei se me congratulo, em primeiro lugar, com V.Ext, ou com aqueles brasileiros que, em Lages, Santa Catarina, estão a praticar democracia verdadeira, real, com participação de toda a comunidade. Mais fico, inclusive, no elogio ao Senador do maior Estado da Federação, que, sensível, recolhe a experiência de Lages e a divulga, numa contribuição da maior importância. Estive no lancamento do livro em São Paulo, na Câmara de Vereadores, com o Professor Tragtenberg, com os editores da Brasiliense, com Mário Covas, com Fernando Henrique Cardoso, com a inteligência paulista e, talvez o fato mais expressivo do acontecimento, é exatamente essa consciência que aflora no País, da necessidade, já que se fala tanto em modelos alternativos, da procura de uma saída para o regime autoritário em que vivemos. A prática de Lages e esse exemplo agora que V.Ex\* traz de Boa Esperança indicam o caminho a seguir nessa democracia que nos todos estamos pretendendo implantar no País, O regime autoritário falece, pela incompetência e pelo próprio germe que o autoritarismo traz dentro de si. Aí estão reflexos das decisões fechadas de gabinetes em descompasso com as necessidades brasileiras. E aí está nascendo, daquilo que é no País, dos municípios, o exemplo maior de que se pode, no Brasil, praticar democracia, mesmo com esta ausência de federação no País. Meus parabéns a V. Exque traz aquilo que acompanhamos de perto, em Santa Catarina, e que essa divulgação sirva de estímulos a outros brasileiros que, perdidos pelo hinterland, procuram a saída que o Governo não sabe encontrar.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Agradeço o depoimento de V. Ext O livro foi realmente lançado na Câmara Municipal de São Paulo com a presença de representantes de toda a comunidade e, fato inédito, a edição se esgotou no dia do lançamento, o que mostra a sua importância.

Quero citar Lages e Boa Esperança, para não citar inúmeros outros exemplos que ocorrem também no Estado de São Paulo.

É para isso que precisamos olhar caminhos concretos. As críticas que fazemos ao Governo não têm nunca o caráter meramente pessoal. O erro é do processo, o erro é do modelo, o Brasil não fracassou, não, há uma grande esperança.

- O Sr. Lázaro Barboza (PMDB GO) Muito bem!
- O SR. FRANCO MONTORO (PMDB SP) Há um grande movimento de renascimento das bases. O que fracassou foi o modelo autoritário, centralizador, burocrático. É muito bom e é importante e nós faremos agora da Oposição, diariamente, ou semanalmente, manifestações mostrando que nós não somos contra, nós somos a favor do povo. Não imprimimos o nosso documento em 4 ou 5 línguas, para o inglês, o americano, o russo ou o japonês lerem. Queremos a cartilha simples que o povo saiba ler e por isso é preciso fazer aquilo que não se faz, acreditar no povo. Esta é a grande lição que estes exemplos nos trazem.

Enganam-se, mentem aqueles que afirmam que a Oposição não apresenta soluções positivas. Ela apresenta, sim. Ela critica muito, porque os erros são muitos e são graves. Mas a Oposição aponta soluções positivas, provadas e comprovadas, como estas que estamos enunciando.

- O Sr. Lázaro Barboza (PMDB GO) Permite-me V. Ext um aparte?
- O SR. FRANCO MONTORO (PMDB SP) Ouço, com prazer, o aparte de V. Ext

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Nobre Senador Franco Montoro, V. Exteritica o modelo concentrador e arbitrário implantado no País em 1964 e vigente até hoje. Mas o germe da destruição e da morte está presente em todos os regimes autoritários, ao longo da História, em todos os países, em todos os lugares. Aqui não poderia ser diferente. Na medida em que o povo é excluído do processo, na medida em que o povo não pode autodeterminar-se, não pode governar-se a si mesmo, o povo não se sente responsável e nem partícipe. Se não participa na hora de formar o pacto de poder, não se pode pretender que o povo colabore, quando o povo foi jogado para fora dos muros da cidade proibida, quando o povo se viu marginalizado e impedido de votar. O regime democrático, como o próprio nome indica, é o

regime participativo. E o que fazem as comunidades, nos municípios citados por V. Ext, é praticar — como disse o nobre Senador por Santa Catarina — a verdadeira democracia. É o povo unido, de braços dados, buscando soluções para os seus problemas. Nenhum país do mundo conseguiu, pela forma autoritária e autocrática, resolver problema algum. É por isso que os impasses, a cada dia, no Brasil, se acentuam mais, e não há outro caminho; o caminho é devolver o Governo da Nação brasileira à própria Nação brasileira.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Muito obrigado pela contribuição de V. Ext V. Ext faz bem em estender a crítica a todos os regimes autoritários. É por isso que podemos associar, com fundamentadas razões, esta ânsia de participação da população brasileira às manifestações feitas pelos trabalhadores, em seus movimentos de rebeldia contra a fixação de critérios rígidos no estabelecimento dos salários, contra uma legislação sindical que impede o trabalhador de se organizar e de negociar livremente com o empregador as condições de trabalho.

Este fenômeno não é só brasileiro. Ele teve, recentemente, em outra parte do mundo, uma realização que chamou a atenção de todos os países; foi a reação do trabalhador da Polônia. É o mesmo fenômeno. Contra que protestaram os trabalhadores poloneses, tendo diante de si um governo autoritário? Contra a miséria a que estavam sendo levados. A faita de alimentos ali, como a falta de feijão aqui, os salários miseráveis ali, como os salários miseráveis aqui, fixados pelos burocratas ali, como pelos burocratas aqui. E eles diziam: "Nós não aceitamos continuar sendo joguetes de deliberações das cúpulas governamentais". O Movimento da Polônia tem o mesmo sentido que tem no Brasil, esse renascimento, é o sentido da dignidade da pessoa humana, ligada à formação cristã do nosso povo. O homem que tem uma formação cristã não aceita ser colocado como ficha, peça, mercadoria. Quer ser agente da História; quer ver respeitada a sua capacidade de iniciativa e, por isso, ali, derrubaram o Primeiro-Ministro, e nem as forças poderosas da Rússia Soviética puderam prevalecer diante da vontade daqueles trabalhadores, que exigiam participação da comunidade, da comunidade dos trabalhadores, nas soluções que lhes dizem respeito, sindicatos livres. É o mesmo fenômeno. É preciso compreendê-lo no Brasil, é preciso compreender, apoiar e participar desse movimento, para que o povo brasileiro resolva os seus problemas, para que ele não seja joguete, como está sendo, de forças que não são brasileiras.

Nesse documento que, em 4 ou 5 línguas, acabo de receber, há uma documentação que explica muito bem o problema do feijão, que está gerando protestos, crises, levantes.

Nestes 15 anos, a produção de automóveis, produzidos por empresas estrangeiras, aumentou 520% e a produção de alimentos, como o feijão, caiu em termos relativos.

Não é preciso dizer mais para caracterizar um regime que favorece a produção de bens de consumo supérfluos, produzidos por empresas estrangeiras, com sacrifício da produção de alimentos, feitos pelo trabalhador, pelo agricultor, pelo trabalhador rural brasileiro para a população brasileira.

- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. FRANCO MONTORO (PMDB SP) Com prazer, ouço o aparte de V. Ex $^{*}$
- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Senador Franco Montoro, nessa parte do pronunciamento de V. Ex\*, eu gostaria de fazer um reparo. Não seria de justiça V. Ex\* estar fazendo uma análise dos problemas brasileiros e deixar de se manifestar, também, a respeito do problema agrícola. O Brasil teve realmente uma safra recorde. V. Ex\* tem razão, quando fala no feijão, que nos faltou para o consumo interno. Mas, V. Ex\*, ao tempo em que viesse fazer essa crítica da falta do feijão, deveria também fazer justiça: que a agricultura foi desenvolvida e nós tivemos uma safra recorde a todas aquelas anteriores no nosso País.
- O SR. FRANCO MONTORO (PMDB SP) V. Ext confirma o que eu disse: caiu a produção do feijão; aumentou a produção dos bens exportados, através das multinacionais.
- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Não apenas os bens exportados. V. Ex\* sabe que nós temos que ter agricultura energética, agricultura para exportação, para o balanço de pagamentos, como agricultura de alimentação. Realmente, nisso V. Ex\* pode criticar, porque, infelizmente, não tivemos a felicidade do aumento da nossa produção do feijão e do arroz, que foram os dois produtos que mais nos faltaram este ano. Mas, nos demais, tivemos um aumento, que trouxe também benefícios ao nosso País.
- O Sr. Lázaro Barboza (PMDB GO) Mas não foi só feijão e arroz. O milho também continua sendo exportado.
- O Sr. Jutahy Magalhães (PDS BA) Exatamente isso. V. Ex\* fala no problema da falta de feijão, e é muito fácil explorar esse assunto, que real-

mente diz respeito ao nosso povo. É muito fácil falar nessa infelicidade de não termos a safra necessária, como no nosso Estado da Bahia, no município de Irecê, que é o nosso maior produtor, infelizmente não teve as benesses de São Pedro, para dar a produção de feijão que todos esperávamos.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — A culpa não é de São Pedro, não. Os culpados têm outros nomes. Se diminuiu a plantação de feijão, aumentou a de cana-de-açúcar, aumentou a produção intensiva, com a eliminação da produção de alimentos. Por quê? Pela política autoritária, centralizadora, elitista do Governo federal, que empresta aos grandes proprietários milhões ou bilhões, para aumentarem ainda mais o seu latifúndio, em lugar de seguir a proposta feita pelos trabalhadores, em nome do povo brasileiro, em nome dos trabalhadores rurais.

A CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Comunidade Científica e o PMDB, que foi o porta-voz dessas reivindicações, em 1974 e 1975, defendeu, para o problema do álcool, não a produção intensiva em grandes unidades, mas a produção de cana-de-açúcar, mandioca e outros produtos, através de pequenas e médias propriedades, propondo que o Governo, em lugar de emprestar muito a poucos, emprestasse pouco a muitos e iniciasse aquilo que é seu dever — uma reforma agrária, que aí podia ser feita à brasileira, sem desapropriação, sem violência, apenas dando um pouco de sentido democrático, brasileiro, aos detentores do crédito. Esta é a realidade que aí está. O Governo optou por um sistema e, por isso, é responsável pelos resultados. Falta feijão porque houve realmente um desamparo, como continua a haver. É preciso que se reveja, na pequena e média propriedade, como está dito no Relatório feito pela CONTAG, pela comunidade científica, pelo forum dos não-consultados que se realizou em Campinas e cujos resultados foram trazidos ao Senado e enviados ao Governo, e por lá se verifica que, quando a cana-de-açúcar é explorada em pequenas e médias propriedades, não há a falta de alimentos, porque o pequeno e o médio proprietário produzem conjuntamente os alimentos ali. Esta é a realidade.

Se o Governo optou por outro caminho, o responsável é o Governo.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — V. Ex\* me permite um aparte?
O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Pois não.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Nobre Senador Franco Montoro, as colocações que V. Ext acaba de fazer são de uma clareza meridiana. Mas, ao invés de fazer-se a reforma agrária sem traumatismos, ela continua a ser feita, mas de outra forma, às avessas. Nós tínhamos no País, há cerca de um ano e meio, aproximadamente, seis milhões de pequenos proprietários rurais que nunca tiveram acesso ao crédito oficial. Hoje, os mais de seis milhões de pequenos proprietários rurais, existentes até cerca de dois anos atrás, estão reduzidos, segundo vi, há poucos dias, numa estatística, a apenas 4,5 milhões de pequenos proprietários. E falta para o consumo interno não apenas o feijão ou o arroz; continuamos a importar milho; continuamos a importar alho; carne; continuamos a importar feijão; e há não muito tempo importamos cebola. Por falar em cebola, quero, no aligeirado deste aparte, dizer ao Senado que na capital do meu Estado, anteontem, doze carretas de cebola, vindas do Nordeste, foram jogadas ao lixo.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Estão aí alguns fatos, além daqueles que mencionei, que são do conhecimento de todos. Em lugar de desconcentrar a propriedade, o Governo centraliza; em lugar de democratizar o crédito, o Governo centraliza. Ele empresta a quem? Os inquéritos estão aí: è o Governo federal e os governos estaduais constituídos de biônicos. Emprestam a grandes firmas, e os participantes desses negócios são elevados a cargos públicos. O pequeno não recebe empréstimo; é o grande, para evitar a falência; no fim, ele fica rico e o Governo fica com o ferro velho. É o caso que está aí; tem sido denunciado. Há uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar esses fatos tão numerosos, tão graves.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Permite V. Ext um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Ouço o aparte de V. Ext.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — V. Ex\*, melhor do que eu, Senador Franco Montoro, sabe que os produtos de alimentação decorrem mais da produtividade nos minifúndios. V. Ex\* sabe também que neste ano, para a próxima safra, temos, como dados estatísticos, o aumento de área de produção de mais de 6% da área para produzir feijão. V. Ex\* sabe, portanto, que essa área de produção está sendo financiada aos pequenos e médios agricultores, que serão os responsáveis pela produção desses alimentos. Não são apenas os grandes produtores que estão sendo beneficiados pelo crédito rural.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Peço que V. Ext anote as palavras. V. Ext disse: "V. Ext sabe que serão".

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Que serão, não. Que estão sendo. A produção virá no futuro. Não se planta hoje, e amanhã está-se colhendo; tem-se que esperar algum tempo. Essa área está sendo aumentada, graças ao crédito que está sendo dado aos pequenos e médios agricultores, porque são esses os grandes responsáveis pela produção de alimento. E V. Ex\* sabe melhor do que nós que está sendo realizado o zoneamento para que a agricultura energética não tenha interferência na agricultura de alimentação. V. Ex\* vê que o Governo brasileiro está preocupado com esses problemas. Está sendo feito esse zoneamento, inclusive no Estado de V. Ex\*, no meu Estado e em diversos outros Estados da Federação.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Eu sei que estão sendo feitos discursos sobre isso. Medidas concretas, não conheço. Melhor, conheço e lembro a V. Ex\* que estamos discutindo na Comisão de Legislação Social uma iniciativa do Governo que pretende alienar alguns milhares de hectares numa gleba que, inicialmente, tinha 240 milhões de hectares, a uma firma, onde existem posseiros, e até há referência a índios.

Na explicação dada pelo Governo, ou por seus representantes, respondendo à objeção da Oposição de que lá existem posseiros, nessa grande área que vai ser dada, sem concorrência pública, a uma empresa, o Governo informa: "Não, mas a empresa, inteligentemente, transformou os posseiros em empregados".

Este "inteligentemente" poderia ser substituído, com o rigoroso respeito ao vernáculo, por "safadamente". Em lugar de defender o posseiro, que ocupa a terra, trabalha há anos, com o seu trabalho e o de sua família, ajudando a produção, o Governo se dispõe a alienar a uma grande empresa, que já transformou "inteligentemente" — e depois da advertência do Senado — os posseiros em empregados.

V. Ext mesmo, Senador Jutahy Magalhães, é autor de um projeto tornando obrigatório isso. Se V. Ext apresenta o projeto, é porque ele corresponde a uma necessidade. É preciso dar um basta. Foi uma das poucas iniciativas, no Legislativo, de um parlamentar do próprio Governo, exigindo que o Governo de preferência ao posseiro e não ao grileiro.

Eu cumprimentei V. Ex‡ por isso e o cumprimento aqui. V. Ex‡ contribui, e muito, para o bom nome do Senado e do Congresso e para a independência da sua atitude. Mas ela, evidentemente, representa uma crítica àquilo que está se fazendo.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Não é crítica; é apenas uma regulamentação de um artigo constitucional que existe há dez anos. Temos ouvido muitos pronunciamentos a respeito disso e, até agora ninguém apresentou um projeto, neste sentido de regulamentação, para dar obrigatoriedade ao posseiro.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Esta obrigatoriedade, a rigor, já está na Constituição. O trabalho da Oposição tem sido incansável no sentido de evitar a burla desse dispositivo, impedindo, como está acontecendo, a venda de grandes glebas a grupos empresariais, com o sacrifício de posseiros e pequenos agricultores. Este é o fato concreto. E V. Ex\*, com o seu projeto excelente, que já foi objeto de uma referência conjunta e por nossa iniciativa, na Comissão de Legislação Social, apresentou-o para exigir que seja dada a preferência aos posseiros, porque, como diz V. Ex\*, há muitos anos está na Constituição, e apesar disso não é o que o Governo está fazendo. Que Governo? O da Oposição?

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Permite V. Ext um aparte?
O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Ouço o aparte de V.
Ext

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — V. Ext, com a autoridade de representante do maior Estado da Federação, nesta Casa, diz muito bem que o responsável por isso tudo é o regime autoritário. No caso específico do feijão, lamentavelmente, não é o que está ocorrendo no momento. Aproxima-se a nova safra de feijão e as informações são de que no Estado do Paraná, o Estado de maior produção de feijão do País, a área de plantação reduziu-se em 30%, este ano. Não é nada de mau tempo; e São Pedro não é o responsável por isso. São Pedro será o responsável por uma outra redução, em decorrência de uma geada que ocorreu nos dias 16 e 17 e que vai reduzir a produtividade em 30%. Mas a área de plantio também se reduziu em 30%. Aí é que está o grande problema. Quanto ao problema da terra, o que nós estamos vendo, estamos assistindo neste País, sobretudo, nos dois últimos anos do Governo Figueiredo, ou seja, na nova versão da ditadura, o que estamos assistindo, no País, é a um fosso, a um abismo extraordinariamente grande entre o discurso e a prática. Esta é a verdade. Na Amazônia Oriental, constituiu-se um grupo de trabalho para resolver o problema fundiário — o GETAT. E estou aqui para dizer a V. Ext e à Casa que, no extremo norte do meu Estado, o Estado que represento nesta Casa, o GETAT está fazendo o contrário: está obrigatado, de certo modo, posseiros humildes, residentes ali há 20, 30 anos, num pedaço de chão, a assinar um contrato sob regime de comodato para explorar a terra por um a dois anos e entregá-la, em seguida, a um empresário rural, sob a alegação de que só o empresário rural tem condições de aumentar a produtividade. E dois padres, dois sacerdotes católicos, membros da Comissão Pastoral da Terra, de Goiás, que estão defendendo os posseiros, foram presos há poucos dias. Aqui eu denunciei essas prisões. Existe agora o pdedido do Governador do Estado para expulsão de ambos os sacerdotes — expulsão do País. Ambos são estrangeiros. Um é holandês e o outro é italiano. Estão lá em nome da Igreja, como membros da Comissão Pastoral da Terra, para defender os posseiros contra este tipo de atitude do próprio Governo, e estão ameaçados de expulsão do País, a pdedido do Governador de Goiás. Veja V. Ex‡ a que extremo chega o regime autoritário! Muito obrigado.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Agradeço a contribuição dos Srs. Senadores que esclareceram vários aspectos desse problema. Este é o Brasil real. Se se quiser um último argumento — e devo terminar — para mostrar como o Governo, através das suas medidas econômicas e financeiras, protege os grandes, e, consciente ou inconscientemente, persegue e oprime os pequenos, quero lembrar duas instituições ocorridas nestes 15 anos, a que se referem esses documentos em várias línguas, publicados pela burocracia federal. Para a compra de um automóvel, durante estes 15 anos, as facilidades eram tantas que se criou a figura do período de carência, isto é, eu compro o automóvel, recebo-o e só começo a pagar o financiamento 4 meses, 6 meses depois. É o crédito a serviço da venda do automóvel de passeio. Mas, se o trabalhador quiser comprar uma casa, ele não tem o período de carência. É exigida dele a chamada poupança prévia, ele precisa ter pago muito para começar a fazer jus a uma casa que é essencial para a sua existência.

Esta dualidade define bem as preocupações governamentais e os erros deste Governo.

- O Sr. Luiz Cavalcante (PDS AL) Permite V. Ext um aparte?
- O SR. FRANCO MONTORO (PMDB SP) Ouço com prazer o aparte de V. Ex\*

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS - AL) - Nobre Senador Franco Montoro, V. Ext me dá o ensejo de pedir o seu valioso apoio, coisa que não fiz ainda a nenhum colega, aqui nesta Casa, para um projeto meu que está vegetando aqui no Senado, desde os idos de 1975. O meu projeto cria o Banco Nacional do Trabalhador, o qual seria alimentado por esses fundos, tirados mensalmente do trabalhador, PIS/PASEP, e muitos outros mais, que atualmente vão ser dinheiro de graça para o BNDE financiar grandes indústrias. Infelizmente, nobre colega, o meu projeto não veio sacramentado pelo Governo, também não encontrou apoio na minha grei. Mas, supresa maior é que não encontrou apoio na grei da Oposição de V. Ext, que defende o povo com mais veemência do que nós, pelo menos, assim, em aparência. Então, nesta oportunidade, Senador Franco Montoro, já que o projeto ainda não está sepultado, está moribundo, bastante doente, a intervenção pessoal de V. Ext poderia salvar o projeto e teria agora, o nome - Projeto Franco Montoro Luiz Cavalcante. E V. Ext prestaria um grande serviço aos trabalhadores, e evitaria, justamente isto, que os trabalhadores não tivessem onde recorrer para as suas necessidades. Muito obrigado.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Permite V. Ex\* uma intervenção final, Senador Franco Montoro?

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Permita-me que antes responda à oportuna intervenção do Senador Luiz Cavalcante. Não tive, ainda, a oportunidade de, em alguma das Comissões — pertenço a quatro Comissões da Casa — tomar conhecimento do seu projeto, que deve estar engavetado com algum Relator, ou alguém que tenha pedido vista e o retém.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS - AL) - Sou da Comissão de Economia.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Mas, atendo o apelo e o pregão de V. Ext Não pertenço à Comissão de Economia, mas, vou me interessar, e verificar onde está este projeto, e junto com V. Ext lutar pela sua aprovação.

Mas, também, faço uma proposta, em reciprocidade a V. Ext Não apresentei projeto de um banco do trabalhador, mas um outro que, certamente, terá o apoio de V. Ext É um projeto que estabelece o seguinte: o PIS e o PA-SEP que são fundos pertencentes ao trabalhador e ao funcionário público, e que estão sendo hoje administrados não pelo trabalhador e pelo funcionário público, mas pelos burocratas nomeados pelo Presidente da República. Com esse dinheiro, segundo informação, é que se fez, por exemplo, o famoso empréstimo do Luthfalla, porque uma parte é entregue ao BNDE e outra à Caixa Econômica Federal. Então é direito do trabalhador, ajudando um grande industrial na iminência de uma falência. Proponho, neste projeto, duas coi-

sas: primeiro, que o PIS/PASEP seja administrado por um representante do Governo, de preferência o gerente da Caixa Econômica Federal; por um representante escolhido pelos trabalhadores, que são os donos do Fundo; e, por um representante escolhido pelos funcionários públicos, que são, também, os donos desse Fundo. Segundo, proponho que esse dinheiro, em lugar de vir todo para Brasília — não há razão para que todo esse dinheiro, arrecadado em todos os municípios do Brasil, venha para Brasília. Esse dinheiro pode e deve ficar no Município. Os verdadeiros municipalistas não podem ser contra isto. O dinheiro fica no município para lá ser aplicado na construção de casas, no financiamento da produção de alimentos, e em outras iniciativas de interesse da população. É uma idéia semelhante a de V. Ext, não tem o nome de banco mais é uma idéia semelhante, o que mostra a coincidência das nossas preocupações.

Peço, também, a colaboração de V. Ex\* e esse Projeto, em lugar de chamar-se, apenas, Projeto Franco Montoro, será Projeto Franco Montoro-Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS - AL) - Muito obrigado.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB - SP) - E, assim, de mãos dadas, vamos trabalhar e lutar. V. Ext, como representante brilhante da Bancada do PDS e nós, em nome da Oposição, vamos trabalhar juntos para que esse Projeto seja aprovado, porque V. Ext tem toda a razão: é preciso mudar o modelo concentracionário. E, eu diria, quem deu ao Governo, que não foi eleito pelo povo, que se mantém à revelia do povo, quem deu a ele o direito de pegar todo esse dinheiro do trabalhador, nomear um funcionário burocrático, e fazer empréstimos de favor, em Brasília e nos Estados? Empréstimos escandalosos que, agora, se forem apurados, são protegidos em nome do famoso sigilo bancário que não existe, no caso. Esses empréstimos precisariam ser conhecidos, a população precisaria saber, e o trabalhador, que é dono daquele dinheiro, deveria saber a quem foi emprestado. É isto que precisamos fazer. Agradeço, com o maior entusiasmo, o lembrete de V. Ext, e me disponho a trabalhar junto a V. Ex\* Quem sabe se os dois projetos podem se unir, ou com um outro substitutivo, melhor do que os nossos, para, no fundo, fazer com que o dinheiro do trabalhador seja administrado pelo trabalhador e não pelo burocrata que, quase sempre, está utilizando esse dinheiro esses empréstimos, cujos escândalos enchem as manchetes dos jornais.

O Sr. Luiz Cavalcante (PDS — AL) — Senador Franco Montoro, o que não é possível é continuar tal estado de coisas, desses fundos receberem o óleo comparado de uma correção de 45% e, por outro lado, serem devorados por uma inflação de 100%. Assim, dentro de cinco anos, não haverá mais fundo aigum.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — Concordo com V. Ext, e lembro que, para corrigir isso, tenho também um projeto, que não caminha mais porque a maioria desta Casa não aprova, estabelecendo isso que é de rigorosa justiça: Quem esses fundos sejam corrigidos pelo Indice Nacional de Preço, e não por um índice de correção monetária, fixado autoritariamente, centralizadamente, burocraticamente, pelo Ministro do Plenajamento ou pelo Ministro da Fazenda. É incrível que tudo no Brasil dependa da vontade de um homem. Há uma injustiça flagrante. Milhões de trabalhadores estão sendo roubados — a expressão é esta: estão sendo roubados —, o dinheiro é deles, há uma desvalorização; a desvalorização pelo Indice Nacional de Preços é de 100%, mas se corrige apenas 45%. Por quê? Porque o Governo quis. É preciso realmente pôr um paradeiro nisso e é preciso debater essa matéria, denunciar essas irregularidades, para que elas sejam efetivamente corrigidas.

Ouço o aparte do nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Na verdade, o aparte, Senador Franco Montoro, é a respeito do problema da política fundiária. Acho que todos nós estamos de acordo da necessidade de uma reforma fundiária em nosso País, que atenda as neessidades regionais, e não apenas uma reforma territorial, de acordo com os pensamentos antigos, de um pensamento único que diga respeito a todas as Unidades da Federação.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — De pleno acordo com V. Ex\*

O Sr. Jutahy Magalhães (PDS — BA) — Mas, o que nós também temos que estar atentos é de que o INCRA tem procurado, nessas áreas de maior dificuldade que estão existindo no País, encontrar soluções para o caso daqueles que estão sofrendo as agruras de tentarem afugentá-los da terra que eles trabalham, não com a velocidade que nós almejaríamos que fizessem. Mas parece, também, — lamento que o Senador Henrique Santillo não esteja aqui, porque não estou me recordando muito bem desse problema — que houve um caso, e acredito que em Goiás, que em uma dessas áreas de atrito, quando

o INCRA foi fazer o relacionamento de todos aqueles posseiros que se encontravam na área, ameaçados de expulsão, encontrou — vamos dizer — o número 100 e, quando foi atender a esses 100 posseiros, já vieram dizer que não eram mais 100, mas 500, e quando ele foi atender os 500, o Pároco da região disse: "Hoje não são mais 500, mas são 5 mil". Assim, nós nunca poderemos chegar a uma solução de acordo com as necessidades de atendimento aos verdadeiros posseiros, porque temos que fazer uma diferenciação entre posseiros e invasores, temos que combater os grileiros e defender os posseiros, mas não podemos atender aos invadores em prejuízo dos verdadeiros proprietários.

O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP) — A questão é encaminhar a solução do problema fundiário para uma descencentração, para uma descentralização, para que hoje um grande número de brasileiros trabalhando na solução dos problemas do País. Um regime centralizador, naturalmente procura soluções também centralizadoras. Esta é, a nosso ver, a grande opção que o Brasil tem diante de si.

Sr. Presidente, nosso pensamento era fazer uma comunicação mais breve, comentando estas duas publicações: uma, representativa dessa mentalidade centralizadora que quer falar para o estrangeiro e, por isso, manda o documento em cinco línguas e, outra, aquela orientação que quer apelar, quer contar, quer falar e quer ser ouvida pelo povo brasileiro que está em baixo. O mal do Brasil, hoje, é que tudo vem de cima; as soluções são tomadas autoritariamente e o nosso País tem de cumprir, como se fosse um conjunto de homens sob as ordens de um chefe. O Brasil não é isto, é uma Nação e, como tal, é uma comunidade constituída de comunidades. Estados que são diferentes, municípios que também são de natureza e possibilidades diversas, associações de empregados e empregadores, agricultura, pesca, pecuária, universidades, comunidades religiosas, comunidades de base, sociedades de moradores, tudo isto representa a riqueza do Brasil.

Ouvi de um grande brasileiro, General Juarez Távora, esta expressão: "O Brasil nunca será forte e desenvolvido se os Municípios e as comunidades que integram a vida nacional forem fracos".

É preciso fortalecer as bases da Nação — este é o caminho que se abre diante de todos os brasileiros que queiram resolver os nossos problemas, não com soluções vindas milagrosamente do alto para baixo, mas com soluções que venham modestamente de baixo para cima. O grande exemplo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é a árvore que, da raiz, retira toda a sua seiva. É assim que o Brasil tem que crescer: com a seiva retirada do trabalho, do esforço e da colaboração de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS, NA SESSÃO DE 20-11-80, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, pela manhã, o Ceará foi surpreendido por um forte tremor de terra, que levou pânico a muitas das suas cidades e mesmo a algumas do Estado do Rio Grande do Norte.

Segundo informações, Sr. Presidente, esse abalo sísmico teria durado cerca de dez segundos, com o desdobramento de três surtos sucessivos, de intensidades variáveis.

De início, houve informações de que o tremor de terra teria abalado fortemente Fortaleza e as cidades de Chorozinho, Quixadá e Mossoró. Em seguida, chegaram informações de que as cidades do Icó, Jaguaribe, Russas, Irauçu, Tapipoca, Quixeramobim também teriam sofrido abalos semelhantes. Não houve vítimas fatais, mas os hospitais de Fortaleza atenderam a vários casos de maior ou menor gravidade, provocados pelo nervosismo e pelo pânico. A família cearence está intranquila.

Informações de Fortaleza indicam que o tremor de terra teria tido uma intensidade da ordem de 3 graus. Mas segundo dados dos observatórios nacionais, o terremoto que abalou o Ceará, na madrugada de hoje, teria atingido nada menos que 5,8 graus na Escala Richter.

As causas, Sr. Presidente, do abalo são acomodações tectônicas, da crosta terrestre. Os terrenos do Ceará são, fundamentalmente, terrenos cristalinos, portanto muito antigos, certamente já com um alto grau de acomodação. É de supor-se que esses tremores de terra decorram de deslisamentos em falhas geológicas, nas estruturas rochosas. Em todo o mundo, 90% dos abalos sísmicos decorrem desses deslisamentos. Apenas 7% desses são de natureza vulcânica e 3% são originários de movimentos de dobramento da crosta.

Surtos de sismos no Ceará têm-se verificado em outras épocas. Tivemos abalo de terra, em 1968, na Serra do Pereira, em 1976, nas proximidades de Quixadá e, segundo o Barão de Studart, um velho historiador da nossa terra, há cerca de 100 anos também ocorreram abalos no Nordeste.

É sobretudo pelo pânico a que foi levada uma ampla área do meu Estado correspondente, talvez à metade do seu território, é pela angústia sofrida pelo meu povo que quero levar, daqui do Senado, a minha solidariedade à família cearense.

Tenho esperança de que, à calamidade da seca ao sofrimento que hoje abala o nosso povo, não se somem os dolorosos sofrimentos de um abalo sísmico.

Fica, Sr. Presidente, o registro da ocorrência e a minha solidariedade ao povo cearense. Muito obrigado a V. Ex\* (Muito bem!)

# GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPALAMENTAR EDITAL

A Presidência do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar convoca a Comissão Deliberativa para uma reunião, a realizar-se, às dez horas do dia 5 de dezembro próximo, na Sede do Grupo, Anexo I, do Senado Federal, 2º andar, a fim de proceder à eleição da nova Comissão Diretora e dos dois representantes do Grupo junto ao Conselho Interparlamentar.

Brasília, 21 de novembro de 1980. — Deputado Raymundo Diniz, Presidente — Deputado Mac Dowell Leite de Castro.

#### MESA

#### Presidente Luiz Viana

11-Vice-Presidente Nilo Coelho

#### 2\*-Vice-Presidente

Dinarte Mariz

19-Secretário Alexandre Costa

2º-Secretário

**Gabriel Hermes** 

37-Secretário

Lourival Baptista 4º-Secretário

Gastão Müller

#### Suplentes de Secretários

Jorge Kalume Benedito Canalas Pássos Pôrto

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

# PMDB

#### Lider

Paulo Brossard

#### Vice-Lideres

Humberto Lucena José Richa

Marcos Freire

Mauro Benevides

Nelson Carneiro

Orestes Quércia Pedro Simon

Roberto Saturnino

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR — PP

Gilvan Rocha

#### Vice-Lideres

Evelásio Vieira Alberto Silva

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS

#### Líder

Jarbas Passarinho

#### Vice-Lideres

Aderbal Jurema Aloysia Chaves Bernardino Viana José Lins Lomanto Júnior Moacyr Dalla Murilo Badaró Jutahy Magalhäes

#### COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Noqueira

Local: Anexo II — Térreo

Telefones: 211-3487

211-3488

211-3489

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA --- (CA)

Chefe: Daniel Reis de Souza

local: Apexo II - Térreo Telefones: 211-3490

211-3491

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira Vice-Presidente: Leite Chaves

**Titulares** 

Suplentes

1. Passos Pôrto

- 1. Jutahy Magaihäes 2. Affonso Camargo
- 2. Benedito Canelas
- 3. Martins Filho 3. João Calmon
- 4. José Lins
- 1. Evelásio Vieira
- 2. Leite Chaves
- 1. Agenor Maria 2. Amaral Peixoto
- 3. José Richa
- Assistente: Sérgio da Fonseca Braga 211-3492 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas Local: Sala "Ruy Barbosa" - Anexo II

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS -- (CAR) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale Vice-Presidente: Agenor Maria

Suplentes

Titulares

- 1. Mendes Canale
- 2. José Lins
- 3. Eunice Michiles
- 4. Vicente Vuolo
- 1. Evandro Carreira
- 2. Agenor Maria
- 1. Marcos Freire

2. Alberto Silva

3. Almir Pinto

- 3. Mauro Benevides
- 2. Humberto Lucena

I. Raimundo Parente

- Assistente: Carlos Guilherme Fonseca 211-3493 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas Local: Sala "Clóvis Bevilácqua" - Anexo II
  - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ) (15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente:

1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves 2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Suplentes

1. Lenoir Vargas

2. João Calmon

4. Milton Cabral

6. Arnon de Mello

1. Cunha Lima

5. Luiz Fernando Freire

3. Almir Pinto

#### Titulares

- 1. Bernardino Viana 2. Helvidio Nunes
- 3. Hugo Ramos
- 4. Aloysio Chaves
- 5. Aderbal Jurema
- 6. Murilo Badaró
- 7. Moacyr Dalla
- 8. Amaral Furian
- 9. Raimundo Parente
- 1. Orestes Quércia
- 2. Leite Chaves
- 2. Tancredo Neves 3. Lázaro Barboza 3. Dirceu Cardoso
- 4. Nelson Carneiro
- 5. Paulo Brossard
- 6. Franco Montoro

Assistente: Paulo Roberto A. Campos — 211-3494 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas Local: Sala "Clóvis Bevilácqua" — Anexo II

> COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL - (CDF) (11 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

#### Presidente: -Titulares

- 1. Martins Filho

Suplentes

3. Benedito Canelas

4. Moacyr Dalla

- 2. José Sarney
- 3. Passos Pôrto
- 4. Saldanha Derzi
- 5. Affonso Camargo
- 6. Murilo Badaró 7. José Caixeta

- 1. Itamar Franco 2. Lázaro Barboza
- 1. Henrique Santillo
- 3. Adalberto Sena
- 2. Roberto Saturnino 3. Gilvan Rocha
- 4. Mauro Benevides

Assistente: Leda Ferreira da Rocha - 211-3499 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

> COMISSÃO DE ECONOMIA - (CE) (11 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Teotônio Vilela Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Suplentes

1. Helvidio Nunes

3. Benedito Ferraira

2. Alberto Silva

4. Vicente Vuolo

#### Titulares

- 1. Arnon de Mello
- 2. Bernardino Viana
- 3. José Lins
- 4. Lenoir Vargas
- 5. Milton Cabral
- 6. Benedito Canelas 7. Luiz Cavalcante

4. Pedro Simon

- 1. Roberto Saturnino
- 2. Teotônio Vilela

Local: Sala do Anexo "B"

- 1. José Richa 2. Orestes Quércia
- 3. Marcos Freire 3. Tancredo Neves
- Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro 211-3495 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA --- (CEC) (9 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon Vice-Presidente: Jutahy Magalhäes

Suplentes

1. José Lins

2. Arnon de Mello

4. Pedro Pedrossian

3. Jorge Kalume

# Titulares

- 1. João Calmon
- 2. Tarso Dutra
- 3. Jutahy Magalhães
- 1. José Guiomard 4. Aloysio Chaves
- 2. Tarso Dutra 5. Aderbal Jurema
  - - 1. Adalherto Sena 2. Evelásio Vieira

6. Eunice Michiles

- 1. Marcos Freira
- 3. Franco Montoro
- 2. Gilvan Rocha

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — 211-3492 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas Local: Sala do Anexo "B"

# COMISSÃO DE FINÂNÇAS — (CF) (17 membros)

#### COMPOSIÇÃO

#### Presidente: Cunha Lima Vice-Presidente: Tancredo Neves

#### Suplentes Titulares 1. Saldanha Derzi 1 Raimundo Parente 2. Luiz Fernando Freire 2. João Lúcio 3. Lomanto Júnior 3. Jessé Freire 4. José Sarney 4. Affonso Camargo 5. Vicente Vuolo 5. Milton Cabral 6. Alberto Silva 6. José Guiomard 7. Amarai Furlan 8. Jorge Kalume 9. Jutahy Magalhāes 10. Mendes Canale 1. Paulo Brossard 1. Cunha Lima 2. Tancredo Neves 2. Marcos Freire 3. Lázaro Barboza 3. Roberto Saturnino 4. Amaral Peixoto 4. José Richa 5. Pedro Simon 6. Mauro Benevides 7. Teotônio Vilela

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — 211-3493 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas Local: Sala "Clóvis Bevilácqua" — Anexo II

# COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS) (9 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvídio Nunes Vice-Presidente: Lenoir Varaas

Vice-Presid	dente: Lenoir Vargas		
Titulares	Suplentes		
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhāe		
2. Helvidio Nunes	2. Raimundo Parent		
3. Martins Filho	3. Eunice Michiles		
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas		
5. Luiz Fernando Freire			
6. Aloysio Chaves			
1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro		
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire		
3. Jaison Barreto			
Assistente: Leila Leivas Fo	rro Costa — 211-3497		
Reuniões: Quintas-feiras,	às 11:00 horas		
Laure Calle Volkide Bendle	irana" — Angus II		

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas Local: Sala "Clóvis Bevilácqua" — Anexo II

# COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello Vice-Presidente: Alberto Silva

**Suplentes** 

Luiz Cavalcante     Milton Cabral	Affonso Camargo     João Calmon
<ol> <li>Alberto Silva</li> <li>Arnon de Mello</li> </ol>	3. Jutahy Magalhäes
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	<ol><li>Roberto Saturnino</li></ol>
3. Henrique Santillo	

Titulares

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496 Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas Local: Sala do Anexo "8"

#### COMISSÃO DE MUNICÍPIOS (CM)

(17 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente	e: Lomanto Júnior
Vice-Preside	nte: Orestes Quércia
Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Tarso Dutra
2. Almir Pinto	2. João Lúcio
3. Amaral Furlan	<ol><li>Aderbal Jurema</li></ol>
4. Amaral Peixoto	<ol><li>José Sarney</li></ol>
<ol><li>Benedito Canelas</li></ol>	<ol><li>Murilo Badaró</li></ol>
6. Jutahy Magalhāes	
7. Lenoir Vargas	
8. Moacyr Dalla	
9. Raimundo Parente	
10. Saldanha Derzi	
1. José Richa	1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia	2. Jaison Barreto
3. Itamar Franco	3. Humberto Lucena
4. Evandro Carreira	
5. Lázaro Barboza	
Affonso Camargo     Evelásio Vieira	1. Gilvan Rocha

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — 211-3496 Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas Local: Sala "Rui Barbosa

# COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR) (5 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso Vice-Presidente: Adalberto Sena

Suplentes

	•		
1. Tarso Dutra	1. João Calmon		
<ol><li>Saldanha Derzi</li></ol>	<ol><li>Murilo Badaró</li></ol>		
3. Mendes Canale	<ol><li>José Sarney</li></ol>		
Dirceu Cardoso     Adalberto Sena	1. Itamar Franco		

Titulares

Assistante: Fátima Abrahão de Araújo — 211-3266 Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas Local: Sala "Clóvis Bevilácqua" — Anexo II

# COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE) (15 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra 1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi 2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes		
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves		
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossiar		
<ol><li>Saldanha Derzi</li></ol>	3		
4. Lomanto Júnior	4. José Guiomard		
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante		
6. Aderbal Jurema	6.		
7. Almir Pinto			

8. Lenc., Vargas

9. José Sarney

1. Paulo Brossard
2. Nelson Carneiro
3. Itamar Franco
4. José Richa
1. Marcos Freire
2. Mauro Benevides
3. Leite Chaves

5. Amaral Peixoto
6. Tancredo Neves

Assistante: Leila Leivas Ferro Costa — 211-3497 Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

#### COMISSÃO DE SAÚDE (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes		
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi		
2. Almir Pinto	<ol><li>Jorge Kalume</li></ol>		
<ol><li>Alberto Silva</li></ol>	3. Benedito Canelas		
4. José Guiomard			
1. Gilvan Rocha	1. José Richa		
2. Henrique Santillo	<ol><li>Adalberto Sena</li></ol>		
3. Jaison Barreto			

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — 211-3499 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

# COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN) (7 membros)

# COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	<ol><li>Amarai Furlan</li></ol>
3. Murilo Badaró	3. José Guiomard
4. Benedito Ferreira	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	<ol><li>Jaison Barreto</li></ol>
3. Orestes Quércia	

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC) (7 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes		
I. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo		
<ol><li>Luiz Fernando Freire</li></ol>	2. Pedro Pedrossian		
<ol><li>Bernardino Viana</li></ol>	3. Aderbai Jurema		
<ol><li>Alberto Silva</li></ol>			
<ol> <li>Evandro Carreira</li> </ol>	1. Orestes Quércia		
2. Humberto Lucena	<ol><li>Evelásio Vieira</li></ol>		
<ol><li>Lázaro Barboza</li></ol>			

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — 211-3499 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS --- (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferraira Vice-Presidente: Vicente Vuolo Suplentes

1. Passos Pôrto

2. Lomanto Júnior

3. Alberto Silva

Titulares

- 1. Benedito Ferreira
- 2. Vicente Vuolo
- 3. Pedro Pedrossian
- 4. Affonso Camargo

- 1. Evandro Carreira
- 2. Lázaro Barboza
- 3. Orestes Quércia
- 1. Leite Chaves
- 2. Agenor Maria

Assistente: Marcelino dos Santos Camello — 211-3499

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas Local: Sala "Ruy Barbesa" --- Anexo II

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: Alfeu de Oliveira Local: Anexo II - Térreo - 211-3507 Assistantes:

Helena Isnard Accounty - 211-3510 Mauro Lopes de Sá - 211-3509 Clayton Zonlorenci — 211-3508

C) SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÊRITO

Chefe: Cleide Maria B. F. Cruz Local: Anexo II — Térreo — 211-3511

Assistentes: Elizabeth Gil B. Vianna — 211-3510

Nadir da Rocha Gomes --- 211-3508

Haroldo P. Fernandes — 211-3512

# SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1980

HORAS	TERÇA	SALAS	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE	
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramai — 4154	MARCELINO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 4139	GUILHERME	
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 4139	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEDA	
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE		CFC	C.E.C.	C. ANEXO "B"	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA	CARLOS	10:00		AITEAU B	SERGIO	
07.00	C.O.1 V.	Ramal — 4154			C.D.F.	RUY BARBOSA	LEDA	
	C.C.J. CLÓVIS BEVILÁCQUA PAULO Ramal — 4139 ROBERTO	CLÓVIS BEVILÁCQUA	PAULO			Ramal — 4154		
10:00		10:30	C.\$:	RUY BARBOSA Ramal — 4154	LEDA			
10.00	L.A.	RUI BARBOSA	SÉRGIO					
]		Ramal — 4154		11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILACQUA	LEILA	
	6.5	ANEXO "B"		1			Ramal — 4139	
10:30	C.E.	Ramal — 3888	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA	FATIMA	
		RUY BARBOSA				Ramal — 4139	1 Allina	
11:00	C.R.E.	Ramal — 4154	LEILA		C.M.	RUI BARBOSA Ramal — 4154	CARLOS	
	C.M.E.	ANEXO "B"	CARLOS					